

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

José Robson Gomes de Jesus

Memória da cor: discurso e representação nos *outdoors* dos programas assistencialistas de Governo na Bahia (2013-2016)

Vitória da Conquista
Fevereiro 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

José Robson Gomes de Jesus

Memória da cor: discurso e representação nos *outdoors* dos programas assistencialistas de Governo na Bahia (2013-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo.

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2016

Gomes, José Robson de Jesus

J58m Memória da cor: discurso e representação nos *outdoors* dos programas assistencialistas de Governo na Bahia (2013-2016); orientadora Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo, José Robson Gomes de Jesus - Vitória da Conquista, 2016.
124 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1. Negro. 2. Memória. 3. Discurso. 4. Representação 5. *Outdoor*. I. Ivo, Isnara. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título: Memória da cor: discurso e representação nos *outdoors* dos programas assistencialistas do Governo da Bahia (2013-2016).

Título em inglês: Color memory: speech and representation in the billboards of the welfare programs of Government in Bahia (2013-2016).

Palavras-chaves em inglês: Black, memory, speech, representation, billboards.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo (Orientadora), Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis (titular), Prof. Dr. Marcello Moreira (titular).

Data da defesa: 29 de fevereiro de 2016.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

José Robson Gomes de Jesus

Memória da Cor: discurso e representação nos outdoors dos programas assistencialistas de governo na Bahia (2013-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 29 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Marcello Moreira
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis
Instituição: UFRB

Ass.: 

[...] É preciso ter pés firmes no chão, sentir as forças vindas dos céus, da missão... Dos seios da mãe África e do coração. É hora de escrever entre a razão e a emoção [...]

(Elen Oléria. Carta A Mãe África 2009. Álbum: Carta a Mãe África Part. Família GOG - Fábrica da Vida 2001).

AGRADECIMENTOS

As palavras foram inventadas. Como toda invenção, apresentam-se sob o signo das limitações. Entretanto, são o elo entre o mundo sensível e o mundo intangível. Elas nomeiam, quase, tudo. A gratidão, dentro de sua intangibilidade, por exemplo, é uma das coisas impossíveis de ser explicadas no reino das palavras. Contudo, buscarei externar este mar de gratidão nas mais sinceras palavras que conheço.

Agradeço a Deus, pelo fôlego de vida que me é presenteado diariamente. Sem o Senhor, eu, aglomeração de átomos tornado gente por suas mãos, nem existiria. É Ele quem me sustenta física, intelectual e espiritualmente. É a partir Dele que emanam a inspiração e o fluir de cada linha que escrevo.

Sou grato a todo corpo docente e administrativo do mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. À professora Isnara Pereira Ivo, pela dedicação e pelo profissionalismo demonstrado nas incontáveis horas de leitura e orientação.

É vital rememorar a meus familiares. A meus irmãos, Afrânio e Aline, que tanto me apoiam desde os idos da infância. Aos meus filhos, Ítalo e Ruan, que são presentes do céu pra minha vida. A meu pai Gerenilson. Em especial, um profundo agradecimento a minha mãe, Dona Maria Rita, que tem me demonstrado amor incondicional em todos esses anos.

Entretanto, uma pessoa dentre todas merece compartilhar desse momento. Foi ela quem me estimulou desde as primeiras ideias deste trabalho. Foi ela quem me ouviu quando dos momentos difíceis. Foi ela quem debateu comigo a alocação das questões teóricas. Foi ela quem me mostrou que era possível atrelar prazer ao que se faz. É ela que eu amo desde sempre: minha mulher.

RESUMO

Este trabalho versa sobre memória, discurso, mídia e representação presentes em *outdoors* da propaganda oficial de programas assistencialistas de Governo no Estado da Bahia de 2013 a 2016. Esta análise visa a compreender os vértices sócio históricos que condicionam, em tais propagandas, o uso de imagens apenas de protagonistas de tez escura para representar as classes desprivilegiadas e desassistidas econômica e intelectualmente na supracitada unidade federativa brasileira. Para levar a efeito tal proposta, buscamos percorrer os caminhos da historiografia para entendermos o porquê e onde ocorreu o atrelamento desse fenótipo humano ao mundo da escravidão e, conseqüentemente, sua vinculação às classes mais baixas na estratificação social. Defendemos, aqui, que os processos de legitimação destes estereótipos estão intrinsecamente ligados a raízes memoriais e que a intencionalidade memorial-discursiva, presente nessas propagandas, adquire substância na cor da pele dos protagonistas dos supracitados *outdoors*.

Palavras-Chave: Negro. Memória. Discurso. Representação. *Outdoor*.

ABSTRACT

This study is about a reflection on memory, speech, media and representation present on billboards of official advertising of Government Welfare Programs in Bahia between 2013 and 2016. This analysis aims to understand the socio historical aspects that condition, in such advertisements, use only images of black people to represent the economic and intellectually underprivileged and unassisted groups in the mentioned Brazilian state. To carry out such a proposal, we seek the historiography ways to understand why and where there was the linkage of this human phenotype with slavery world, and its connection to the lower classes in social stratification. We defend, in this study, that the processes of legitimating of these stereotypes are intrinsically linked to memorial roots, and that the intentionality memorial-discursive, present in these advertisements, acquires substance in the skin color of the protagonists of those billboards.

Keywords: Black. Memory. Speech. Representation. Billboards.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 MEMÓRIAS DA PELE, LEMBRANÇAS DA COR	13
2.1 UM PLANO PARA A ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA.....	14
2.2 MEMÓRIA: UM BREVE PERCURSO CONCEITUAL.....	21
2.3 MECANISMOS DE DISTINÇÃO SOCIAL: O PODER SIMBÓLICO.....	28
2.3.1 Cor da pele: mecanismo de distinção social.....	34
2.4 ESCRAVIDÃO: UMA PRÁTICA MULTICULTURAL.....	39
2.4.1 Negro: a fabricação da memória escravagista.....	42
3 ENTRE DISCURSOS, MÍDIAS E REPRESENTAÇÕES: O PODER SIMBÓLICO	58
3.1 DISCURSO: REPRESENTAÇÃO AUTORIZADA SOCIALMENTE.....	58
3.2 MÍDIA: ESPELHO PADRONIZADOR DA SOCIEDADE.....	65
3.3 REPRESENTAÇÃO: MECANISMO DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	73
4 COR DA PELE: REFRÃO O REFRÃO MEMORIAL-DISCURSIVO NOS OUTDOORS DOS PROGRAMAS ASSISTENCIALISTAS BAIANOS	77
4.1 RECEPÇÃO E EFEITO: VÁRIOS OLHARES SOBRE UM MESMO OBJETO.....	77
4.2 SANEAMENTO BÁSICO: UM SERVIÇO PARA APENAS UMA PARCELA DA POPULAÇÃO?.....	83
4.3 INCLUSÃO PRODUTIVA: OCUPAÇÃO PARA OS DESOCUPADOS.....	91
4.4 EDUCAÇÃO PARA A EXTREMA POBREZA: TOPA?	95
4.5 ÁGUA PARA TODOS QUE TÊM SEDE DE MEMÓRIA.....	104
4.6 MINHA CASA MINHA VIDA: MINHA DÍVIDA MEMORIAL.....	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Analizamos, neste trabalho, os *outdoors* dos programas assistencialistas de Governos no Estado da Bahia nos anos entre 2013 e 2016. Partindo dessas peças publicitárias, pretendemos demonstrar como a memória, por meio da cor da pele, é revocada para dar substância à parcela da população que depende do assistencialismo governamental. Investigamos de que maneira o conteúdo desses *outdoors* evidencia o regramento midiático-discursivo. Nesse sentido, compreendemos que estes anúncios não são criados de maneira aleatória ou despreziosa, mas produzidos por meio de técnicas e fundamentados nos discursos da “memória coletiva”. Assim sendo, esclarecemos que a questão que norteou esta dissertação foi: Por que o uso da imagem apenas de protagonistas negros para representar as classes inferiores na estratificação social? Esse questionamento trouxe a inquietação sobre como a intencionalidade memorial-discursiva, presente nessas propagandas, adquire substância na cor da pele dos protagonistas dos supracitados *outdoors*.

Ao tratarmos discursivamente tais *outdoors*, tomamos por base as hipóteses que seguem. Em primeiro lugar, partimos do pressuposto de que existe uma “rede de memória”¹ que ratifica, corrobora e relega apenas às pessoas de tez escura a condição subalterna na sociedade. Essa “rede de memória”, pensamos, encontra seus aportes na coletividade e tem na mídia uma ferramenta perfeita para sua perpetuação e manutenção. A retórica midiática, por seu turno, fundamenta-se na aquiescência da “memória coletiva” tanto para sua manutenção quanto para sua aceitação. No entanto, a mídia não opera sozinha. Ela requer, antes de qualquer coisa, aceitação e interpretação do outro. Porém, esta interpretação é sempre enviesada por conceitos particulares que foram forjados a partir da coletividade. Mesmo que estes conceitos sejam um contra discurso, sempre é possível identificar o lugar de onde o indivíduo está se posicionando para falar.

Acreditamos que os *outdoors* dos programas assistencialistas de governos baianos, ao exporem a imagem somente de pessoas com essas características fenotípicas, funcionam como raiz da memória que associa a cor de tais personagens às classes inferiores no estrato social. Tais programas utilizam a imagem apenas de pessoas de tez escura como representação dos grupos desassistidos e desprivilegiados economicamente no Estado em questão, ao passo que, em outras peças publicitárias governamentais, que não se referem ao assistencialismo aludido, não há protagonistas com caracteres fenotípicos negroides.

¹ Tomando por base os estudos de FONSECA-SILVA (2007), denominamos ‘rede de memória’ todo o processo de criação, acumulação, manutenção e inter-relações entre os diversos tipos de memória.

Em segundo lugar, pensamos haver características discursivas transportadas memorialmente quando do uso da cor da pele como “lugar de memória”. O atrelamento entre a tonalidade da pele e as posições sociais, além de fundamentar-se num discurso eugênico, apresenta-se sob a máscara de silenciamentos históricos. A memória revitalizada nos *outdoors* torna-se o elo entre o passado escravista negro e a contemporaneidade. A memória, materializada nesses personagens, tem uma íntima relação dialética com o pensamento histórico, em vez de ser um contraponto negativo dele. O que de fato nos salta aos olhos, nessas peças publicitárias, é o reflexo de fragmentos de outras eras consubstanciado na cor da pele dos protagonistas que aparecem em tais propagandas.

A pigmentação cutânea, então, é o demarcador das posições que os indivíduos ocupariam no estrato social. Esse processo midiático tem o poder de definir conceitos memoriais no presente e representar o passado. Essa potente combinação de imagem e discurso possui a capacidade de representar a “memória coletiva”.

Finalmente, em terceiro lugar, a questão da qual não podemos prescindir é que o uso da imagem somente de protagonistas de pele negra, nesses arranjos publicitários, aponta para a ratificação, na “memória coletiva”, de que estes indivíduos permanecem, ainda, em condição inferior e, por conseguinte, carentes do assistencialismo governamental. Essa constatação nos faz enxergar que tais imagens e textos veiculados por estes *outdoors* são uma fonte que oferece multifacetados detalhes históricos. Tais anúncios contribuem, também, para o discernimento da maneira pela qual a sociedade em questão representa sua História e como utiliza a Memória cultivada individual e coletivamente. Essas imagens são plenas de representações.

Após a apresentação da questão problema e das hipóteses que subsidiaram esta pesquisa, é oportuno aludirmos às categorias de análise que utilizamos para pensar o problema proposto: Memória, cor, discurso, mídia e representação. Dentro destas categorias, os principais teóricos que nortearam essa pesquisa foram: Maurice Halbwachs, Isnara Pereira Ivo, Michel Foucault, Maria da Conceição Fonseca-Silva e Roger Chartier. É importante frisar que o *outdoor* também entrará neste trabalho como categoria de análise, porém ele será debatido de forma inextricável à mídia. No que concerne aos objetivos, é de grande monta ressaltar que o objetivo geral foi esmiuçar as intencionalidades discursivas e de preservação de memória, presentes nessas peças publicitárias. No que tange aos objetivos específicos, buscamos evidenciar paradigmas sociais que referendam a condição social das pessoas de pele escura na sociedade baiana; atrelar o discurso imagético-midiático à “memória coletiva”;

investigar associações entre História oficial e a perpetuação de memória sobre os referidos indivíduos, e, por último, esquadrihar a retórica pública da memória feita pela mídia.

A metodologia empregada neste trabalho envolveu pesquisas em livros, artigos científicos, periódicos, revistas, bem como em dados captados por meio da internet. Os *outdoors* não foram escolhidos aleatoriamente. Referendamo-nos apenas em imagens de propagandas produzidas por agências atreladas à propaganda oficial baiana. Essas peças publicitárias foram cooptadas em sites oficiais do governo da Bahia, bem como fotografadas por nós em cidades baianas, atentando para a oficialidade da peça. Com base nesse material, procuramos demonstrar como as categorias de análise se apresentam nos *outdoors* em questão. Dessa forma, debruçamo-nos em materiais de domínio público e de valor científico reconhecido. Partindo da análise de égides clássicas sobre a teoria encetada a respeito da questão levantada, buscamos interpretações, estabelecendo uma compreensão do problema em estudo.

Dividido em seções, o primeiro capítulo, intitulado: “Memórias da pele, lembranças da cor”, enceta, primeiramente, considerações sobre o Programa governamental “Brasil Sem Miséria”. Em segundo lugar, sobre memória. Num terceiro momento, sobre os mecanismos de distinção social. Em quarto lugar, trata da cor da pele como categoria de distinção social. Em quinto, da escravidão. E, em última instância, a fabricação da memória escravagista sobre o negro em terras da América portuguesa e espanhola. No tocante ao “Brasil Sem Miséria”, fizemos um breve percurso conceitual. No que concerne à ‘memória’, ressaltamos que, quando da apresentação das concepções clássicas deste objeto, houve saltos cronológicos, exatamente por se tratar de um recorte cuidadosamente pensado para situar o leitor sobre que definição norteia este trabalho.

Sobre as seções: “Escravidão: uma prática multicultural” e “Cor da pele: categoria de distinção social”, asseveramos que a escravidão e a distinção são traços contumazes nas sociedades humanas. Primeiro, adentramos nas definições de distinções entre os homens filosoficamente, com base em Rousseau. Depois, evidenciamos como ocorrem as distinções nas sociedades de base totêmica. Traçamos, também, um paralelo com as formas de estratificação social entre os íncolas brasileiros e as formas de distinção em algumas sociedades africanas. Por fim, na seção “Negro: a fabricação da memória escravagista”, fizemos um percurso sobre as manifestações escravocratas em terras de domínio católico para descobrir o ponto intersticial entre a condição cativa e a cor da pele.

O capítulo dois, que tem por título: “Entre discursos, mídias e representações: o poder simbólico”, se divide em três seções. Na primeira, “Discurso: representação autorizada

socialmente”, pensamos ser de suma relevância definir os principais conceitos da “Análise do discurso” com vistas a familiarizá-los ao leitor. Tais conceitos serão amplamente retomados no terceiro capítulo, que será o de análise dos *outdoors*. Por este motivo é que se explica a pormenorização de cada termo. Na segunda seção, “Mídia; espelho paradigmático da sociedade”, ocupamo-nos em explicar de que maneira enxergamos a influência dos estereótipos veiculados nos anúncios publicitários na sociedade contemporânea, especificamente nos *outdoors*. Por fim, na seção “Representação: mecanismo de estratificação social”, visamos a esclarecer como se processa a relação simbólica entre um objeto ausente e sua substituição por uma imagem capaz de reconstruí-lo e figurá-lo.

No terceiro e último capítulo, “Cor da pele: o refrão memorial-discursivo nos programas assistencialistas baianos”, buscamos esquadriñar discursiva e memorialmente alguns desses *outdoors*. Fundamentamo-nos numa perspectiva de investigação analítica frente a essas veiculações publicitárias. Ainda neste capítulo, lançamos nosso olhar sobre a “Estética da Recepção” e a “Teoria do Efeito Estético”, teorias encetadas, respectivamente, por Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, por entendermos que a recepção desses *outdoors* não é linear, pelo contrário, é plural.

Nesse pormenor, esta dissertação vincula memória e imagem, partindo da análise de peças publicitárias. Essas peças publicitárias e a cor da pele, tomadas aqui como objeto de estudo, funcionam como ativadores de memória capazes de traduzir o olhar sociocultural brasileiro, mais especificamente, o baiano. Desse modo, sua análise permite inferir como séculos podem se fundir em imagens capazes de figurar: Memória, Discurso e Representação.

2 MEMÓRIAS DA PELE, LEMBRANÇAS DA COR

Memórias de um tempo onde lutar por seu direito é um defeito que mata. São tantas lutas inglórias. São tantas histórias que a História qualquer dia contará. São tantos homens [...] São braços esquecidos que fizeram os heróis. [...] São vozes que negaram a liberdade concedida, pois ela é bem mais sangue. Ela é bem mais vida. São vidas que alimentam nosso fogo de esperança. O grito da batalha [...] Eu quero ver quem se lembrará [...] Eu quero ver quem recordará [...] Não quero esquecer essa legião que se entregou por um novo dia. Eu quero é cantar essa mão tão calejada que nos deu tanta alegria. E vamos à luta.

(Gonzaguinha. Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória. Álbum Gonzaguinha & Gonzagão, 1992).

A memória, como objeto multidimensional e como cerne intersticial entre diferentes focos de análise, é algo que ultrapassa as zonas limítrofes de conceitos estanques. Historicamente, uma enorme gama de estudiosos procura compreender a pluralidade de memórias constituídas a partir de conceitos sociológicos mais flexíveis e não com um conjunto estático de princípios teóricos. Nesse pormenor, qualquer tentativa de delinear a metáfora memória, em seu fulgor conceitual, esbarraria num emaranhado ininteligível e meramente pragmático. Todavia, algumas acepções, construídas e herdadas historicamente, são as responsáveis pelas inscrições contemporâneas sobre ela. A compreensão acerca desse objeto pressupõe, sobremaneira, continuidades e transformações sócio históricas:

A memória por mais adjetivos que encontre em seu caminho – objetiva, subjetiva, episódica, semântica, voluntária e involuntária², clássica, medieval, moderna, individual ou coletiva – resiste às reduções realizadas e é justamente este o desafio que ela nos traz (SANTOS, 2003, p. 14).

É oportuno frisar que na primeira seção deste trabalho não buscaremos palmear as facetas múltiplas que revestem a memória, mas apresentar concepções modelares clássicas e contemporâneas, mesmo que de forma exígua, que servirão de holofotes para este estudo. Tais teóricos da memória que serão trazidos à baila aqui se justifica por estes apresentarem maior proximidade com o objeto em questão, sobretudo, aqueles que tratam da “memória coletiva”. Antes, porém, de entrarmos na questão da memória e seus desdobramentos propriamente ditos, apresentaremos considerações sobre o “Plano Brasil Sem Miséria” e, mais especificamente, alguns dos seus *outdoors* na particularidade baiana, os quais serão a nossa

² Walter Benjamin definiu dois tipos de memória: voluntária e involuntária. Enquanto a memória voluntária seria aquela que se coloca a serviço do intelecto e que traz para o presente os eventos passados pela ação intencional daquele que lembra, a memória involuntária seria aquela em que as experiências anteriormente vivenciadas surgem sem ser fruto de uma ação intencional (SANTOS, 2003, p. 120).

fonte ao longo deste trabalho. Esta análise terá dois vértices. O primeiro será o retrospectivo. Isto é, retornaremos aos pontos nos quais ocorreu a criação da memória sobre o negro em terras da cristandade. O segundo vértice é o prospectivo. Analisaremos de que forma esses pressupostos históricos são encontrados ainda hoje. Em outras palavras, nesse fluxo de idas ao passado, seguido de retornos ao presente, sincronia e diacronia se fundirão em muitos pontos deste estudo.

2.1 UM PLANO PARA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

Em dois de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do Decreto nº 7.492, o “Plano Brasil Sem Miséria”, doravante BSM.

Figura 1



(Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>)

Neste decreto, a presidente da República, Dilma Roussef, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a” da Constituição, institui, no art. 1º, o BSM. Este plano tem por finalidade superar a situação de “extrema pobreza” da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Eis o que diz o decreto que fundamenta o Plano:

Parágrafo único. O Plano Brasil Sem Miséria será executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e com a sociedade.

Art. 2º O Plano Brasil Sem Miséria destina-se à população em situação de **extrema pobreza**³.

Parágrafo único. Para efeito deste Decreto, considera-se em extrema pobreza aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais). (Redação dada pelo Decreto nº 8.232, de 2014) (Efeitos financeiros).

Art. 3º São diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria:

I - garantia dos direitos sociais;

II - garantia de acesso aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda;

³ Os grifos que aparecem ao longo deste excerto do decreto foram feitos por nós com o intuito de ressaltar as análises discursivas do terceiro capítulo.

III - articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da **população extremamente pobre**, de forma a considerar a multidimensionalidade da situação de **pobreza**;

Art. 4º São objetivos do Plano Brasil Sem Miséria:

I - elevar a renda familiar per capita da população em situação de **extrema pobreza**;

II - ampliar o acesso da população em situação de **extrema pobreza** aos serviços públicos; e

III - propiciar o acesso da população em situação de **extrema pobreza** a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva (Decreto nº 7.492, de dois de junho de 2011).

Com relação ao plano, vale a pena citar, *ipsis litteris*, o que está escrito no site do Ministério do Desenvolvimento Social:

Com o objetivo de superar a ‘extrema pobreza’ até o final de 2014, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o BSM envolve 22 ministérios em sua gestão. Ele conta com a parceria de estados e municípios, bancos públicos e o apoio do setor privado e terceiro setor⁴. Este Plano fundamenta-se no seguinte tripé norteador: garantia de renda, para alívio imediato da situação de ‘extrema pobreza’; acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias ‘extremamente’ pobres⁵.

Além disso, o cerne do Plano é “ofertar mais serviços de qualidade, concebidos de forma a acolher e incluir **quem mais precisa**”.⁶ Dito isso, salientamos que, apesar de não encontrarmos, em nenhuma parte do texto do decreto, uma palavra sequer que faça menção a quem é ou quem representa esta população de ‘extrema pobreza’, beneficiada pelos programas assistencialistas, o que veremos, ao longo deste trabalho, nas peças publicitárias,

⁴ O Terceiro setor é formado por associações e entidades sem fins lucrativos e é classificado como terceiro setor em sociologia. O termo é de origem americana, *Third Sector*, muito utilizado nos Estados Unidos. O Brasil utiliza a mesma classificação. Por este viés, a sociedade civil é dividida em três setores: primeiro, segundo e terceiro. O primeiro setor é formado pelo Governo; o segundo setor é formado pelas empresas privadas, e o terceiro setor são as associações sem fins lucrativos. O terceiro setor contribui para chegar a locais onde o Estado não consegue chegar, fazendo ações solidárias. Portanto, possui um papel fundamental na sociedade. Existem várias organizações que fazem parte do terceiro setor, como as ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIP’s (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). O terceiro setor é composto, em sua totalidade, de mão-de-obra voluntária. Ele é mantido com iniciativas privadas e até mesmo com incentivos do Governo, por meio de repasse de verbas públicas. As entidades do terceiro setor têm como objetivo principal melhorar a qualidade de vida dos necessitados. As fundações, associações, instituições deste setor estão, muitas vezes, envolvidas com obras de filantropia. Ver mais em: <http://www.significados.com.br/terceiro-setor/>. Acesso em 20/07/2015.

⁵ Texto extraído do site do Ministério do Desenvolvimento Social. <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>.

⁶ Texto extraído do site do Ministério do Desenvolvimento Social. O grifo na frase ‘quem mais precisa’ foi feito por nós para salientarmos que ela será retomada amiúde nos *outdoors*. <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>.

são convergências simbólico⁷-semânticas que transcendem tanto o limite das unidades federativas como os limites das políticas públicas. Chamamos a atenção para o fato de que nenhuma das imagens desta seção será ainda analisada. Elas serão apenas apresentadas. Observemos, portanto, a convergência entre texto e imagem do BSM.

Abaixo, o *outdoor* de lançamento oficial da campanha publicitária⁸ do BSM em escala nacional:

Figura 2



(Fonte: revista ISTOÉ, em 08 de junho de 2011(Ano 35, nº 2169)

Alguns detalhes dessa peça publicitária são de extrema relevância para o percurso deste trabalho. Em primeiro lugar, a família protagonista possui o fenótipo que será exclusivamente repetido nos *outdoors*. As vestes simplórias e o sorriso também se repetirão. As cores empregadas nessa peça são as mesmas da Bandeira Nacional: o verde, o amarelo, o azul e o branco. Notamos, ainda, o acréscimo da cor laranja, tanto neste anúncio quanto na logomarca do Plano, apresentada anteriormente. Do lado esquerdo da peça, notamos o formato do mapa do Brasil. No mapa, estão inseridos símbolos de representação, nas cores já citadas, dos programas pertencentes ao BSM, a saber: um lápis, indicando a educação; um prato com talheres ao lado, apontando erradicação da fome; uma torneira e um copo, sinalizando acesso à água; um trator, aludindo à agricultura; a cruz vermelha, indicando acesso à saúde; um ônibus, como “garantia” do acesso aos meios de transporte; por fim, famílias e trabalhadores rurais.

De acordo com o decreto supracitado, a ‘extrema pobreza’ se manifesta de forma multidimensional no Brasil. O Governo, então, criou Programas específicos para cada objetivo e diretriz do BSM.

No artigo 4^o, fica claro que um dos objetivos do Plano é: I - *eleva a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza*. Imbuído desse propósito, criou-se o “Bolsa Família” para suprir insuficiência de renda das “famílias extremamente pobres”:

⁷ O conceito de símbolo será amplamente debatido *a posteriori*.

⁸ Campanha veiculada na revista ISTOÉ, em 08 de junho de 2011(Ano 35, nº 2169). É oportuno salientar que o *slogan* traz, em letras garrafais, a seguinte frase: “O BRASIL CRESCEU PORQUE A POBREZA DIMINUIU. JÁ PENSOU QUANDO ACABARMOS DE VEZ COM A MISÉRIA?”.

Figura 3



(Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>)

Com base na diretriz II, do Art. 3º, do BSM, “*garantia de acesso aos serviços públicos*”, o Governo instituiu o acesso à educação:

Figura 4



(Fonte: <https://eduvaldoski.files.wordpress.com/2010/04/ba-outdoor-juventude.jpg?w=500>)

Devido à pouca qualificação profissional e fragilidade de inserção no mundo do trabalho, com base no objetivo III – *propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda* –, o Governo criou “oportunidades”:

Figura 5º



Fonte: <https://eduvaldoski.files.wordpress.com/2010/04/ba-outdoor-juventude.jpg?w=500>

Fundamentado no objetivo II, do artigo 4º, do BSM – *ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos* –, o Governo criou o “Água Para Todos”:

Figura 6

⁹ Esta peça se repetirá no terceiro capítulo. Fonte: <https://eduvaldoski.files.wordpress.com/2010/04/ba-outdoor-juventude.jpg?w=500>. Acesso em 21/04/15.



(Acervo do autor. *Outdoor* fotografado em Vitória da conquista)

Ainda embasado nesse objetivo de *ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos*, o Governo “garantiu” acesso aos serviços de saúde:

Figura 7¹⁰



(Fonte: www.saude.ba.gov.br.)

E, por fim, o Governo “garantiu” o acesso a moradia, para a população “extremamente pobre”, com o “Programa Minha Casa Minha Vida”:

Figura 8



(Fonte: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/minhacasaminhavid>)

Superar a “extrema pobreza”, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, requer, portanto, a ação coordenada entre os três níveis de governo: o Federal, o Estadual e o Municipal. Nessas três esferas governamentais, observamos a mesma convergência discursiva

¹⁰ Esta peça se repetirá no terceiro capítulo.

no que tange à cor dos protagonistas dos *outdoors*. Em âmbito federal, a imagem a seguir é reveladora:

Figura 9



(Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=dilmaapresentadopacemsãopaulo>)

Nesta imagem, observamos a então presidente da República à frente de um *outdoor*. Nesta peça, aparecem dois protagonistas com fenótipos negros, simbolizando pai e filho. O adulto segura o garotinho enquanto ambos riem. Centralizadas, as logomarcas do “Minha Casa Minha Vida” e do “PAC” (Programa de Aceleração do Crescimento). À esquerda, as logomarcas da Caixa Econômica Federal, do Governo do Estado de São Paulo e do BSM. Ainda no centro da imagem, a frase: “Uma parceria em favor da habitação popular”.

Por sua vez, em âmbito estadual, protagonizada por uma família formada exclusivamente por pessoas de fenótipo negro, a peça, posicionada atrás do então governador da Bahia, Jacques Wagner, traz a frase: “Mais saúde, infraestrutura e qualidade de vida para Vitória da Conquista”.

Figura 10



(Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=jaqueswagneremvitóriadaconquista>)

O Plano BSM, como vai dito acima, conta com uma articulação federativa que mobiliza a estrutura do Governo Federal, dos Estados e Municípios. Seus eixos e sua meta só podem ser alcançados por meio da execução de ações intersetoriais que visem à superação da ‘extrema pobreza’ no Brasil. Em 2011, Pactos foram celebrados entre as regiões brasileiras, com o objetivo de firmar o compromisso entre a União e os 27 Governadores da Federação. Os Pactos expressam compromissos públicos e republicanos que estabelecem as competências e responsabilidades de cada ente na execução das ações propostas pelo Plano.

Entrementes, alguns detalhes nos chamam a atenção no supracitado decreto. Amiúde, aparecem termos como: “extrema pobreza”, “população extremamente pobre”, “garantia de renda aos que mais precisam”. Estes termos, quando lidos isoladamente, não fazem, em si mesmos, referência aos agentes que viriam a protagonizar a propaganda publicitária oficial destes programas. Pelo texto do decreto, os serviços públicos atenderiam à população em “extrema pobreza”. Todavia, a partir da primeira campanha publicitária, séculos de memória, discurso e representações vieram à tona, consubstanciados na cor da pele dos protagonistas dos anúncios.

Embora a recepção destas peças seja objeto de uma seção específica deste trabalho, adiantamos que o olhar frente a essas peças não é linear. Porém, sob nossa égide, essas imagens estão colocadas como metáfora de silenciamentos históricos. Ao oferecerem uma visibilidade para seus protagonistas, elas, ao mesmo tempo, excluem-nos de outras esferas sociais. Desta forma, o Estado, sendo corpo imaterial, consubstancia-se a partir de um conjunto de representações signo-discursivas. Para tanto, atua em três registros diferentes: na memória, nos discursos e na ordem das representações. O Estado, ao reiterar sua ordem social, representa e é representado também por meio dos signos presentes em seus referenciais simbólicos. A memória, o discurso e as representações oficiais, por sua vez, consubstanciam-se e perpetuam-se, sobretudo na sociedade contemporânea, por meio de signos semântico-simbólicos veiculados pela mídia:

Entre textos e imagens, entre representações e discursos, os laços são estreitos, convém não separá-los dos diferentes meios de expressão de comunicação através dos quais o Estado (ou aqueles que são, ou pensam ser, os seus senhores) é representado (CHARTIER, 2002, p. 229).

Portanto, os *outdoors* que estudamos são a representação dos símbolos dessa sociedade que tem na cor da pele o mais potente símbolo discursivo-memorial para divisar, distinguir e estratificar seus agentes. Tais representações midiáticas são habitadas por signos e discursos revocados para atenderem à memória oficial.

Dessa forma, no texto do BSM, os serviços públicos atenderiam à população em “extrema pobreza”. Porém, buscaremos demonstrar, embasados na leitura dos *outdoors*, que, se a pobreza é multidimensional, a representação dela não é multicolor. Essa representação é monocromática, pois, na materialização imagética dessa “extrema pobreza” e seus desdobramentos, há apenas uma tonalidade de pele: a negra.

Dedicaremos, portanto, as próximas seções desta dissertação exclusivamente para investigarmos o porquê de apenas pessoas de pele negra protagonizarem tais peças.

Acreditamos que, nos campos da Memória, do Discurso e das Representações, não existe espaço para ingênuas e despreziosas coincidências.

2.2 MEMÓRIA: UM BREVE PERCURSO CONCEITUAL

No poema mitológico intitulado “Teogonia”¹¹, Hesíodo, (século VIII a.C.) apresenta a memória como uma deusa. *Mnemosyne*, memória na sua acepção deísta grega, filha de Urano e Geia, amada por Zeus, concebeu nove musas¹². As Musas, suas filhas, detêm, concomitantemente, o poder tanto da presentificação/revelação (*alethea*) e encobrimento/esquecimento (*léthe*). A linguagem das musas é o lugar onde ocorrem: nomeação, presentificação, revelação, simulacro e mentira (FONSECA-SILVA 2007, p. 11-12).

No mundo clássico, Platão e Aristóteles¹³ conceituaram a memória enquanto ideia. No “Teeteto”,¹⁴ o primeiro desenvolveu sua metáfora do bloco de cera. Do diálogo entre Sócrates e o jovem Teeteto acerca do que é o conhecimento, extraímos as seguintes falas do primeiro:

Diremos, pois, que se trata de uma dádiva de Mnemosine, mãe das Musas, e que sempre que queremos lembrar-nos de algo visto ou ouvido, ou mesmo pensado calcamos a cera mole sobre nossas sensações ou pensamentos e nela os gravamos em relevo, como se dá com os sinetes dos anéis. Do que fica impresso, temos lembrança e conhecimento enquanto persiste a imagem; o

¹¹ Teogonia (*theos*, deus + *gonia*, nascimento), também conhecido por “Genealogia dos Deuses”, é um poema mitológico em 1.022 versos, escrito no séc. VIII a.C., no qual o narrador é o próprio poeta. O poema se constitui na descrição da origem do mundo dos gregos, que se desenvolve com geração sucessiva dos deuses e, na parte final, com o envolvimento destes com os homens, originando, assim, os heróis. Nesse mito, as deidades representam fenômenos ou aspectos básicos da natureza humana, expressando as ideias dos primeiros gregos sobre a constituição do universo (FONSECA-SILVA 2007, p. 11).

¹² No que tange às nove musas, importa dizermos que Calíope (bela voz), a primeira entre as irmãs, era a musa da eloquência. Clio (a que confere fama) era a musa da História. Euterpe (a que dá júbilo) era a musa da poesia lírica. Tália (a festiva) era a musa da comédia, que vestia uma máscara cômica e portava ramos de Hera. Melpômene (a cantora) era a musa da tragédia. Terpsícore (a que adora dançar) era a musa da dança. Érato (a que desperta desejo) era a musa do verso erótico. Polímnia (a de muitos hinos) era a musa dos hinos sagrados e da narração de histórias. Urânia (celeste) era a musa da astronomia. In: <http://pt.org/deusasgregas/Musa>. Acesso em 04/04/2015.

¹³ Aristóteles, no tratado intitulado “Da memória e da revocação” (IV a.C.), prossegue com a distinção platônica entre memória e recordação. Lembrar é construir o passado através do que é, ao mesmo tempo, figura e cópia, considerando que os elementos constituintes do original e da cópia nunca são os mesmos. Para o filósofo, o conhecimento deriva da percepção dos sentidos, que se torna material da faculdade intelectual apenas depois de ter sido tratada ou trabalhada pela faculdade da imaginação. A imaginação transita entre pensamento e percepção. É a parte da alma responsável pela formação das imagens que torna possível o trabalho dos processos superiores de pensamento. As imagens, assim formadas, tornam-se o material do pensamento. A memória é uma coleção de quadros formados a partir de impressões de sentidos, mas acrescida do elemento tempo: as imagens mentais de memória formam-se não na percepção de coisas presentes, mas de coisas passadas. A reminiscência é tomada como faculdade do intelecto, e a memória, como potência da alma (FONSECA-SILVA, 2007, p. 12-13).

¹⁴ Platão. *Teeteto*. Tradução de Adriana Manuela Nogueira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

que se apaga ou não pôde ser impresso, esquecemos e ignoramos (PLATÃO, 2008, p. 54).

Segundo Platão, feito um bloco de cera que aceita as marcas feitas por um objeto, metaforicamente, a mente também o faz aceitando as marcas desse objeto sobre a sua superfície, isto é, permanece a impressão, até que o tempo a desgaste, deixando novamente lisa a superfície. Isso seria a sinonímia perfeita para o esquecimento. O filósofo propôs, desta forma, fundamentar e justificar a reminiscência na preexistência da alma (FONSECA-SILVA 2007, p. 12).

Já no século XIX, Nietzsche defende que a memória no homem emerge como consequência de violentas pressões sociais. Ele sustenta a hipótese de que ela não é um atributo ou capacidade idiossincrática de um indivíduo. Em “Genealogia da Moral”, ele afirma que a memória é um constructo social. Sob este olhar, até mesmo o corpo do homem, e a cor da pele de forma inextricável, pode se inserir nessa dialética de simbolismos construídos socialmente, como veremos ao longo deste trabalho.

Para Nietzsche, a memória decorre de um fluxo processual violento, já que age por forças impulsivas e instintivas. A memória, segundo o filósofo, faz parte da vida do homem. Entretanto, acredita que a forma dinamizadora nesse processo de fluxo temporal é o esquecimento. Segundo o próprio autor:

Esquecer não é uma simples força inercial como creem os superficiais, mas uma força inibidora, ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças à qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós não penetra mais em nossa consciência. [...] logo, não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem esquecimento (NIETZSCHE, 1887, p.47-48).

Neste escopo, a memória, como objeto multimodal, pode ser entendida como algo que se desprende do fluxo temporal e se inscreve na dialética entre permanência e esquecimento. O que a memória consegue sintomaticamente lembrar é tão importante quanto o que ela consegue esquecer. Ela é um esquema que organiza e seleciona saberes e que, ao selecionar, guarda e descarta algo como um mapa cognitivo e afetivo, indicando as divisões do espaço/tempo. A memória apresenta-se sob um olhar que encobre a si mesma. É uma elaboração psíquica que funciona como expirador temporal ao marcar o antes, o agora e o depois, preenchendo as lacunas das necessidades da experiência humana de divisão de fluxos episódicos.

Ele ainda salienta que muita violência foi e é dispensada, que muito sangue foi derramado e que houve tortura e humilhação para que o corpo do homem pudesse responder

docilmente às exigências sociais, isto é, para que tivesse memória. A exemplo deste sangue derramado, desta tortura e humilhação, podemos nos reportar à escravidão do negro em terras da cristandade e seus desdobramentos, materializados, ainda hoje, na tonalidade da pele.

Para Nietzsche, a memória é tanto uma construção social quanto conhecimento e saber perpetrados ideológica e historicamente, oriundos de um processo violento. Em suas palavras:

Grava-se a fogo para que fique na memória. Apenas o que não cessa de causar dor fica na memória. [...] jamais deixou de haver sangue e martírio e sacrifício, quando o homem sentiu a necessidade de criar em si uma memória, os mais horrendos sacrifícios e penhores entre eles o sacrifício de primogênitos, as mais repugnantes mutilações (as castrações, por exemplo) [...] tudo isso tem origem naquele instinto que divisou na dor o mais poderoso auxiliar mnemônico (NIETZSCHE, 1887, p.50-51).

Voltando nosso olhar para o século XX, filósofos, sociólogos e psicólogos, estabeleceram uma série de conceitos, na tentativa de explicar os processos mentais que se constituem a partir de interações sociais. Segundo eles, as interações sociais e volição seriam as responsáveis pelo lembrar e pelo esquecer. Frederic Bartlett¹⁵ e Maurice Halbwachs¹⁶, respectivamente psicólogo britânico e sociólogo francês, tiveram o mérito de mostrar, vanguardisticamente, a importância de estruturas coletivas e processos interativos nas formas individuais do lembrar, dimensões da memória até então consideradas pouco relevantes. Eles postularam a ideia que nos permite refutar tanto a dicotomia entre memória e sociedade, quanto definir memória apenas como sendo um constructo social. Segundo tais estudiosos, a memória faz parte de processos sócio históricos nos quais os indivíduos não são seres isolados. A teoria encetada por eles é que os indivíduos interagem uns com os outros ao longo de suas historicidades e constroem sua memória a partir de postulados sociais específicos. Memória, no sentido dado por esses autores, é sempre coletiva, carente de testemunhos externos para que seja validada e resultante de indivíduos que interagem entre si no presente por reivindicações passadas e futuras.

Halbwachs (2006) refuta não apenas qualquer definição de memória que tenha suas bases apenas na consciência, mas também as teses estabelecidas no campo da psicologia que reduzem a memória a reações mecanicistas do sistema nervoso, tal como apregoa o psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus¹⁷. Bergson¹⁸ busca, por seu turno, na tentativa de trazer o

¹⁵ BARTLETT, Frederic. *Remembering: a study in experimental Social Psychology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1961.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

¹⁷ Segundo Ebbinghaus, psicólogo alemão, à memória poderiam se aplicar estímulos quantificáveis atribuídos apenas a aparatos biológicos ou a processos químicos. Seus trabalhos sobre experimentos com a percepção de

passado para o presente, reunir espírito e matéria, consciência e corpo físico (BERGSON, 1985). Halbwachs, entretanto, enxerga a matéria memória como constituída e construída por fatores que se inscrevem no âmbito social. Ele defende que:

A morfologia social apoia-se sobre as representações coletivas. Se nós centramos nossa atenção sobre estas formas materiais, é com a finalidade de descobrir, por detrás delas, toda uma parte da psicologia coletiva. Pois a sociedade se insere no mundo material, e o pensamento do grupo encontra, nas representações que decorrem das condições espaciais, um princípio de regularidade e de estabilidade, da mesma maneira que o pensamento individual tem necessidade de perceber o corpo, e o espaço, para se manter em equilíbrio (HALBWACHS, 1938, p.18).

Para Halbwachs, os indivíduos se recordam de acordo com estruturas sociais que os precedem. O processo de rememoração é constituído e construído por quadros sociais¹⁹. Em termos mais perspicuos, a memória afeta, direta ou indiretamente, a coletividade. Nesse caso, a memória é atrelada à percepção de pertencimento a um mundo simbólico que constitui os indivíduos. Para ele, os indivíduos não lembram sozinhos, eles sempre necessitam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações. Não há, para ele, inspiração, intuição e liberdade individual que sejam por si mesmas capazes de explicitar as memórias que estão presentes nos indivíduos. Uma corrente de pensamento, segundo ele, é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos (HALBWACHS, 2006, p.46).

Seguindo uma linha de pensamento análoga, Le Goff afirma que:

[...] a ‘memória coletiva’ faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas, pelo poder ou pela vida e pela sobrevivência. [...] é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades (LE GOFF, 2003, p. 468).

sílabas desconexas, no estudo da memória, trouxeram grande impacto às teorias da época e alcançaram ampla divulgação. Com base em Ebbinghaus, os psicólogos procuraram descobrir o funcionamento da mente a partir de práticas realizadas em laboratório, em que estímulos eram simplificados e associados às respostas obtidas (SANTOS, 2003, p. 125).

¹⁸ BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

¹⁹ Halbwachs compreende por ‘quadros sociais de memória’ os elementos da tradição anteriores à tomada de decisões pelos indivíduos e incorporados nas novas configurações que são feitas sobre o passado. Em outras palavras, os indivíduos reconstróem suas lembranças a partir de fragmentos de imagens coletivas já existentes (HALBWACHS, 2006).

Por este entendimento, a memória pode ser pensada como um fenômeno social, especificamente a coletiva²⁰. Este princípio é que a torna extremamente móvel, quando transportada para contextos diferentes daqueles em que foi originalmente concebida. Embora seja a memória uma reconstrução do passado segundo elementos incorporados ao presente, há pontos que são invariáveis.

Bartlett (1961), contemporâneo de Halbwachs, também, refutava os experimentos desenvolvidos pela psicologia experimental que visavam a compreender as estruturas do funcionamento da memória a partir de experimentos voltados para as relações entre estímulos físicos e reação humana. Ele acreditava, tal como Halbwachs (2006) e Bergson (1985), que à memória não se podem atribuir apenas estímulos quantificáveis. Para ele, os conjuntos de sílabas desconexas, propostos por Ebbinghaus, já citados anteriormente, proporcionavam a artificialidade da análise, e os resultados não poderiam ser considerados com neutralidade. A memória, para Bartlett (1961), não podia ser entendida apenas com base em aparatos biológicos do indivíduo, ou como uma condição estritamente mental, como propunha Bergson (1985), ou apenas social, como em Halbwachs (2006). Para Bartlett, a memória é um atributo do indivíduo, encontra-se no grupo social e associa-se à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo (BARTLETT, 1961, p.13). O ato de recordar, para este autor, é tanto uma forma de percepção quanto de reconhecimento:

Lembrar não é a reescrita de inumeráveis traços fragmentados, fixos e sem vida. É uma reconstrução imaginativa, construída a partir de nossa atitude em relação a uma massa ativa de reações ou experiências do passado organizadas que comumente aparecem em imagens²¹ ou na linguagem (BARTLETT, 1961, p.213).

A memória, de acordo com Bartlett (1961), atualiza padrões, repetindo ou recriando imagens do passado. As percepções são atitudes de reconhecimento que sempre envolvem juízo. Em suma, seu argumento é que as práticas coletivas apenas exercem influência sobre os indivíduos se estes atribuírem significados a elas. Para ele, não existe nenhum determinante de convenções sociais ou coletivas sobre os indivíduos, como pensa Halbwachs. Os indivíduos apenas se apropriam de conceitos para os quais atribuem significado, adaptando-se, ou não, criteriosamente ao que lhes é apresentado. A memória, segundo ele, é o

²⁰ Marc Bloch, um dos fundadores da Escola de Annales, escreveu sobre ‘memórias coletivas’, afirmando que estas não necessariamente se ligam a práticas sociais empíricas. Em seus escritos, representações coletivas estavam mais associadas a construções simbólicas, detentoras de dinâmicas próprias, do que dos quadros sociais descritos por Halbwachs. A esse respeito, ver Peter Burke. *The French Historical Revolution: the Annales School*. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1929. Key Contemporary Thinkers.

²¹ Como nos *outdoors* selecionados.

resultado da capacidade humana de utilizar e reutilizar imagens a partir de “padrões” subsunçoados anteriormente. O que existe é a “memória no grupo” e não a “memória do grupo” (BARTLETT, 1961, p. 296). Em outras palavras, os indivíduos captam da “memória coletiva” somente aquilo que sua própria memória necessita para se fundamentar.

Alguns autores desenvolveram as ideias inicialmente defendidas por Bartlett sobre a memória com variantes importantes. Endel Tulving²², por exemplo, estabeleceu a diferenciação entre “memória episódica” e ‘memória semântica’²³ (TULVING, 1972, p. 384)²⁴. Enquanto Bartlett afirma que as experiências são operacionalizadas e organizadas num tipo de série (*schem*) conscientemente organizada pelo indivíduo, Tulving define “memória episódica” como recuperação de dados que teriam sua localização no binômio espaço/tempo. Este tipo de memória, a partir da qual os indivíduos revocam experiências pessoais, Tulving batizou como ‘memória autobiográfica’. Ele define a “memória semântica” como aquela relacionada ao arcabouço de conhecimentos adquiridos ao longo das histórias particulares, desde os mais simples aprendizados aos mais complexos. Em suma, ‘memória semântica’ é o conhecimento organizado em torno dos signos²⁵, sua conceituação, suas regras etc. (TULVING, 1972, p. 52-55).

Resumidamente, Tulving define “memória episódica” como a capacidade de recordar elementos da personalidade, e “memória semântica” como a capacidade de associações maiores de acordo com conhecimentos engendrados socialmente nos indivíduos. Nesse sentido, a primeira apenas reconstrói, segundo suas próprias interpretações e seleções, por isso apoia-se na segunda (TULVING, 1972, p. 56).

A memória, sob este olhar, não é um atributo do individual e sim do comum. Ela se desloca do mundo comum para o individual. Em sua semântica, até pode engendrar aspectos químicos, como pressupôs Ebbinghaus²⁶, mas, antes de tudo, ela é emocional, viva. De acordo com Walter Benjamim²⁷, a memória é a possibilidade de propagar ‘imagens dialéticas’ e estas são tudo aquilo que está sujeito às análises sociais. São imagens que possuem referenciais

²² Endel Tulving é um psicólogo experimental canadense e neurocientista cognitivo cuja pesquisa sobre a memória humana tem influenciado cientistas, psicólogos, neurocientistas e médicos. Professor emérito da Universidade de Toronto e professor de psicologia na Universidade de Washington em St. Louis, ele recebeu os títulos de bacharel e mestrado pela Universidade de Toronto, e seu doutorado pela Universidade de Harvard. Tulving publicou mais de 200 artigos de pesquisa sobre memória. É dele a divisão da memória em episódica e semântica. Ele é amplamente citado no meio acadêmico.

²³ A esse respeito, ver Myrian Sepúlveda dos Santos. *Memória coletiva e teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

²⁴ Ver mais em Endel Tulving. *Episodic and semantic memory*. In: E. Tulving and W. Donaldson (Eds.) *Organization of Memory*. New York: Academic Press. 1972.

²⁵ Ver mais sobre signo na nota de número trinta.

²⁶ SANTOS, 2003.

²⁷ SANTOS, 2003, p. 128.

tangíveis no mundo exterior. Imbuídos dessa compreensão, encetamos que é a cor da pele, dos protagonistas dos *outdoors* estudados, este referencial tangível para a distinção social como “imagem dialética”.

Nesse diapasão, não existe uma definição simples para o que seja a memória. As teses mais complexas elaboradas social e filosoficamente para tentar defini-la esbarram em limitações conceituais. Seu tempo é metafórico; nela, o passado depende do presente para existir. A memória, ao permitir a percepção da mutabilidade, constrói presentes cúmplices, e o presente passado se reconhece no presente futuro, atualizando-os. A memória pressupõe convergência discursiva, isto é, necessita de fluxos episódicos para sua consubstanciação. Entretanto, se a entendermos como aquilo que resiste ao tempo, deparar-nos-emos com a própria definição filosófica de tempo como duração.

Pierre Nora, contrapondo-se a tudo que se pensava no que tange às teorias sobre memória, no texto intitulado “Entre memória e História: a problemática dos lugares”, afirmou: “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1981, p. 9). Segundo ele, existem apenas lugares nos quais a memória se ancora e se consubstancia:

A memória pendura-se sempre em lugares [...] Os lugares podem ser material, simbólico, funcional ou ambos operando simultaneamente em graus diversos. [...] os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1981, p. 21-23).

Então, se a memória necessita desses lugares, ela não mais existe no mundo tangível. O que há é, devido ao seu caráter proficuamente fantasmático, transferência semântico-simbólica de memória para o lugar onde ocorre sua materialização. Dessa forma, se a memória precisa destes lugares para sua materialização, ela encontra também na tonalidade cutânea um perfeito lastro para sua ancoragem. Nas palavras de Nora (1981):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]. São bastiões sobre os quais a memória se escora. Sem vigilância, a memória desapareceria depressa. Mas, se o que se defende não tivesse ameaçado não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a História não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e purificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1981, p. 13).

Para este autor, não mais vivemos na memória, pois, se assim o fosse, não haveria então o porquê de lhe consagrar um *locus*. De acordo com ele, não estamos mais dentro da verdadeira Memória, mas dentro da História. A memória, em constante metamorfose, é a vida perpetuada por grupos vivos e aberta à dicotomia: lembrança e esquecimento. Inconsciente de suas deformações sucessivas, a memória, vulnerável a todos os usos e manipulações, está intimamente sujeita a longas latências e a repentinas revitalizações. Se pensarmos na questão da cor da pele, observaremos as latências da memória como a não institucionalização atual de leis de segregação. Porém, as repentinas revitalizações apresentam-se sob várias faces. Uma dessas faces, pensamos, é a materialização, na tonalidade da pele dos protagonistas dos *outdoors*, tanto do texto do Plano BSM quanto do decreto que o norteia.

Sob esta égide, a memória se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, e é sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória emerge de um grupo que ela une. Isso quer dizer, em consonância com Halbwachs (2006), que há tantas memórias quanto quantos grupos existem. Ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural, individualizada (NORA, 1981, p. 9). Ademais, ela se enraíza em conceitos, no espaço-tempo, nos gestos, em textos e em imagens, como nos anúncios selecionados.

Segundo Nora (1981), os lugares de memória não se vinculam necessariamente à realidade, pois estes lugares tangíveis sempre remetem a referenciais não tangíveis. Os lugares são símbolos guardiões da memória, e a pigmentação da pele é, seguramente, um destes lugares-símbolos.²⁸ Nesse sentido, se pensarmos a memória como o modo no qual se inscrevem ‘verdades’ no tempo, então ela seria aquilo que resiste à passagem do tempo: “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vívido no eterno presente” (NORA, 1981, p. 9). Em vez de revelar, ela pode iludir, criar conceitos ou perpetuá-los, de acordo com os lugares que lhes são consagrados.

A memória é, ao utilizar-se da dialética dos lugares, transportadora de ideias, identidades e distinções. Ela é o testemunho de outras eras, e os lugares totêmicos consagrados por ela e para ela, como a cor da pele, despertam-na do seu sono hibernar. Ela se faz instrumento de comunicação entre os homens e, ao comunicar, faz distinções. É nessa alínea que se inserem os objetos das três próximas seções.

2.3 MECANISMOS DE DISTINÇÃO SOCIAL: O PODER SIMBÓLICO

²⁸ Este termo, criado por nós, refere-se à junção dos conceitos de ‘lugares de memória’ e símbolo, pois o objeto cor da pele carecia de um termo específico para defini-lo em nosso trabalho.

Segundo Rousseau, no opúsculo intitulado “A origem das desigualdades entre os homens”, a humanidade, em sua caminhada através dos séculos, criou profundas e indeléveis formas de distinções, deixando marcas não só no ser humano como também em toda sua *práxis*:

A maldade e a deterioração do homem advieram com a sociedade que, em sua pretensa organização, impôs a servidão, a escravidão, a tirania e inúmeras leis que privilegiavam uma classe dominante em detrimento da grande maioria, instaurando a distinção em todos os segmentos das sociedades humanas. [...] a origem das distinções entre os homens é o próprio homem que usa inadequadamente os instrumentos que dispõe para se organizar como grupo social (ROUSSEAU, 2007, p. 9).

Essas distinções são criadas, enraizadas e perpetuadas a partir de contratos estabelecidos socialmente que privilegiam um grupo em detrimento do outro. Para Rousseau, não existe nada de inato na espécie humana que justifique as desigualdades. Ele argumenta que as distinções entre os homens só se justificam por causa das estruturas sociais que embasam o discurso de supremacia:

As distinções dependem de uma espécie de convenções estabelecidas ou pelo menos autorizadas pelo consentimento dos homens. Elas consistem em diferentes privilégios de que usufruem alguns em prejuízo de outros (ROUSSEAU, 2007, p. 29).

Por este viés, as sociedades elaboram as formas pelas quais representam e distinguem seus agentes. É por meio de raízes de memória que essa clivagem social se sustenta para materializar suas mais diferenciadas formas de expressão. Estas raízes servem como signos²⁹ que definem os lugares sociais ao qual cada indivíduo pertence.

Por essa compreensão, o homem, ancorando-se em sua própria necessidade organizacional, encontra formas e discursos³⁰ próprios para justificar a soberania de uns sobre os outros. Com efeito, para tornar tangíveis essas formas de distinções, utiliza-se de símbolos

²⁹ De acordo com Pierce, os signos têm uma materialidade que percebemos com um ou vários de nossos sentidos. É possível vê-los (um objeto, uma cor, um gesto), ouvi-los (linguagem articulada, música, ruído), senti-los (vários odores: perfume, fumaça) tocá-los ou saboreá-los. Essa coisa que se percebe está em lugar de outra, esta é a particularidade essencial do signo: estar presente para designar ou significar outra coisa ausente, concreta ou abstrata. O signo pode constituir um ato comunicativo quando é destinado intencionalmente, ou fornecer informações simplesmente porque aprendemos a decifrá-lo. Tudo pode ser signo, a partir do momento em que dele deduzimos uma significação que depende de nossa cultura, assim como do contexto e surgimento dele. Um objeto real não é um signo do que é, mas pode ser o signo de outra coisa (PIERCE, 1978, p. 62).

³⁰ Ver a definição de discurso à qual nos atrelamos no segundo capítulo, na seção: “Discurso: representação autorizada socialmente”.

convencionados. Estes símbolos representam, em sua maioria, o *status quo* do indivíduo frente a determinada sociedade.

Os símbolos, além de expressarem muito mais do que se pode fazer por meio da palavra, aproximam muito mais os homens do que a linguagem analítica. Só há, no gênero humano, convergências semânticas quando estas se dão por meio de símbolos. A mais pálida existência humana é repleta de símbolos. Eles são construções psíquico-imagéticas que substituem o referente em qualquer situação. (ELIADE, 1996 p. 12)³¹.

Essa substituição do referente se materializa, em nosso trabalho, quando a cor da pele dos protagonistas dos *outdoors* torna-se o símbolo que atualiza pressupostos memoriais e históricos. Dessa maneira, nos anúncios estudados, o símbolo cor da pele fala muito mais alto do que aquilo que está simploriamente exposto. Vemos essas peças publicitárias como a herança dos postulados eugênicos. Cabe aqui uma digressão para discutirmos exigentemente a eugenia.

Eugenia é um termo criado em 1883, por Francis Galton, primo de Charles Darwin, significando “bem nascido”. Ele definiu ‘eugenia’ como “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente” (MATTOS, 2011, p. 117). Essa visão de si e do outro gerou, ao longo da História, incontáveis atrocidades, inclusive genocídios em nome da superioridade de um indivíduo em relação a outro, ou de uma “raça” sobre outra. O tema é bastante controverso, particularmente após o surgimento da eugenia nazista, que veio a ser parte fundamental da ideologia de "pureza racial", a qual culminou no Holocausto.

Baseado na teoria darwinista, Galton propôs a seleção artificial para o aprimoramento da população humana. Ele consolidou, em sua obra *Inquiries into Human Faculty and its Development* (Pesquisas sobre as Faculdades Humanas e seu Desenvolvimento), de 1883, o termo ‘eugenia’ como a melhoria de uma determinada espécie através da seleção artificial. Ao escrever seu livro: *Hereditary Genius* (O gênio hereditário), em 1869, Galton observou, compilou dados e sistematizou a inteligência em vários membros de várias famílias inglesas durante sucessivas gerações. Sua conclusão foi de que a inteligência acima da média nos indivíduos de uma determinada família se transmite hereditariamente. Por acreditar que a condição inata, e não o ambiente, determinava a inteligência, ele propôs uma "eugenia positiva" através de casamentos seletivos. Na época, a população inglesa crescia nas classes

³¹ Ver mais sobre símbolos em Mircea Eliade. *Imagens e símbolos: Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Tradução de Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

pobres e diminuía nas classes mais ricas e cultas, e uma "degeneração biológica" era temida. Nesse contexto, eugenia e nazismo são equiparados. Contrariamente à crença popular, a eugenia é inglesa em se tratando de invenção (e não alemã), e estadunidense em pioneirismo, e não alemã, como erroneamente se pode supor (DIWAN, 2007, p. 48-74).

A eugenia positiva, clássica ou galtoniana, tinha por objetivo principal criar um “haras humano”, povoando o planeta de gente “sã”. Estimulavam-se os casamentos entre os “bem dotados biologicamente” e, desenvolvendo programas educacionais para a reprodução consciente de casais saudáveis, desencorajavam-se os casais com caracteres supostamente “inferiores” a procriar. No outro extremo, a eugenia negativa representava a radicalização dos métodos de aperfeiçoamento da “raça”. As medidas propostas pelos adeptos da eugenia negativa visavam a prevenir os nascimentos dos “indesejáveis” biológica, psicológica e socialmente através de métodos mais ou menos compulsórios. A eugenia negativa postulou que a inferioridade era hereditária, e a única maneira de “livrar” a espécie da degeneração seria através da esterilização eugênica, consentida ou não, o confinamento em sanatórios, o fim das licenças para realização de casamentos e as leis de imigração restritiva. Por definição, a eugenia negativa previa também métodos como a eutanásia, o aborto e o infanticídio.

Desde o seu surgimento até os dias atuais, diversos filósofos e sociólogos declararam que existiam inúmeros sérios problemas éticos na eugenia, como a discriminação de pessoas por categorias, pois ela acabava por rotular as pessoas como aptas ou não aptas para a reprodução. Entretanto, a eugenia logo se transformou num movimento que angariou inúmeros adeptos entre a esmagadora maioria dos cientistas e, principalmente, entre a população em geral, na sua época áurea entre os anos 1870 e 1933.

Retomando a discussão sobre os mecanismos de distinção social, entendemos essas classificações como “fios de continuidade de memória”³², que têm por função estabelecer sentidos e ligar ideias entre si. Nas sociedades de base totêmica, por exemplo, há uma intensa relação entre o sistema social e os sistemas lógico-simbólicos. Os totens, assim como as hierarquizações eugênicas propostas pela ciência, revelam como os indivíduos naquelas sociedades veem o mundo e a si mesmos.

Os sistemas simbólico-totêmicos entre os índios australianos e ameríndios³³, por exemplo, resultam das relações sociais entre os grupos, servindo de protótipo para as relações

³² Para um maior aprofundamento sobre o assunto, ver Michel Pollak. *Encandrement et silence: letraveil de la memoire*. Penelope, 1985.

³³ Sobre os ameríndios, seus costumes e práticas, ver: Manoela Correia. *A representação do novo mundo na Europa do século XVI a partir dos topoi da memória partilhada*. Dissertação de mestrado. Vitória da Conquista: UESB, 2015.

internas desses grupos. Esses símbolos exprimem classificações e distinções entre os indivíduos na estrutura daquelas sociedades. Essa estratificação social é feita com vistas a atribuir valor a uns em detrimento de outros, pautando-se ora em símbolos, ora em discursos. Estes símbolos e discursos encontram nos indivíduos, e nos grupos, os aportes necessários para sua existência, legitimação e perpetuação.

Entre os ameríndios no século XVI, por exemplo, os adereços utilizados pelo corpo, as pinturas, as indumentárias serviam de signo semântico-simbólico para as posições que os indivíduos ocupavam naquelas sociedades:

Simbolicamente, o adorno era utilitário, pois tinha uma função social naquelas comunidades. As pedras, tais como os outros adereços, caracterizavam os indivíduos, de modo que demonstravam as posições ocupadas por eles nas sociedades (CORREIA, 2015, p.130).

Os africanos, por seu turno, também possuíam seus modos de distinguir ou hierarquizar os indivíduos dentro das sociedades. Uma das formas mais comuns eram as escarificações (espécie de cicatriz) feitas nos corpos, especialmente na face. Essas marcas tinham características específicas, permitindo saber a qual posição ou camada social o indivíduo pertencia:

Essas escarificações faziam parte da cultura de algumas comunidades africanas e podiam representar uma fase da vida ou a posição daquele indivíduo no interior do seu grupo. Os ijebus, da África Ocidental, por exemplo, recebiam essas marcas quando tinham seis ou sete anos pelas mãos de um profissional. [...] Os monjolos, africanos da região Centro-Ocidental, eram reconhecidos por seus 'sinais de nação' na lateral da face, que consistiam em, mais ou menos, seis linhas paralelas das sobrancelhas até o queixo e, por isso, eram chamados de 'africanos de rostos riscados'. Os moçambicanos possuíam duas linhas que iam do meio da testa até o nariz (MATTOS, 2011, p. 117).

O que nos salta aos olhos é a gritante necessidade humana de distinção. Distingue-se, para, sobretudo, apresentar ou justificar as relações de 'poder simbólico',³⁴ exercido na sociedade.

O 'poder simbólico', na teoria proposta por Bourdieu (1992), representa um espaço no qual a luta dos agentes sociais determina, válida e legítima representações. No 'poder simbólico', estabelece-se uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores. No local empírico de socialização, o *habitus*, constituído pelo

³⁴ Aprofundar no assunto em: Pierre Félix Bourdieu. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

‘poder simbólico’, surge como um todo e consegue impor significações, legitimando-as. Os símbolos afirmam-se como instrumentos de integração e interpretação sociais, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

Essa reprodução da ordem pré-estabelecida memorialmente, pensamos, é o que norteou a utilização de somente protagonistas de tez escura na campanha publicitária do BSM. É um símbolo, como a cor da pele dos protagonistas dos anúncios estudados, que faz crer que aquilo que é criado, como as representações sobre a pele negra, é o espontâneo ou natural. Sendo assim, entendemos que existe um discurso social por trás da escolha de apenas tonalidades de pele escura para representarem as classes desprivilegiadas no estrato social, porém esta escolha fundamenta-se na memória de inferioridade dos povos negros criada e perpetuada a partir do mito camita.

Assim sendo, há transferência de poder simbólico para as posições³⁵ que os sujeitos ocupam ou para os objetos, como no caso dos totens australianos, dos adereços nos ameríndios e das escarificações nos africanos. A busca pelo poder é o que gera a fabricação de símbolos para a consubstanciação desse poder. Nesse caso, as sociedades elegem os demarcadores de distinção social de acordo com suas ‘representações coletivas’ (DURKHEIM & MAUSS, 1981, p. 65).

As formas de distinção e classificação sociais, como vimos, podem variar de acordo com os grupos os quais representam. O que muda, então, é a relação existente entre os objetos guardiões do ‘poder simbólico’ e os membros do grupo. Os totens, adereços, escarificações apenas tornam tangíveis as ‘imagens dialéticas’ daquele nicho social. Os grupos elegem, atualizam e transformam seus demarcadores de distinção social consoante “representações coletivas” autorizadas socialmente.

Por conseguinte, se estes demarcadores são convenções elaboradas e reelaboradas conforme os agentes e contextos sociais, é possível que o próprio corpo do homem se insira nessa possibilidade de ser, também, demarcador de distinções sociais e lugar de memória. Como nos alerta Nora, os lugares de memória também perpassam pelos repertórios do corpo, gestos, ritos, hábitos cujas técnicas são meios de preservação, passagem e transmissão de saberes, funcionando como ancoradouro mnemônico restituído e expresso pelo próprio corpo (NORA, 1994, p. 13). Para Martins:

O corpo é expressão e representação que nos remete simbolicamente a um sentido, principalmente como lugar de inscrição de conhecimento. Neste

³⁵ Este assunto será amplamente debatido na seção: “Discurso: representação autorizada socialmente”, no segundo capítulo desta dissertação.

sentido, o que no corpo se repete não se repete apenas no hábito, como técnica e procedimento de inscrição, recriação, transmissão e revisão de memória, seja este corpo místico, físico, metafísico, científico ou tecnológico (MARTINS, 1995, p. 33).

Reside, nesse entendimento, um silogismo metonímico. Em outras palavras, se o corpo pode se inscrever como “lugar de memória” sendo o “*todo*”, então a pele, sendo “*parte*” do corpo, também pode ser considerada lugar de memória e, conseqüentemente, mecanismo de distinção social. Para sermos mais específicos, asseveramos que a cor da pele pode funcionar como “lugar de memória” que ativa e demarca a distinção social. Essa distinção, por meio da cor da pele, foi um dos mecanismos amplamente usados durante os idos da colonização luso-espanhola em terras americanas. Acompanhemos este percurso na próxima seção.

2.3.1 Cor da pele: mecanismo de distinção social

[...] Não entendia como a vida funcionava, discriminação por causa de sua classe e sua cor [...].
(Renato Russo. *Legião Urbana. Faroeste Caboclo*. EMI, 1978/1987).

Como supramencionado, cada sociedade possui suas formas para setorizar seus agentes. Embora essas formas sejam particulares em cada nicho social, todas elas são manifestações do “poder simbólico” ali presente. Nas terras de domínio católico, um dos principais agentes de distinção foi a cor da pele. Porém, segundo Ivo (2012), havia outros caracteres fenotípicos que também sinalizavam distinções sociais, como presença ou não de barba, a cor dos olhos e os cabelos:

Na América espanhola havia o costume de se usar os pelos, particularmente a barba, como indícios de distinção entre os índios e espanhóis, critério também comumente usado para descrever os índios nos censos fiscais das colônias espanholas [...] A descrição dos cabelos destes homens de caminho auxiliam nas possíveis caracterizações destes personagens [...] A descrição dos olhos, dos homens que percorrem os caminhos e picadas, relatadas pelo escrivão do registro, complementam o perfil dos rostos daqueles que deram vida à circulação de produtos entre os sertões (IVO, 2012, p. 257).

Em relação a Portugal, Lara (2007) demonstra que as distinções e privilégios eram distribuídos entre seus agentes de formas diferenciadas. O lugar ocupado na hierarquia social possuía importante significado político. Por isso, as formas de tratamento e outras marcações

visuais, como a cor da pele, atribuídas a cada categoria social, eram cuidadosamente pensadas por legisladores e supervisionadas por diversas instâncias de controle (LARA, 2007, p. 241-244).

Nas terras conquistadas, havia diversas ressignificações dessas leis. No Brasil, a presença da escravidão constituía elemento essencial para a diferenciação e marcação sociais. Alvo de várias críticas de viajantes, cronistas e governantes, o luxo com o qual se vestiam os negros na colônia era uma preocupação constante. A pragmática³⁶ de 1749 proibia-os de usar sedas e demais tecidos finos, bem como joias, ouro e prata. No entanto, ao contrário de Portugal, onde a preocupação com relação aos negros era diferenciar os cativos dos libertos, no Brasil, a intenção era incorporar a função simbólica do vestuário ao signo cor. Isso porque a cor, no Brasil, vinculava-se a determinados segmentos oriundos do mundo escravocrata negro ou ao mundo dos mestiços de negro ou de índios. Assim, evita-se que se confundissem os “brancos” com os negros ou mulatos, mesmo que estes se encontrassem em situação de liberdade (LARA, 2007, p. 241-244). Contudo, Lara afirma que:

É preciso ter cautela ao associar o contingente negro diretamente à escravidão, pois a ideia de que brancos eram livres e negros escravos, não se aplica, em sua totalidade, à colônia portuguesa americana daquele período (LARA, 2007, p. 315).

A associação entre cor e condição social era evidente. A primeira apresentava-se como um indicador suficiente para demarcar diferenças e separar os “brancos” dos outros. Entretanto, podia estar ligada, também, a outros aspectos, como a riqueza, o nascimento, a ocupação. O que estava em trânsito naquele momento era um movimento de construção social de significados que indicava como a cor das pessoas foi ganhando acepções indicativas não só da condição social, como também de uma situação política. Todavia, os negros e os segmentos oriundos destes continuavam associados à escravidão e, aos olhos da época, formavam uma categoria inferior (LARA, 2007, p. 320-325). Ainda com base nessa autora:

A cor da pele era lida no Reino e na América Portuguesa como uma entre muitas marcas simbólicas de distinção social. A cor era a linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais. A cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudesse

³⁶ Denomina-se Pragmática, na História de Portugal, um tipo de legislação que versa sobre costumes, uma vez que, nas sociedades de Antigo Regime, a condição social do indivíduo era claramente indicada, também, pelo seu modo de vestir. Ver mais em: António Henriques de Oliveira Marques. A Pragmática de 1340. In: *Revista da Faculdade de Letras*. 1956.

afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social. [...] Nesse sentido, nomear as pessoas como negros, cafuzos, pardos e crioulos era uma forma de afastá-los dos ‘brancos’. Em diversas situações, muitos pardos e mulatos, livres ou forros, foram dessa forma empurrados para longe da condição de liberdade, apartados de um possível pertencimento ao mundo senhorial. Podiam ter nascido livres e até possuir escravos, mas estavam identificados com o universo da escravidão (LARA, 2007, p. 143-144).

Para Mattos (2005), porém, na América Portuguesa do século XIX:

A noção de cor herdada do período colonial não designava preferencialmente matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais nos quais etnia e condição³⁷ estavam indissociavelmente ligadas. Dentro dessa perspectiva, a cor antes de significar apenas branqueamento era um signo de cidadania na sociedade imperial para a qual apenas a liberdade era pré-condição (MATTOS, 2005, p. 123).

Sob o mesmo olhar, Soares (2000) afirma que, também para o século XVIII, a “cor fala da condição social de cada um e, como tudo mais nas sociedades do Antigo Regime³⁸, distingue e hierarquiza” (SOARES, 2000, p. 29).

Paiva (2012), por seu turno, define a taxonomia das mestiçagens associadas às formas de trabalho compulsório e livre entre os séculos XVI e XVIII. Ele afirma que esse processo de associação lexical entre as formas de trabalho e a cor dos seus agentes foi resultado de dinâmicas sociais similares que se difundiram pelo domínio luso-espanhol nas Américas. Essa associação entre cor e mundo do trabalho tinha relações específicas em cada contexto estudado por ele:

A percepção das cores, insisto, é algo intimamente definido em cada contexto e em comparação a outras tonalidades e referências. Assim ‘branco natural do Brasil’ era menos uma ‘cor’ de pele e mais uma indicação de

³⁷ Condição referia-se, naquele contexto, ao *status* jurídico da pessoa: livre, escrava ou forra. A esse respeito, ver Isnara Pereira Ivo. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.*

³⁸ O Antigo Regime refere-se originalmente ao sistema social e político aristocrático estabelecido na França. Trata-se principalmente de um regime centralizado e absolutista, em que o poder era concentrado nas mãos do rei. Também se atribui o nome Antigo Regime ao modo de viver característico das populações europeias durante os séculos XVI, XVII, e XVIII, isto é, desde as descobertas marítimas até às revoluções liberais. Coincidiu politicamente com as monarquias absolutas, economicamente com o capitalismo social e socialmente com a sociedade de ordens. As estruturas sociais e administrativas do Antigo Regime foram resultado de anos de construção estatal, atos legislativos, conflitos e guerras internas. Tais circunstâncias permaneceram como uma mistura confusa de privilégios locais e disparidades históricas. Ver mais em António Manuel Hespanha. *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político colonial português.* In: António Manuel Hespanha. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI ao XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

descendência. O fato de ser considerado ‘branco’ não significava que o indivíduo tinha a mesma cor branca, que, pretensamente, um português ou um espanhol teriam, o que, na verdade, era igualmente relativo (PAIVA, 2012, p. 170).

A cor, portanto, é produzida no tempo e no espaço, e as formas de distinção que a tomam como critério são históricas, definidas e reinterpretadas temporal e espacialmente:

Nas Américas, as ‘cores’ dos naturais das terras passavam a ser registradas nas crônicas, cartas e documentos administrativos [...]. O mais importante, aqui, entretanto é constatar que a categoria ‘cor’ era aplicada como instrumento de identificação e classificação sociais antes de 1492. Ela foi incorporada e frequentemente usada no Novo Mundo, com as mesmas funções, desde os primeiros tempos de ocupação Ibérica. Um verdadeiro caleidoscópio, de origens, mesclas biológicas e cores de pele na Ibero-América, pôde, desde o início, ter incentivado o uso dessa categoria, que, de resto, não apenas coloriu aquele universo, mas serviu de marcador social de distinção (PAIVA, 2012, p. 166).

Além da aplicação da categoria ‘cor’ às pessoas, foi muito comum, também, estendê-la a outras coisas, como é o caso da associação dos indivíduos com animais irracionais. As designações: mulato, cabra, lobo, coiole, zambo atrelavam-se à animalização dessas pessoas mesmo antes das conquistas americanas. A animalização desse tipo humano e as próprias noções de mesclas provinham de um universo animalesco. Isso sem falar na ideia de esterilidade dos híbridos humanos. Aos negros, foram dispensadas descrições e designações que se inscreviam nessa prática (PAIVA, 2014, p.172). Em suma, podemos dizer, em conformidade com Paiva (2012, p. 174) que:

[...] a categoria cor foi aplicada social e culturalmente pelos indivíduos e grupos nas sociedades ibero-americanas. Nesses contextos, ela adquiriu significados variados e funções, como a de ajudar a classificar e a distinguir pessoas e grupos e a de marcar lugares sociais de cada um. Muitas vezes, foi peça importante na conformação das dinâmicas de mestiçagens, subsidiou a organização das formas de trabalho e, desde o início, foi importante elemento constitutivo do léxico-ibero-americano referente às mesclas biológicas.

Ivo, por seu turno, argumenta que, “na América Espanhola a cor negra dava aos escravos uma maior visibilidade que os demais grupos não possuíam e constituiu uma marca indelével da condição servil” (IVO, 2012, p. 253). Sobre a América Portuguesa, ela afirma que:

Hierarquização e ascendência não são incompatíveis, ao contrário, são complementares. Não se excluem, ajudam a compreender como a sociedade mestiça se vê e é vista. A cor silencia, como afirma Mattos, mas ela também fala, também direciona a condição não só legal do indivíduo, mas também social [...]. Apesar de a sociedade tender a identificar determinadas cores com determinadas condições legais, no decorrer do século XIX e talvez a partir do crescimento do grupo de pessoas livre de cor, a sociedade começou a valorizar mais a cor como um elemento independente da condição legal (IVO, 2012, p. 254).

A título de exemplificação, a autora traz o seguinte:

No ano de 1886, a princesa Isabel, distribuiu cartas de alforria numa cerimônia para comemorar o 7 de setembro no Rio de Janeiro. No evento, realizado na Câmara Municipal, foram apresentados à princesa ‘dois moços brancos decentemente trajados’. Ao vê-los, a nobre perguntou ‘onde estão os libertandos?’ Para surpresa dela, e dos demais convidados, os dois libertandos eram ‘dois moços brancos’ (IVO, 2012, p. 254).

Esta afirmação proferida pela princesa Isabel demonstra que, no século XIX, também na América Portuguesa, já se havia consolidado a memória que vinculava, indistintamente, a cor negra à condição cativa. Sob esta perspectiva, fica patente o atrelamento entre os signos cor da pele, escravidão e distinção dos lugares e condições sociais naqueles contextos³⁹. Ou mesmo substituição de um pelo outro.

As categorias: brancos ou negros são construções históricas que adquirem significados específicos conforme os agentes sociais e os momentos históricos vivenciados evidenciam. As sociedades coloniais, portuguesa e espanhola, estruturadas na escravidão associaram pelo que nos legaram as fontes históricas, a cor negra à condição cativa a liberdade à cor branca (IVO, 2012, p.254).

Assim sendo, entendemos que há sociedades, a exemplo da Ocidental, que utilizam a cor da pele como referencial de poder simbólico-semântico das posições na esfera social, da mesma forma que as sociedades arcaicas utilizavam totens, adereços, escarificações, derrotas, dívidas, religião como referenciais exteriores desse poder.

Em termos mais perspicuos, se as categorias branco e negro e o seu atrelamento à liberdade, à escravidão e ao mal, entre os séculos XVI e XIX, são construções históricas, então, é possível que exista, guardados os devidos contextos históricos, ainda preservada a memória na qual os indivíduos com pigmentação escura da pele são sinônimos das classes desprivilegiadas da população. Propomo-nos investigar, nos *outdoors*, exatamente estas

³⁹ Cumpre salientar que as definições de Mattos, Soares, Ivo e Paiva constituem objetos específicos para os contextos aos quais os autores se referem.

aplicações e usos preservados e perpetuados pela memória e pela lembrança nas ‘representações coletivas’. Tentamos demonstrar que História e Memória, nesses anúncios, estão sintetizadas num mesmo lugar: a cor da pele.

Antes, contudo, investigaremos quando e como se deu esse ponto de convergência prático-discursivo que atrela, ainda nos séculos XX e XXI, o signo negro a escravo e, conseqüentemente, às classes mais baixas na conjuntura social, pois vimos que o homem sempre procurou razões para justificar a sua supremacia em relação ao outro. Razões que, ancoradas nos silogismos do “poder simbólico” já aludido, justificam, entre outras coisas, posse de propriedades, guerras, genocídios, holocaustos e escravidão.

2.4 ESCRAVIDÃO: UMA PRÁTICA MULTICULTURAL

[...] Graças a Deus já se foi o tempo do açoite dos covardes, do tronco e da corrente. Gente que dizia que meu povo não era gente [...]
(Pregador Luo. Apocalipse 16. Deus Esperava Mais. D' Alma, 2005).

A escravidão não é parâmetro neófito. Embora suas justificativas se insiram também em formulações simbólicas, entendemos que é impossível precisar ao certo quando ela começou. No entanto, no percurso da História, ela surgiu com uma das práticas contumazes do gênero humano. Impérios como: o egípcio, o assírio, o babilônico,⁴⁰ o grego,⁴¹ o romano,⁴²

⁴⁰ Na sociedade babilônica antiga, os escravos eram convertidos a essa condição depois de se tornarem prisioneiros de guerra em campanhas militares, ou quando homens livres, impossibilitados de pagar suas dívidas, vendiam esposas, filhos, ou a si mesmos como escravos. Essas duas condições, a dos vencidos em guerras e a dos endividados, garantiam a manutenção da prática escravagista naquela sociedade (ANDERSON, 1989, p. 19).

⁴¹ No apogeu das civilizações gregas (séculos V e IV a.C.) e romanas (séculos II a.C. a II d.C.), juntamente com o amplo desenvolvimento da filosofia, poesia, do direito, da administração, a escravidão se transformou no modo de produção comum. Os gregos foram os primeiros a empregar a mão-de-obra escrava no cultivo de pequenas áreas e no comércio. Na Grécia, os escravos eram capturados através de pirataria e guerras contra os povos bárbaros. Os romanos, que também adquiriam escravos por meio das guerras, deram maior visibilidade a essa prática. Os escravizados pelos romanos eram usados tanto para o fortalecimento do poder militar, quanto para o trabalho em grandes áreas de agricultura, o *latifundium*. Dentro do território grego, estrangeiros e crianças bastardas também estavam sujeitos à escravidão. Havia lucrativos mercados de escravos, como os de Tanais, Bizâncio e Corinto. Os escravos eram vistos como mercadorias móveis e, apesar de serem considerados humanos naquelas sociedades, mantinham, na teoria romana, *status* similar ao dos animais de carga: estes eram *instrumentum semi-vocale*, ao passo que aqueles eram *instrumentum vocale*. Marcos Terêncio de Varrão, famoso erudito italiano, entre as décadas de 50 e 30 do século I a.C., escreveu um tratado intitulado: *De Re Rustica*, sobre as coisas do Campo. Este tratado dividia-se em três partes. A primeira dedicava-se à agricultura; a segunda, ao pastoreio; e a terceira à *pastio uillatica* (termo que engloba a criação de pequenos animais na sede da propriedade). Diversas passagens desta obra discorrem sobre mão-de-obra. No livro I, o capítulo 17 identifica o que Varrão chama de *instrumentum vocale*: os escravos. Ver mais em *Politeia: História e Sociedade*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - v. 10, n.1. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

⁴² A queda do império romano, por volta do século V d.C., e o início da Idade Média não extinguiram o regime escravocrata. Na Europa, durante vários séculos, coexistiram diversas formas de trabalho, convivendo, além do servo feudal, o camponês livre e o escravo. Na península Ibérica do século XII, (onde estão hoje Portugal e Espanha), a servidão da gleba quase desapareceu devido à grande quantidade de escravos trazidos do sul pelos

e o califado muçulmano⁴³ tiveram essa prática institucionalizada. Nessas sociedades, os “símbolos” ou “representações coletivas” que garantiam a escravização do outro eram elementos como guerras, dívidas e, até mesmo, o simbolismo mágico-religioso. As justificativas para a escravidão sempre se referiam às relações de poder existentes entre os indivíduos nas sociedades, não havendo necessário atrelamento entre escravidão e cor da pele.

As Escrituras Sagradas também fazem referência à escravidão, já no Gênesis, primeiro livro do Pentateuco:

Partiu Abrão⁴⁴, como lhe ordenara o Senhor, e Ló com ele. Abraão tinha setenta e cinco anos quando saiu de Harã. Levou sua mulher Sarai, seu sobrinho Ló, todos os bens que havia acumulado e seus escravos que haviam sido comprados em Harã; partiram para a terra de Canaã e lá chegaram (Gn. Cap. 12 vs. 4-5).

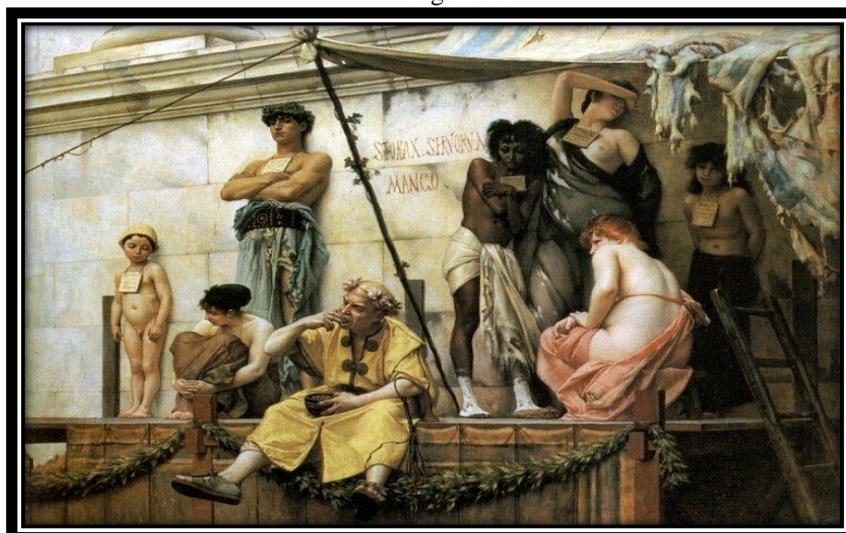
muçulmanos que dominavam a região desde o século VIII, permanecendo até 1492, ano no qual os europeus chegaram oficialmente à América.

⁴³ Foi o califado muçulmano que incrementou o tráfico de escravos na Europa, fazendo deste continente um importante fornecedor de braços cativos. Estes prisioneiros, de maioria eslava, abasteciam Veneza e o seu império islâmico ao sul do mediterrâneo. Capturados em guerras internas contra os germânicos, os eslavos eram vendidos para servir de mão-de-obra na Europa e também nos países muçulmanos. Com isso, os povos eslavos serviram de reservatório de escravos para o mundo muçulmano. A palavra ‘eslavo’, aliás, determinou etimologicamente a categoria de pessoas privadas de sua liberdade, originando *slave*, em inglês, *slaven* em alemão, *esclavo* em espanhol, ‘escravo’ em português (BOUZON, 2001).

⁴⁴ Abraão (2165-1990 a.C.), ainda chamado de Abrão segundo o texto, viveu em Ur, populosa e próspera cidade do império mesopotâmico. Nesta cidade, vigia o código de Ur-Namu (2.300 a.C.) que, assim como o código de Hamurabi (1792-1750 a.C.), era um conjunto de leis do período babilônico antigo que dedicava alguns de seus parágrafos à regulamentação da compra, venda e trato com os escravos (BOUZON, 2001). O Código de Ur-Nammu (cerca de 2040 a.C.), surgido na Suméria, descreve costumes antigos transformados em leis e a ênfase de penas pecuniárias para delitos diversos ao invés de penas talianas. Considerado, no que diz respeito à lei, um dos mais antigos de que se tem notícia, foi encontrado nas ruínas de templos da época do rei Ur-Nammu, que reinou no período que se estendeu entre 2.095 a.C. e 2.049 a.C., na região da Mesopotâmia (onde fica o Iraque atualmente). No conteúdo desse Código, é possível identificar dispositivos diversos que adotavam o princípio da reparabilidade dos atualmente chamados ‘danos morais’. O Código de Hamurabi, por seu turno, representa um conjunto de leis escritas, sendo um dos exemplos mais bem preservados desse tipo de texto oriundo da Mesopotâmia. Acredita-se que foi escrito pelo rei Hamurabi, aproximadamente em 1700 a.C.. É um monumento monolítico sobre o qual se dispõem 46 colunas de escrita cuneiforme acádica, com 282 leis em 3.600 linhas. A numeração vai até 282, mas a cláusula 13 foi excluída por superstições da época. A peça tem 2,25 m de altura, 1,50 metro de circunferência na parte superior e 1,90 na base. A sociedade mesopotâmica era dividida em três classes, que também pesavam na aplicação do código: Awilum: homens livres, proprietários de terras, que não dependiam do palácio e do templo; Muskênum: camada intermediária, funcionários públicos, que tinham certas regalias no uso de terras; e Wardum: escravos, que podiam ser comprados e vendidos até que conseguissem comprar sua liberdade. As quatro últimas cláusulas correspondem à compra e venda destes: Cláusula 279^a - Se alguém compra um escravo ou uma escrava e outro propõe ação sobre eles, o vendedor é responsável pela ação; Cláusula 280^a - Se alguém em país estrangeiro compra um escravo ou uma escrava, se volta à terra e o proprietário reconhece o seu escravo ou a sua escrava, se o escravo ou escrava, são naturais do país, ele deverá restituí-los sem indenização. Cláusula 281^a - Se são nascidos em outro país, o comprador deverá declarar perante Deus o preço que ele pagou e o proprietário deverá dar ao negociante o dinheiro pago e receber o escravo ou a escrava. Cláusula 282^a - Se um escravo diz ao seu senhor: "tu não és meu senhor", será convencido disso e o senhor lhe cortará a orelha. Para mais detalhes ver: Américo Luís Martins da Silva. *O dano moral e a sua reparação civil*. São Paulo: RT, 1999.

Compreendemos que a autorização social sobre braços cativos se iniciou muito antes das expansões ibéricas. Porém, é a partir delas que essa prática toma voluptuosos contornos. Antes delas, a noção de escravo ainda não possuía vínculos com a cor da pele dos cativos, como podemos observar no quadro *La marché eux esclaves* (O mercado dos Escravos), do pintor francês Boulanger⁴⁵ (1824-1888), que retrata um mercado de escravos na Roma antiga:

Figura 11



(Fonte: <http://pt.wahooart.com/@@/9GZLYP-Gustave-Clarence-Rodolphe-Boulanger-O-mercado-de-escravos>)

Numa análise pormenorizada do quadro acima, visualizamos pessoas, na condição cativa, com diferentes fenótipos, idades, gêneros e tons de pele que variam do mais escuro ao mais claro. Isso demonstra que, na sociedade romana, por extensão em seus mercados de escravos, o que imperava, para tal condição, não era a tonalidade da pele e sim questões como derrotas em guerras, dívidas, entre outras questões já citadas. A condição cativa não dependia, necessariamente, da pigmentação cutânea.

Todavia, em terras da cristandade, com as expansões ibéricas, assim como no mundo muçulmano, foi a justificativa religiosa que serviu de lastro para a escravidão. Atrelando a cor da pele dos escravizados à cosmovisão cristã sobre o mal, a Igreja Católica construiu e justificou a atrocidade empregada no processo de escravização dos povos africanos. Como desdobramentos disso, a sociedade, em terras de domínio luso-espanhol, entre os séculos XVI e XIX, elegeu a pigmentação da cútis como mecanismo de distinção entre seus agentes.

⁴⁵ Embora a análise desse tipo de obra não seja o cerne deste trabalho, pensamos que a materialização, por meio de imagem, do que afirmamos por escrito, alarga os horizontes para o leitor. Gustave Clarence Rudolphe Boulanger nasceu em Paris em 1824. Suas pinturas são os principais exemplos da arte acadêmica do seu tempo. Elas refletem sua atenção principalmente para os detalhes históricos e culturais de sociedades antigas. Suas obras incluem um Mouro Café (1848), César no Rubicon (1865), o Promenade na Rua dos Túmulos, Pompeii (1869), e o Mercado de Escravos (1888). http://Gustave_Boulanger.org. Acesso em 15/04/2015.

Investigaremos, a seguir, como a escravização do negro criou uma memória que atrelou a cor negra à categoria social considerada inferior.

2.4.1 NEGRO: A FABRICAÇÃO DA MEMÓRIA ESCRAVAGISTA

[...] As trancas, as correntes, a prisão do corpo outrora... Evoluíram para a prisão das mentes agora [...]

(Elen Oléria. Carta A Mãe África 2009. Álbum: Carta a Mãe África Part. Família GOG - Fábrica da Vida 2001).

Há muito, a noção de “descoberta” de terras é considerada obsoleta, haja vista que os tais territórios recém-descobertos já eram milenarmente habitados e conectados a outras partes do globo. A noção de conectividade, por assim dizer, pode nos levar a um caminho diferente daquele da perspectiva etnocêntrica. Afinal de contas, mesmo dentro de uma sociedade, seja como for que escolhemos defini-la, as subunidades se diferenciam no decorrer do tempo histórico, não apenas no sentido de melhor ou pior, mas no sentido de sobrevivência e eliminação, ou simplesmente diferente (SUBRAHMANYAN, 1995, p. 22). Para este autor:

Desde os primórdios clássicos já se buscava a unificação do mundo sob um único governo. A noção do universal emerge em várias culturas e ainda leva a novas ou intensificadas formas de hierarquia, dominação e segregação. [...] o grande projeto de Império Universal incorporado pelos espanhóis, e mais tarde pelas grandes companhias de comércio, necessita ser relacionado tanto a essas outras noções de império quanto a épocas pré-existentes e autônomas (SUBRAHMANYAN, 1995, p. 23).

Ele prossegue afirmando que:

A construção moderna do Império Universal tinha obviamente raízes clássicas e até mitológicas, mas foi retrabalhada no novo conjunto político e geográfico da época. [...] Na América Pré-Colombiana e na África Meridional e Central, igualmente, existia a noção de império Universal, relacionada às cosmologias indígenas (SUBRAHMANYAN, 1995, p. 24).

Na perspectiva de Subramanyan, existem “histórias conectadas” em oposição às histórias comparadas, como propunha o etnocentrismo. Isto é, existem inter-relacionamentos entre o que é local e o que é regional. Subramanyan defende a tese de conexões supra locais do mundo, tencionando focar em fenômenos como o fluxo mundial de metais preciosos (sobretudo da prata), armas, de mitos e de religiões distintas. Isso parece justificar a

incidência de elementos oriundos de culturas que, apesar de distintas, aparecem de forma análoga em terras distantes das quais se deu sua origem.

Com a fusão das Coroas Portuguesa e Espanhola, a partir de 1580, tal dinastia representou os primeiros e insidiosos passos para uma economia de caráter globalizado. Houve intenso trânsito de culturas, saberes, línguas, plantas, pessoas e religiões. Esse intenso tráfego possibilitou o florescer de produtos biológicos e culturais híbridos nos continentes nos quais a coroa luso-espanhola estendia seus domínios. Ao conectar níveis governamentais distintos de exploração e organização social, os continentes fizeram-se espaços de conexões planetárias.

Este intenso fluxo, de pessoas, conhecimentos técnicos, objetos, fauna e flora, culturas e línguas, entre os séculos XIV e XVIII, atingiu dimensões inéditas, sobretudo nas áreas dos domínios português e espanhol. O que a América produzia tinha reflexos na Europa, na África, e mesmo no Oriente, e vice-versa. A vasta comunicação, o intenso comércio e a grande circulação de pessoas entre as regiões impulsionaram a existência de práticas híbridas entre os povos. Naquele contexto, ideias e constructos simbólicos rompiam as zonas limítrofes e, apesar de encontrarem expressões locais específicas, ainda nos auxiliam a enxergar as evidências das “histórias conectadas”. Nestes pontos interseccionais, emergiram as “dinâmicas de mestiçagem” biológica e cultural, bem como as intrínsecas relações entre elas e o mundo do trabalho, sobretudo, a escravidão:

[...] Os europeus americanizavam-se, africanizavam-se ou orientalizavam-se. Por exemplo, os espanhóis que americanizavam eram chamados de ‘indianos’ pelos moradores da metrópole. Os portugueses que orientalizavam-se eram chamados de ‘castiços ou indiáticos’ na Índia portuguesa. Os portugueses do Brasil tornavam-se brasílicos, os de Angola os ‘angolistas’ (GRUZINSKI, 2001 p. 193).

Por esse contexto, não é de se estranhar que os discursos religiosos também se misturassem a ponto de o que valia como justificativa para a escravidão no mundo muçulmano também encontrasse seus referentes no mundo cristão e vice-versa.

Com a intensificação do comércio entre os continentes no século VII, os muçulmanos desenvolveram sua lógica simples. Se um povo não era muçulmano nem estava submetido às mesmas regras que os próprios seguidores da religião, só restava a esse povo se tornar escravo. Essa justificativa da escravização em nome de Deus também possuía seus referentes no mundo das Monarquias Católicas.

Com o “achamento” das terras americanas por conta das expansões ibéricas, urgiu a necessidade de mão-de-obra para elas. Inicialmente, os próprios íncolas foram submetidos à

condição de escravos. Porém, esses “negros da terra”⁴⁶ foram considerados inaptos por não suportarem as pesadas cargas de trabalho impostas pelo colonizador. Então, os braços cativos vindos da África seriam a perfeita solução para este entrave. Havia, contudo, a questão de como justificar, em terras da cristandade, a barbárie empregada no processo de captura e manutenção de escravos africanos em terras de domínio das Monarquias Católicas. Subjaz, aqui, o interstício entre a justificativa muçulmana⁴⁷ e a cristã para a escravização: a religião. Se, no mundo muçulmano, justificava-se pelo fato de os escravizados não serem seguidores da verdadeira religião⁴⁸, no mundo da cristandade, buscaram-se justificativas nas próprias Escrituras Sagradas:

Sendo Noé lavrador, passou a plantar uma vinha. Bebendo o vinho, embriagou-se e se pôs nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, vendo a nudez do pai, fê-lo saber, fora a seus dois irmãos. Então, Sem e Jafé tomaram uma capa, puseram-na sobre os próprios ombros de ambos e, andando de costas, rostos desviados, cobriram a nudez do pai, sem que a vissem. Despertando Noé do seu vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço e disse: maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos (GÊNESIS, cap. 9, vs. 20-25).

O excerto das Escrituras Sagradas serviu de argumentação para as Coroas Portuguesa e Espanhola, a fim de justificarem, no século XVI, a escravidão de africanos. De acordo com tal argumentação, os negros seriam descendentes de Cam, o filho amaldiçoado de Noé e, por conseguinte, a sua escravização era algo autorizado por Deus. A maldição lançada por Noé ao seu filho Cam havia recaído sobre os negros que, sendo seus descendentes, estariam destinados à escravidão.

Entretanto, os primeiros argumentos para a submissão de outros povos pelas dinastias católicas vieram por meio da Bula Papal⁴⁹ *Dum Diversas*⁵⁰ (1452). Com isso, Roma legitimava

⁴⁶ Os chamados “negros da terra”, termo adotado por jesuítas para designar os índios, foram utilizados em larga escala no início da colonização. Segundo o historiador norte-americano Stuart Schwartz, o signo “negro” em Portugal estava diretamente relacionado a uma posição servil e deixou apenas de designar indígenas na medida em que aumentou a número de escravizados africanos na América portuguesa. Stuart B. Schwartz. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

⁴⁷ Diversas tribos na região do Saara foram unidas pelos muçulmanos para combater os próprios comerciantes muçulmanos que não estavam seguindo a religião como deveriam [...]. Com o tempo, regiões da Espanha, Índia e Rússia também foram exploradas. O povo escravizado era comumente vendido, principalmente para a Arábia, mas podia ser traficada para países da Ásia (DAVIDSON, 2010, p. 33).

⁴⁸ Esse mesmo princípio da religião justificou a escravidão dos índios. No entanto, o ritmo de trabalho adotado, aliado às doenças trazidas pelos europeus, fez com que esta população entrasse em declínio. A esse respeito, ver John Manuel Monteiro. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das letras, 1994.

⁴⁹ As Bulas Papais, na Igreja Católica Apostólica Romana, são cartas especiais ou documentos relativos à matéria de fé, ou a questões gerais, que possuem o selo do Papa. A Bula Papal era referendada pelo dogma católico da “Infalibilidade do Papa”. Este dogma afirma que o Papa está sempre correto em suas deliberações. Estas eram sobre questões morais e fé, amparadas pela assistência sobrenatural do Espírito Santo. A este

a escravização dos infiéis, a conquista e a vassalagem de todas as populações ao sul do Cabo Bojador, no Marrocos, com o objetivo de conversão ao cristianismo. Em outras palavras, justificou-se assim a expansão marítima portuguesa de fins veladamente econômicos:

[...] Outorgamos através de nossa autoridade apostólica permissão plena e livre para invadir, buscar e subjugar sarracenos, pagãos e outros incrédulos infiéis inimigos de Cristo, onde quer que se encontrem, assim como seus reinos, ducados, condados, principados e outros bens e para reduzir suas pessoas à escravidão eterna⁵¹ (ASSUNÇÃO, 2004, p. 94).

Os que seriam escravizados, segundo a lógica do cristianismo europeu, teriam possibilidade de viver em melhores condições do que, por exemplo, na África, feito bárbaros⁵² (ALENCASTRO, 2000, p. 54).

respeito, ver Antônio Gasparetto Júnior. *A Igreja Católica contra os males do liberalismo: a Encíclica Mirari Vos*. In: revista ibérica, v. 12, 2009.

⁵⁰ Esta bula foi considerada como uma resposta à ameaça sarracena (muçulmana) quando ocorreu o grande choque cultural entre cristãos, muçulmanos e pagãos, conhecidos e temidos pelos cristãos pela sua violência. Publicada um ano antes da queda de Constantinopla em 1453, a bula pode ter tido a intenção de começar uma nova cruzada contra o Império Otomano. Alguns historiadores veem estas bulas como extensão do legado teológico das Cruzadas do Papa Urbano II para justificar a colonização europeia e o expansionismo, acomodando tanto interesses econômico-financeiros quanto os anseios da alma cristã. *Dum Diversas* era geograficamente ilimitada na sua aplicação, sendo talvez o ato papal mais importante referente à colonização portuguesa. No texto, é utilizado o termo sarracenos (do grego: "sarakenoi"), uma das formas com que os cristãos medievais designavam os árabes e os muçulmanos em geral. As palavras "islão" e "muçulmano" só foram introduzidas nas línguas europeias no século XVII. Para entender as razões que levaram o Papa Nicolau V a emitir esta bula, há que recordar que, ao tempo, os muçulmanos ainda mantinham razias contra os cristãos na Europa. Em particular, ao longo das costas do Mediterrâneo, na região balcânica e no sudeste europeu. Essas bulas eram uma resposta aos muçulmanos (os sarracenos) que iniciaram a chamada 'escravatura branca' com os raptos em massa de eslavos conduzidos pelos tártaros e seus aliados otomanos nas estepes do leste europeu. O tráfico de escravos europeus para a África é comprovado, por exemplo, com a descrição do Império do Mali feita pelo cronista muçulmano Ibn Batuta (1307-1377), um dos maiores viajantes da Idade Média, e o depoimento de Al-Hasan (1483-1554) sobre Tombuctu, a capital do Império Songai. *Dum Diversas*, em conjunto com outras bulas, como: *Romanus Pontifex* (1455), *Ineffabilis et summi* (1497), *Dudum pro parte* (1516) e *Aequum reputamus* (1534) documentam o *ius patronatus* português. Aprofundar no tema em: Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos* (em português). Edusp, 2004.

⁵¹ Texto extraído da Bula Papal *Dum Diversas*. Ver mais em: Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos* (em português). Edusp, 2004.

⁵² O termo "bárbaro" provém do grego antigo e significa "não grego". Era como os gregos designavam os estrangeiros, as pessoas que não eram gregas e aqueles povos cuja língua materna não era a língua grega. Principiou por ser uma alusão aos persas, cujo idioma cultural os gregos entendiam como "bar-bar-bar". Os romanos também passaram a ser chamados de bárbaros pelos gregos. Porém, foi no Império Romano que a expressão passou a ser usada com a conotação de "não romano" ou "incivilizado". Atualmente, a expressão "bárbaro" significa não civilizado, brutal ou cruel. No Império Romano, era um termo pejorativo que não condizia com a realidade, pois, apesar de não compartilharem de alguns aspectos da cultura romana e não falarem o latim, tais povos tinham cultura e costumes próprios. Cada um dos povos chamados bárbaros era bastante distinto e esta designação abrangia tanto os hunos, de origem oriental, como povos germânicos, os godos, os celtas, os gauleses. Particularmente, foram chamados de bárbaros os povos de origem germânica que, entre 409 e 711, nas migrações dos povos bárbaros, invadiram o Império Romano do Ocidente, causando sua queda em 476 d.C.. As invasões se deram em duas ondas principais. A primeira, com penetração dos bárbaros e a assimilação cultural romana. Os bárbaros tiveram certa "receptividade" a ponto de receber pequenas áreas de terra. Com o passar do tempo, seus costumes foram mesclando-se com os costumes romanos. Uma segunda leva foi mais vagarosa, não teve os mesmos benefícios dos ganhos de terra e teve seu contingente de pessoas aumentado devido à proximidade das terras ocupadas com as fronteiras internas do Império Romano. Os povos

Acrescentamos que o discurso da Igreja Católica no qual os descendentes de Cam eram amaldiçoados e, por conseguinte, mercedores da escravidão, baseava-se, fundamentalmente, no seguinte tripé argumentativo: localização geográfica em que habitavam os descendentes de Cam (Egito/África); etimologia hebraica dos nomes dos filhos de Noé e a associação da cor negra, e todas as manifestações deste povo, ao mal.

Em primeiro lugar, sob o olhar da geografia, os salmos fazem referência ao Egito como a terra de Cam. De acordo com as Escrituras:

Feriu (O Senhor) todos os primogênitos do Egito nas tendas de Cam (Salmo 78:51);

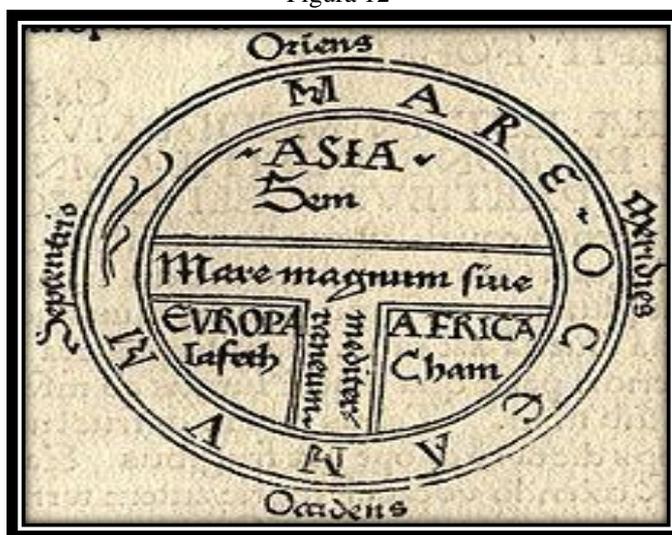
Então Israel entrou no Egito, e Jacó peregrinou na terra de Cam (Salmo 105:23);

E (O Senhor) lhes enviou a Moises, seu servo e Arão, a quem escolhera, por meio dos quais fez seus sinais e maravilhas na terra de Cam (Salmo 105:26-27);

Esqueceram-se de Deus, seu Salvador, que no Egito, fizera coisas portentosas, maravilhas na terra de Cam, tremendos feitos no mar vermelho (Salmo 106:21-22).

As cartografias do período passariam a representar essa cosmovisão judaico-cristã:

Figura 12⁵³



(Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=cartografia+medieval>)

Este mapa resume o mundo conhecido da sociedade medieval em uma cruz inscrita

chamados bárbaros também foram responsáveis por algumas mudanças físicas e culturais da própria Grécia, já que, ao haver algumas invasões concedidas pelo próprio comando da Grécia, alguns povos não gregos foram à cidade, lá estabeleceram estadia e, de lá, promoveram construções importantes e contribuíram de alguma forma com a cultura do local. <https://povosbarbarosbaros.com>. Acesso em 05/10/2015.

⁵³ Embora a análise da cartografia medieval não seja objeto deste trabalho, pensamos que o uso desta imagem reforça a ideia do que defendemos por escrito.

num orbe. A cartografia a serviço da Igreja Católica Medieval identifica os três continentes conhecidos como povoados pelos descendentes de Sem, Cam e Jafé.

As terras conhecidas (Ásia, Europa e África) ficavam distribuídas em forma de “T” e cercadas pelos três mares (Mediterrâneo, Helesponto e o *Mare Indicum*). O paraíso terrestre estava sempre ao norte e no topo. Jerusalém (cidade sagrada) no centro. Os continentes ficaram associados aos herdeiros de Noé. A Ásia, habitada pelos descendentes de Sem. A Europa, habitada pelos descendentes de Jafé. A África, habitada pelos descendentes de Cam. Esta configuração também procurava dar conta da totalidade do espaço e do tempo concedido ao homem pelo Criador. O “T” evocava a cruz, remetendo a Cristo – epicentro da salvação. Nessas representações cartográficas, parte do continente africano era inserida na chamada “zona tórrida”, confundindo-se com a *Terra incognitae* da cartografia antiga cristã (CLARO, 2012, p. 82).

A cosmologia judaico-cristã, somada à cartografia da Antiguidade, acabou por dar contornos retóricos à visão na qual o continente africano e seus descendentes estariam relegados às regiões inóspitas da terra por maldição divina.

Em segundo lugar, sob o ponto de vista etimológico, Sem:⁵⁴

Also Shem, literal meanings are named or renown (father of the Semitic races - Shemites). The sons of Shem were: (1) Elam "eternity" (sons were Shushan, Machul and Harmon) - (Elamites, Persians); (2) Asshur "a step" or "strong" (sons were Mirus and Mokil) - (Assyrians, Northern Iraqis); (3) Lud "strife" (sons were Pethor and Bizayon) - (Ludim, Lubim, Ludians, Ludu, Lydians, Chubs, other related groups in Asia. (4) Aram "exalted" (sons were Uz, Chul, Gather and Mash) - Aramaeans, Syrians, Lebanese and other related groups. (5) Arphaxad "I shall fail" (sons were Shelach, Anar and Ashcol) - (Chaldeans, Southern Iraqis, Hebrews, Israelis, Jews, Arabians, Bedouins, Moabites, Jordanians) (CONSTANCE, 1975, p. 10).⁵⁵

Champlin, por seu turno, afirma que:

O significado dessa palavra no hebraico é ‘disputado’ ou ‘nomeado’. É do nome Sem que temos a palavra semitas e, presumivelmente, a referência aos que falam as línguas semíticas. Gênesis 7:13 nos diz que ele e sua mulher

⁵⁴ Ver mais em: <http://soundchristian.com>, na seção: “The table of nations and History of Man”.

⁵⁵ Também Shem, significados literais são “nomeados” ou “fama” (pai das raças semitas - shemitas). Os filhos de Sem foram: (1) Elam " eternidade " (Os filhos foram Shushan, Machul e Harmon) - (Elamites, persas); (2) Asshur “um passo” ou “forte” (Os filhos foram Mirus e Mokil) - (assírios, do norte iraquianos); (3) Lud “contenda” (filhos foram Pethor e Bizayon) - (Ludim, líbios, Ludians, Ludu, lídios, Gordinhos, outros grupos relacionados na Ásia). (4) Aram “exaltado” (filhos foram Uz, Chul, Reúna e Mash) - arameus, sírios, libaneses e outros grupos relacionados. (5) Arfaxade “Eu vou falhar”. (Os filhos foram Shelach, Anar e Ashcol) - (caldeus, iraquianos do sul, hebreus, israelenses, judeus, árabes, beduínos, moabitas, jordanianos e outros grupos relacionados). Tradução nossa.

estavam na arca. Ele tinha 98 anos de idade quando veio o dilúvio. Dois anos depois nasceu seu filho Arfaxade (Gn. 11; 10) que figurou a descendência dos povos que ocuparam as terras da Pérsia, Assíria, Caldeia, Lídia e Síria. Os críticos supõem que Sem tenha sido o pai legendário dessas etnias (CHAMPLIN, 2004, p. 145).

Por seu turno, Jafé⁵⁶ significa “loiro ou claro”:

Japheth, also Diphath or Yephet. Literal meanings are opened, enlarged, **fair or light**⁵⁷ (father of the Caucasoid /Indo-European, Indo-Germanic, or Indo-Aryan races - Japhethites). The Japhetic people are, in general, the peoples of India and Europe (Indo-European stock), with which any demographer is familiar. Japheth is the progenitor of: Celts, Galatians, Ostrogoths, Visigoths, Goths, Vandals, Scandinavians, Jutes, Teutons, Franks, Burgundians, Alemanni, Armenians, Germans, Belgians, Dutch, Luxembourgers, Liechtensteiners, Austrians, Swiss, Angles, Saxons, Britons, English, Cornish, Irish, Welsh, French, Estonians, Siberians, Yugoslavians, Croatians, Bosnians, Montenegrins, Serbians, Slovenians, Slovaks, Bulgarians, Poles and Czechs (CONSTANCE, 1975 p. 11).⁵⁸

Numa mesma alínea, Champlin sustenta que:

Jafé foi o pai de Gômer, Magogue, Javã, Tubal e Tiras (Gn. 10:2 e I Cr. 1:4). [...] Isso faria de Jafé o pai das raças caucasianas e indo-europeias, além de outras. Certas tradições árabes faziam de Jafé um dos antigos profetas e, na enumeração dos seus filhos, faziam dele o pai dos *seklab* (os eslavos), os *gomaris* (os turcos) e os *rôs* (os russos) (CHAMPLIN, 2004, p. 418).

E o nome Cam⁵⁹ significa “quente, queimado ou negro”:

Ham, also Kham, literal meanings are **hot, burnt or dark**⁶⁰ (father of the Mongoloid and Negroid races - Hamites). He was the progenitor of: (1) Canaan "down low" (Mongols, Chinese, Japanese, Asians, Malayasians, AmerIndian, Eskimos, Polynesians, Pacific Islanders, related groups); (2) Cush "black" (Nubians, Ethiopians, Sudanese, Ghanaians, Africans, Bushmen, Pygmies, Australian Aborigines, New Guineans); (3) Mizraim "double straits" (Egyptians, Copts); (4) Phut "a bow" (Libyans, Cyrenacians, Tunisians, Berbers, Somalians, North Africans, other related groups). Tribes in other parts of Africa, Arabia

⁵⁶ O verbete hebraico *Yephet*, que significa também ‘aumento’, ‘expansão’, ‘alargamento’, ‘crescimento’ na língua hebraica, deu aos europeus argumentos suficientes para suas empreitadas no além-mar. Ver mais em: <http://soundchristian.com>, na seção: “The table of nations and History of Man”.

⁵⁷ Grifo nosso.

⁵⁸ Jafé, também Rifate ou Yephet. Os significados literais são: “aberto”, “ampliado”, “loiro” ou “claro” (Pai dos Caucasoides / Indo-Europeus, indo-germânicos e Indo-arianos). Os jafetitas são, em geral, os povos da Índia e Europa (estoque Indo-Europeu). Jafé é o progenitor dos: celtas, gálatas, ostrogodos, visigodos, godos, escandinavos, jutos, francos, armênios, alemães, belgas, holandeses, luxemburgueses, austríacos, suíços, saxões, britânicos, ingleses, irlandeses, galeses, estonianos, siberianos, iugoslavos, croatas, bósnios, montenegrinos, sérvios, eslovenos, eslovacos, búlgaros, polacos e checos. Tradução nossa.

⁵⁹ Ver mais em: <http://soundchristian.com>, na seção: “The table of nations and History of Man”.

⁶⁰ Grifo nosso.

and Asia, aboriginal groups in Australia, native Pacific Islanders, American Indians and Eskimos were birthed from descendants of Canaan, Cush, Mizraim, and Phut (CONSTANCE, 1975 p. 12).⁶¹

Numa linha de pensamento análoga, Champlin argumenta que:

No hebraico *Ham* significa **queimado ou negro**⁶². Segundo a profecia do Gênesis 9:21-28, os descendentes de Cam seriam escravos dos descendentes de seus irmãos. A Bíblia atribui todos os povos atualmente existentes no mundo a esses três irmãos. Na tabela das nações, em Gênesis 10:6-10, Cam é apresentado como o antepassado dos egípcios e dos povos sob o controle egípcio, no nordeste da África, além de certas posições da Arábia e a terra de Canaã, com exceção de Ninrobe. Por causa da conexão entre o nome Cam e a África, alguns intérpretes têm pensado que o regime escravagista, que envolveu os africanos [...] resulta da maldição lançada contra Canaã, descendente de Cam.[...] O adjetivo “camita” é usado pelos estudiosos para referir-se a um grupo de idiomas, entre os quais se destaca o egípcio.[...] partem de certas distinções mais ou menos artificiais, como a cor da pele, tipo de cabelo, etc. (CHAMPLIN, 2004, p. 643).

De acordo com Kramer: “*They refer to themselves as ‘blackheaded people’*” (“Eles se referem a si mesmos como ‘pessoas de cabeça negra’”) (KRAMER 1996, p. 60). Para Champlin (2004, p. 418):

Alguns intérpretes têm pensado que a maldição de Noé fez de Cam um negro, o que explicaria por que, até os fins do século XIX, muitos negros foram escravizados. Porém, isso é ler no texto sagrado o que não está ali escrito, além de ser uma tentativa de encontrar na Bíblia um texto que sirva de prova para a instituição cruel da escravidão. Na verdade, porém, as mais diferentes raças e indivíduos já foram escravizados no passado; e a escravidão negra, em terras católicas, é um fenômeno relativamente recente.

Portanto, Cam, nessa alínea, aparece como o pai ancestral dos negros, mongóis e índios; Sem é considerado o pai ancestral dos Semitas (árabes e judeus); e Jafé é considerado o pai ancestral dos caucasianos.

Então, o silogismo retórico encontrou um perfeito lastro. Se, etimologicamente, Jafé significa “claro ou loiro” e Cam “preto ou pardo”, então, subjaz aí a consubstanciação da maldição de Noé sobre os descendentes de seu filho Cam: “Despertando Noé do seu vinho,

⁶¹ Ham, também Kham. Os significados literais são “quente, queimado ou negro” (Pai dos Mongóis e negros - Hamites). Ele era o progenitor de: (1) Canaã “Embaixo” (mongóis, chineses, japoneses, asiáticos, ameríndios, esquimós, polinésios e outros grupos relacionados); (2) Cush “pretos” (etíopes, sudaneses, ganenses, pigmeus, aborígenes australianos, Nova Guiné); (3) Mizraim “Estreitos duplos” (egípcios, coptas); (4) Phut “uma curva” (líbios, tunisianos, berberes, somalis, norte-africanos e outros grupos relacionados). Tribos em outras partes da África, Arábia e Ásia, grupos aborígenes na Austrália, nativos das ilhas do Pacífico, índios americanos e esquimós nasceram a partir de descendentes de Canaã, Cuche, Mizraim, e Phut. Tradução nossa.

⁶² Grifo nosso.

soube o que lhe fizera o filho mais moço e disse: maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos” (GÊNESIS, cap. 9, vs. 24-25). Desta forma, segundo o discurso da Igreja Católica, os europeus, brancos caucasianos, descendem de Jafé, filho da bênção, e são, portanto, senhores dos descendentes de Cam, filho da maldição autorizada por Deus. Vale ressaltar, ainda, que a maldição de Noé não foi proferida diretamente contra Cam, mas sim contra seu descendente, Canaã.

Por fim, o último elemento que se associou às formulações anteriores sobre os africanos foi a relação entre a cor negra e o mal. Em alguns tratados, a descrição da África limitava-se ao calor excessivo e à possível localização do inferno, o qual se imaginava estar situado em ilhas próximas ao continente africano. Além disso, como etimologicamente a palavra Cam também significa “quente”, a associação entre os negros e o inferno da cosmologia judaico-cristã encontrou perfeito lastro. Desse modo, as populações etíopes eram descritas com traços monstruosos, e a Etiópia como lugar das bestas selvagens, infestadas de vermes. Ao sul da chamada Etiópia, as barreiras naturais assumiram conotações aterradoras, como montanhas selvagens, desertos imensos, mar de águas ferventes. O demônio era representado por um etíope negro. Lembramos que, em língua portuguesa, uma das denominações usadas para o demônio é Cão, uma das, também possíveis, traduções da palavra hebraica *Ham* (CHAMPLIN, 2004, p. 643). Todo esse processo retórico de criação de uma memória sobre os negros logo encontrou portos confiáveis no imaginário dos cristãos daquele período. Assim, os negros passaram a personificar a inversão da moralidade cristã (CLARO, 2012, p. 83).

Desse modo, a Igreja Católica ancorava seu discurso sobre o povo negro na própria teologia. Tal discurso era baseado, também, em outro silogismo: se as Escrituras, sendo a palavra de Deus, autorizavam a escravidão desse povo, então, aos reis católicos, como cristãos, só restava fazer cumprir a vontade de Deus. Embasadas na autorização política e, sobretudo, na teológica, as Coroas Ibéricas deram início às espetaculares empreitas no além-mar. Em termos mais perspicuos, esse modelo de expansão político-territorial arraigava-se, além das perspectivas bélicas e financeiras, num constructo essencialmente simbólico-religioso.

Porém, apesar de a Igreja Católica, através das Bulas Papais, ter defendido e justificado a escravização dos povos africanos com base em sua interpretação dos textos sagrados, como já mencionado nesta dissertação, havia clérigos como, por exemplo, o padre Antônio Vieira, que contra argumentava em seus sermões, também utilizando excertos

bíblicos, que os negros também eram filhos de Deus. No sermão: “Na Bahia, à irmandade dos pretos de um engenho, em dia de São João Evangelista, ano de 1633”, o clérigo apregoa:

“O terceiro nascimento, de que também se verificam as mesmas palavras, é o dos pretos, devotos da mesma Senhora, os quais são seus filhos, e também nascidos entre as dores da cruz [...]. Todo homem que tem a fé é de Cristo, de qualquer ‘qualidade’ de qualquer ‘nação’ e de qualquer cor⁶³ que seja, ainda que a cor seja diferente da dos outros homens, como é a dos pretos, é filho de Deus (Sl. 86 vs. 5).

O clérigo prossegue afirmando que também os pretos, segundo sua interpretação de excertos bíblicos:

Nasceram da Mãe do Altíssimo, não só os da sua nação, e naturais de Jerusalém, a que é comparada, senão também os estranhos e os gentios – *aliegenae* – e que gentios são estes? *Rahab*; os cananeus, que eram brancos; *Tyros*; os que eram mais brancos ainda, e sobre todos e maior número que todos; *populus Aethiopium*; o povo dos etíopes, que são os pretos. De maneira que vós, os pretos, que tão humilde figura fazeis no mundo e na estimação dos homens, por vosso próprio nome e por vossa própria nação estais escritos e matriculados nos livros de Deus e nas Sagradas Escrituras. [...]. Saibam, pois os pretos, e não duvidem, que a mesma Mãe de Deus é Mãe Sua. [...] e saibam que com ser uma Senhora tão soberana, é Mãe tão amorosa, que, assim pequenos como são, os ama e tem por filhos. Assim ao pé da cruz nasceram, também com segundo nascimento da mesma Virgem Maria, os pretos (VIEIRA, 1998, p. 324-325).⁶⁴

Entretanto, a transição da mão-de-obra indígena para a africana não aconteceu nem por conta da proibição de aprisionamento dos índios, o que de fato ocorreu em meados do XVIII, nem devido apenas a pressões contra o cativo dos nativos ou dos africanos – a exemplo das defesas perpetradas pelo Padre Antônio Vieira.

⁶³ Os termos ‘qualidade’, ‘cor’ e ‘nação’ que aparecem nesse sermão são amplamente debatidos por Eduardo França Paiva. Ele patenteia uma taxonomia usual, adotada por todos os grupos sociais, constituída em conjunto e adaptada no mundo ibero-americano, que serve para identificar, classificar e hierarquizar grupos sociais. Trata-se de um léxico das mestiçagens que tem como grandes categorias a ‘nação’, ‘casta’, ‘raça’, ‘cor’ e ‘condição’. No que concerne à ‘qualidade’, explicitada na ‘nação’, na ‘casta’ e na ‘raça’, está associada às características físicas resultantes de cruzamentos biológicos, de crenças, origens e nações. Dito de outro modo, a ‘qualidade’ se relaciona, ao mesmo tempo, com origem, fenótipo e ascendência. Ver mais em Eduardo França Paiva. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XIV e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Tese de Professor Titular em História do Brasil apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

⁶⁴ Ver texto do sermão XIV na íntegra em: Antônio Vieira. *Sermões Antônio Vieira*. Revisão e adaptação de Frederico Ozanam Pessoa de Barros; supervisão de padre Antônio Charbel, S. D. B. e de A. Della Nina; Introdução e Supervisão técnica de Luiz Felipe Baêta Neves. Erechim: EDELBRA, 1998. (Apesar do texto original do Padre Antônio Vieira citar os excertos bíblicos como pertencentes ao salmo 86, em algumas versões das bíblias atuais, sobretudo aquelas veiculadas pela Igreja Protestante, tais passagens correspondem ao salmo 87).

Em terras portuguesas, ao longo de todo o século XVII, ainda era válida a prática das “guerras justas⁶⁵” contra os ameríndios. Elas eram feitas com o objetivo da salvação cristã e a consequente escravização dos derrotados. A guerra, mais uma vez, aparece como justificativa escravagista. A barbárie dos índios era expressa, entre outras coisas, pela sua língua, como afirma o historiador, gramático e cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, autor da “História da província de Santa cruz e tratado da terra do Brasil”:

A língua deste gentio toda pela costa he huma: carece de tres letras - scilicet não se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm fé, nem lei, nem Rei, desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente (GANDAVO, 1964, p. 87).

Como vimos no excerto, segundo a visão portuguesa, os ameríndios viviam desordenadamente, sem Fé, Lei e Rei, o que, na acepção católica, justificava a prática da Guerra Justa. Esta concepção nos parece um descabro, mesmo entendendo que as definições de Gandavo refletiam seu olhar e seu contexto social⁶⁶. As noções de Fé, Lei e Rei cultivadas pelos íncolas eram completamente diferentes daquelas trazidas pelos europeus. Embora sua língua não trouxesse estes fonemas, possivelmente havia referenciais simbólico-semânticos nas sociedades íncolas para crença, legislação e governo⁶⁷.

Entretanto, a substituição de braços cativos ameríndios se deu, além da maior suscetibilidade dos íncolas às doenças europeias, também pelo reconhecimento das habilidades dos africanos na iniciante indústria açucareira. A presença africana na América Portuguesa, portanto, só se estabeleceu de forma maciça na medida em que se tornou imprescindível para a administração colonial, pois “escravos africanos eram mercadorias tributadas nas alfândegas de sua majestade” (VERGER, 2002, p. 65). É o que atesta Davidson (1998, p. 84):

⁶⁵ Apesar de o governo português ter defendido, em princípio, a liberdade indígena, os colonos recorreram por diversas vezes à guerra 'justa' para conseguir escravos entre os povos nativos. Assim se chamava a guerra contra os indígenas, autorizada pelo governo português ou seus representantes. Isso ocorria, basicamente, quando os indígenas (que eram politeístas) se recusavam a se converter à fé cristã - imposta pelos colonizadores - ou impediam a divulgação dessa religião; quando quebravam acordos ou agiam com hostilidade em relação aos portugueses. Frequentemente, os colonos burlavam as normas oficiais sobre a 'liberdade dos nativos', alegando que eram atacados ou ameaçados pelos indígenas. Sucessivas guerras contra povos indígenas marcaram a conquista das regiões litorâneas pelos europeus no século XVI. <http://periodoprecolonizador.blogspot.com.br/2012/04/guerras-justas.html>. Acesso em 18/04/2015.

⁶⁶ Quanto a isso, vale dizermos que os textos dos cronistas do século XVI, embora informassem a Coroa Portuguesa acerca do Novo Mundo e de seus habitantes, eram Literatura e, como tal, não tinham pretensão de verdade. O que esses textos faziam, na verdade, era criar um imaginário americano na Europa, a fim de que os europeus, alheios ao novo mundo, pudessem conhecer a América e os seus habitantes.

⁶⁷ A esse respeito, ver: Florestan Fernandes. A organização social dos Tupinambá. São Paulo: editora Hucitec, 1989.

Apesar da comercialização transatlântica do negro como produto, não é errado dizer que o ‘tráfico doméstico’⁶⁸ foi a grande questão do primeiro milênio. O continente africano sempre foi berço de uma grande diversidade étnica: diferentes povos estavam sobre o mesmo solo, porém organizados com suas próprias políticas e sistemas sócio- econômicos. Algumas tribos conseguiam seu sustento capturando e vendendo negros para aqueles que precisavam de mão-de-obra.

Todavia, foi a inserção dos europeus nesses mercados que fez a atividade ganhar vultos estrondosos. Começou ainda no século XV, como uma atividade paralela à expansão portuguesa pela costa ocidental da África, mas, de acordo com Price⁶⁹, foi na segunda metade do século XVII e durante todo o longo século XVIII que o comércio transatlântico de escravos realmente decolou. Comerciantes europeus negociavam com os africanos mais poderosos. Nesse sentido, o tráfico de africanos pode ser considerado um negócio afro-europeu. Geralmente, os líderes africanos firmavam contrato com os europeus, de modo que as guerras foram o principal mecanismo para a escravização de indivíduos, também em solo africano. Elas visavam à busca por riqueza e poder, como em qualquer sociedade. Assim, as tribos iniciavam uma batalha na qual os vencidos iam direto para os navios negreiros, gerando rivalidade extrema dentro do continente. Os indivíduos vencidos nas guerras eram deslocados de sua terra⁷⁰ e perdiam os vínculos com seu grupo de origem. Sua pena, em vez de morte física, era a ‘morte social’:

Há também casos, bastante numerosos, daqueles que foram vendidos pela sua própria família, ou por facções rivais, o que por si só já constitui uma forte razão para que o africano não pudesse se reinstalar na sua aldeia natal [...]. Havia o hábito de se desvencilhar das cabeças problemáticas da aldeia, daqueles que infringiam as leis da comunidade, roubando, ou cometendo adultério; eram também vendidas crianças consideradas como bocas inúteis, difíceis de alimentar em período de crise, os endividados, os vencidos em

⁶⁸ A escravidão e o comércio de pessoas na África existiam antes da chegada dos europeus. Comerciantes atravessavam o deserto do Saara e o mar Vermelho com carregamentos de cativos que eram ofertados em mercados do norte da África e do Oriente Médio. Há notícias de envio de escravos para o Extremo Oriente, onde eram vistos como bens exóticos. A diversidade de povos do continente impedia que vivessem sob o signo de uma identidade única. Não se viam como iguais. Constituíam laços de solidariedade por meio da linhagem dos clãs e escravizavam os diferentes (ALENCASTRO, 2000).

⁶⁹ Richard Price foi filósofo, ministro da igreja dissidente da Inglaterra e político republicano liberal. No livro “O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica”, em parceria com Sidney Mintz, ele teoriza sobre questões das políticas coloniais do século XVIII e, sobretudo, a respeito de questões que envolviam o comércio transatlântico de escravos. [http://pt./Richard_Price_\(fi%C3%B3sofo\)](http://pt./Richard_Price_(fi%C3%B3sofo)). Acesso em 10/04/2015.

⁷⁰ Homens, mulheres, adultos e crianças eram apinhados dentro de embarcações em condições degradantes, padecendo durante a travessia atlântica. A dieta, desde a sua captura, era insuficiente para nutri-los de forma adequada. Havia racionamento de comida e água. O ar dos porões era nauseabundo. Uma mistura de suor com dejetos humanos criava um ambiente propício para a disseminação de doenças que rapidamente se alastravam. Não é de surpreender que, no século XVIII, a mortalidade nesses “tumbeiros” fosse elevada.

guerras e os filhos de mães diferentes da do herdeiro quando da morte do pai⁷¹ (GURAN, 2002, p. 49).

Tais práticas se justificavam, além das questões internas aludidas, também pela aquisição de produtos europeus. Os bens importados eram supérfluos, como rum, cachaça, vinho, fumo, tecidos, armas de fogo, pólvora e utensílios de metal, muitas vezes de qualidade inferior àqueles produzidos na própria África. Entretanto, por virem de fora, conferiam prestígio às lideranças locais. Esses produtos funcionaram como moeda para cooptar adversários políticos, angariar apoio e consolidar seu poder. Os europeus souberam tirar proveito disso.

Não obstante, o comércio de escravos que imperou a partir da segunda metade do século XVI trouxe, sobremaneira, dor e sofrimento incomensuráveis a milhões de seres humanos. Ele mudou o mundo, principalmente o Novo Mundo, influenciando aspectos sócio-políticos e econômicos. E a sua herança cultural definiu o que seriam os povos da América, moldando, com profundas marcas híbridas, aquelas sociedades.

O comércio transatlântico foi formalmente abolido pelas nações europeias entre 1803, data que marcou o fim do tráfico na Dinamarca, e 1836, quando Portugal se tornou a última nação do continente a banir o tráfico, e pelos Estados Unidos em 1807. Mas o tráfico continuou até 1867, quando a última embarcação espanhola aportou em Cuba (PRICE, 2003, p. 75).

Todavia, o fim de quase quatro séculos de tráfico não finaliza as memórias criadas ao longo desse período sobre os negros e seus descendentes. Mesmo após 1888, período de abolição da escravidão em terras brasileiras, tais memórias romperam as zonas limítrofes da cronologia e aportaram nos dias atuais com força semelhante àquela do momento em que foram criadas. Apesar de modificadas e ressignificadas pelos novos contextos, isso é observado nos *outdoors* dos programas assistencialistas que estudamos, visto que a “memória coletiva” remite todo esse processo escravista. Ao remitir, atualiza e legitima, na contemporaneidade, conceitos e preconceitos sobre os descendentes daqueles primeiros africanos.

Entretanto, antes de chegarmos às análises dos *outdoors* supracitados, é necessário um esclarecimento sobre as categorias discurso, mídia e representação e, de forma inextricável,

⁷¹ Este mesmo princípio era adotado pelas sociedades grega e romana. Isso indica que a escravização era um parâmetro comum a inúmeras sociedades antigas, mesmo naquelas que se intitulavam civilizadas, como no caso da grega e da romana. Este princípio parece apontar para a explicação encetada por Subramanyan quando categoriza sua teoria das “histórias conectadas”, como já dito nesta dissertação.

outdoor como espelho midiático das representações de paradigmas sociais. No entanto, isso se dará no próximo capítulo desta dissertação.

3 ENTRE DISCURSOS, MÍDIAS E REPRESENTAÇÕES: A MANUTENÇÃO DO PODER SIMBÓLICO

[...] Heróis brancos, destruidores de quilombos, usurpadores de sonhos, seguem reinando [...].

(Elen Oléria. Carta A Mãe África. Álbum: Carta a Mãe África Part. Família GOG - Fábrica da Vida, 2001).

No capítulo anterior, buscamos delinear algumas concepções históricas a respeito de memória. Tais definições nos subsidiaram o entendimento das formas pelas quais a cor da pele se vinculou ao signo escravo e se inseriu como mecanismo de demarcação das posições sociais em terras da cristandade.

Neste presente capítulo, porém, nos ocuparemos com as definições de discurso, valendo-nos dos conceitos da “Análise do discurso”. Visamos a investigar a “memória discursiva” veiculada pela mídia no que diz respeito à cor da pele dos personagens dos *outdoors* da propaganda dos programas assistencialistas de Governo na Bahia. Assim, dividimos este capítulo em seções, a saber: Discurso: representação autorizada socialmente; Mídia: espelho paradigmático da sociedade; e Representação: mecanismo da estratificação de classes.

3.1 DISCURSO: REPRESENTAÇÃO AUTORIZADA SOCIALMENTE

Objeto histórico e ideológico, o discurso se produz socialmente por meio da materialidade das práticas sociais. Sua regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não apenas dos seus produtos. É essa regularidade que observamos nos *outdoors* quando do uso de tons de pele que indicam a ascendência negra para representar os assistidos pelos programas assistencialistas. O discurso presente em tais peças publicitárias é a dispersão de enunciados e a possibilidade de entendê-las como prática marcada pelo próprio conceito de social e histórico. Para Foucault, o enunciado:

Não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposições ou atos de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular [...] o enunciado não é uma estrutura, é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir dos quais se pode decidir, em seguida, pela análise ou intuição, se estes signos fazem sentido ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 1969a, p. 98-99).

Desse modo, estes anúncios como enunciados discursivos são o lugar onde se encontram o material e o simbólico. O discurso extraído dessas peças publicitárias é efeito de sentido entre interlocutores. Estes sentidos produzidos por este discurso variam de acordo com a formação discursiva dos envolvidos no processo comunicativo. Os sentidos se tornam evidentes por um efeito ideológico que provoca no gesto de interpretação a ilusão de que um enunciado quer dizer o que realmente diz. Portanto, é o olhar de quem produz e o de quem recebe os anúncios que enxerga, ou não, o implícito. É a memória que, de acordo com Bartlett (1961), reproduz modelos, podendo repetir ou recriar imagens pretéritas em consonância com padrões anteriormente postulados. Bartlett argumenta que o “que denominamos recepção é, em grande parte, rememoração, pois apenas usamos o que já guardamos anteriormente como significativo” (BARTLETT, 1961, p.14-18). O indizível materializa-se na pigmentação da cútis dos personagens, como na imagem a seguir:

Figura 13



(Fonte: Acervo do autor)

Na perspectiva foucaultiana, o discurso presente, por exemplo, neste *outdoor*, estabelece-se por um conjunto complexo de atitudes, memória e de representações. As palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. Esses sentidos são determinados em referência às formações ideológicas nas quais se inscrevem os sujeitos. Uma das formações possíveis de análise no discurso, segundo essa perspectiva é a historicidade. Por este viés, estes anúncios como enunciados⁷² podem tornar-se outro, isso depende do lugar de observação de cada interlocutor e de sua “formação discursiva”.⁷³ Assim, tanto o Plano BSM quanto sua campanha publicitária foram criados e interpretados a partir do lugar que cada sujeito representa.

⁷² A “Análise do discurso” entende como enunciado a unidade constitutiva do discurso que nunca se repete da mesma maneira, já que a sua formação enunciativa muda de acordo com as condições de produção. É a partir dos enunciados, portanto, que podemos identificar as diferentes posições de sujeito assumidas pelo discurso. A esse respeito, ver: Maria Cristina Leandro Ferreira. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto das Letras, 2005.

⁷³ Manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica. A formação discursiva é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que pode ou não ser dito, funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. Uma formação

A formação discursiva, por assim dizer, é o que determina o dito e o não dito nos discursos a partir de um determinado lugar social. Ela é enviesada por regularidades, isto é, por regramentos concebidos como mecanismos de controle que determinam o interno e o externo de um enunciado. Toda formação discursiva é invadida por diversos discursos. Portanto, é constituída por um sistema de paráfrases, já que é um espaço onde os signos, como a cor da pele, são retomados e reformulados.

Cada dado presente na formação discursiva dos sujeitos faz-se objeto na ordem da memória discursiva⁷⁴. A concepção empregada a cada análise traz a possibilidade de trabalhar com os processos de produção do discurso que nos remetem não à evidência dos dados empíricos, mas sim aos acontecimentos histórico-sociais em torno dos quais se funda um discurso. Todo enunciado precisa ser analisado em relação aos seus objetos circundantes. O anúncio abaixo, por exemplo, como enunciado, necessita de uma leitura dos seus objetos circundantes para se extrair a memória e o discurso presentes nele. A cor da pele do protagonista aponta para quem são os beneficiados. A referência às habitações populares, ratificam a condição econômica destes beneficiados. O verbo “entregar”, por exemplo, revela as “representações coletivas” sobre a condição de desfavorecimento dos indivíduos de tez escura. Estes objetos estão implícitos ao lermos estes anúncios. Entendemos, que após séculos de sua criação, a memória de inferioridade dos povos negros ressurgiu consubstanciada nesses anúncios. Nestes *outdoors*, para nós, há reminiscência do mito camita e seus desdobramentos. Pois de acordo com Bartlett (1961), a memória, como a remitada pela cor da pele, é um atributo do que se encontra no grupo social e associa-se à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo (BARTLETT, 1961, p.13). O ato de recordar, para este autor, é tanto uma forma de percepção quanto de reconhecimento:

Lembrar não é a reescrita de inumeráveis traços fragmentados, fixos e sem vida. É uma reconstrução imaginativa, construída a partir de nossa atitude

discursiva é definida a partir de seu interdiscurso e, entre formações discursivas distintas, podem ser estabelecidas tanto relações de conflito quanto de aliança. Esta noção de formação discursiva deriva do conceito foucaultiano que diz que sempre que se puder definir, entre certo número de enunciados, uma regularidade, estar-se-á diante de uma formação discursiva. Na “Análise do discurso”, este conceito aparece associado à noção de formação imaginária. A esse respeito, ver: Maria Cristina Leandro Ferreira. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto das Letras, 2005.

⁷⁴ Sobre memória discursiva entende-se a possibilidade de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento de memória como virtualidade de significações. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. A linguagem é o tecido da memória. Há uma memória inerente à linguagem, e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico. Ver mais em: Mariane B. *O comunismo imaginário, práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas: UNICAMP, (Tese de doutorado), 1996.

em relação a uma massa ativa de reações ou experiências do passado organizadas que comumente aparecem em imagens ou na linguagem (BARTLETT, 1961, p.213).

É essa reconstrução imaginativa, fruto de experiências do passado que se organizam por meio de imagens sociais que encontramos nesses anúncios. A imagem a seguir demonstra o que dizemos.

Figura 14



(Fonte: Acervo do autor.)

Portanto, do nosso ponto de vista discursivo, há uma historicidade inscrita nestes *outdoors*. E essa historicidade se materializa, por exemplo, na coloração da pele do personagem. A “Análise do discurso” revela a pseudotransparência da linguagem sobre a qual se assentam as teorias veladas nesta peça publicitária. Ademais, permite-nos trabalhar em busca dos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais como: escravidão e inferioridade. É esta, para nós, a memória inscrita nestes anúncios, já que toda interpretação é regida por condições de produção⁷⁵. Há História, Discurso e Memória nestas peças publicitárias ativados pelo tom de pele dos protagonistas. Isso explica a razão de, no *outdoor* a seguir, uma senhora de pele e fenótipos negros figurar empregos de um salão de beleza.

Figura 15



(Fonte: Acervo do autor)

⁷⁵ As condições de produção são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do enunciado. As condições de produção discursiva fazem parte da exterioridade e podem ser agrupadas em condições em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). E. Orlandi & E. Guimarães. Unidade e dispersão: uma questão de texto e do sujeito. In: E. Orlandi *et al.* *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUSC, p.17-369. Série cadernos PUC.

Entendemos o discurso, os signos e as representações remitidos por este arranjo imagético, como produtos sociais. Consideramos a exterioridade, ou o implícito, como principal elemento constitutivo de significados na leitura desta peça. Os sujeitos envolvidos tanto no processo de produção quanto na recepção destas peças publicitárias, por sua vez, deixam de ser o centro do seu discurso para serem entendidos como uma construção polifônica, lugar de significação ao historicamente constituído. Não mais existem os sujeitos enquanto seres individuais, mas posições de sujeito⁷⁶ nas quais os indivíduos assujeitam-se. Observamos essa construção polifônica na formação dos sujeitos idealizadores tanto do BSM quanto da sua campanha publicitária.

O sujeito, então, é o resultado da relação entre linguagem e História. O sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. Ele é constituído a partir de relações com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco lugar onde se origina o discurso. Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva (FERREIRA, 2005, p. 21).

Neste ponto, os sentidos dos discursos não existem em si mesmos. Os sujeitos que formulam ou que leem estes anúncios não o fazem sozinhos ou espontaneamente, eles o fazem por meio de evocações discursivas e memoriais. Tais evocações remontam o período escravista, seus desdobramentos sociais e todo o processo de manutenção discursivo-memorial a respeito dos povos negros. Os sentidos indizíveis nestes anúncios constituem-se referência às condições de produção de um determinado enunciado, uma vez que este muda de acordo com a formação ideológica de quem o (re)produz, bem como de quem o interpreta. Os sentidos nunca são dados como produtos acabados. No caso específico destes *outdoors*, produtores e leitores destes anúncios movem-se por “representações coletivas”. Em outras palavras, a cor da pele, memorialmente, é o elemento identificador das posições sociais que os indivíduos ocupariam nessa sociedade. Essas representações são flutuantes e se produzem

⁷⁶ Posição de sujeito, segundo a perspectiva da “Análise do discurso”, corresponde ao movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que os indivíduos tornem-se sujeitos do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha a ilusão de autonomia. Para Althusser, os indivíduos vivem na ideologia, não havendo, portanto, uma separação entre a existência da ideologia e a interpelação do sujeito por ela. O que ocorre é um movimento de dupla constituição; se o sujeito só se constitui por meio do assujeitamento, é pelo sujeito que a ideologia torna-se possível, já que, ao entendê-la como prática significante, concebe-se a ideologia como a relação entre sujeito, língua e história na produção de sentidos. Ver mais em: L. Althusser. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

dentro de uma determinação histórico-social, daí a necessidade de se falar em efeito de sentido⁷⁷:

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 1996, p. 11).

Segundo Orlandi (1996), há imprevisibilidade na relação do sujeito com o discurso. Para nós, há também imprevisibilidade na relação dos leitores com os *outdoors*. Não há como definir qual o olhar de cada leitor frente a esses *outdoors*, contudo, há múltiplos. O nosso olhar é que a escolha desses personagens não se deu de forma despreziosa ou aleatória e sim pautada em uma memória herdada.

Toda formação social, no entanto, tem seus mecanismos de controle da interpretação. Estes mecanismos são historicamente determinados. Em nossa sociedade, por exemplo, o melhor mecanismo de controle para a interpretação é a falta de formação intelectual. É a falta de conhecimento sócio histórico que rouba dos indivíduos a possibilidade de um olhar crítico frente aos *outdoors* analisados. Há uma heterogeneidade discursiva⁷⁸ autorizada, porém, limitada ao discurso oficial. Não é todo mundo que pode interpretar. Há um corpo social, especialistas, a quem se delegam poderes de interpretar, tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre etc.⁷⁹ O interpretar liga-se, inextricavelmente, às posições que os sujeitos ocupam naquele âmbito. Os sentidos na formação discursiva são sempre autorizados pelo corpo mítico social. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto, somos instados a interpretar, havendo uma injunção ao interpretar. Porém, esta interpretação nunca é linear para todos os agentes sociais.

⁷⁷ São os diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode assumir, de acordo com a formação discursiva na qual é (re)produzido. Ver mais em: M.C. Leandro Ferreira. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2005.

⁷⁸ Heterogeneidade discursiva é o termo utilizado pela “Análise do discurso” para destacar que todo discurso é atravessado pelo discurso do outro ou por outros discursos. Estes diferentes discursos mantêm entre si relações de contradição, de dominação, de confronto, de aliança ou complementação. Há duas ordens de heterogeneidade: a heterogeneidade constitutiva do discurso (que esgota a possibilidade de captar linguisticamente a presença de um discurso dentro do outro) e a heterogeneidade mostrada no discurso (que indica a presença do outro no discurso do locutor). A heterogeneidade mostrada, por sua vez, divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação, e visível na materialidade simbólica, e a não marcada, da ordem do discurso, e não provida de visibilidade. Ver mais em: J. Authier-Revuz. *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*. Trad. de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: *Cadernos de estudos Linguísticos* (19). Campinas: Unicamp, p. 25-42, jul./dez. 1990.

⁷⁹ ORLANDI, 2002, p. 98.

Em suma, enxergamos as regularidades e permanências memoriais nas formações ideológico-discursivas materializadas na cor da pele demonstradas neste estudo. Sumariamente, Orlandi (1999, p. 17) diz que:

A questão que se coloca é: como o objeto significa dentro do contexto social? [...] como produz um conhecimento a partir do próprio enunciado, porque tem uma materialidade simbólica própria e significativa.

Nessa perspectiva, somos instados a questionar: Como a imagem abaixo opera em nosso contexto social? Como ela (re)produz conhecimento? Qual a sua materialidade simbólica? Para nós, analfabetismo e assistencialismo ancoram-se na coloração da pele desta personagem devido a postulados históricos, aos quais aludimos amiúde. Observamos nestes *outdoors* um uma memória, defendendo suas relações histórico-simbólicas. Os enxergamos como produtores de sentidos em nossa sociedade.

Figura 16



(Fonte: <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>)

É por essa razão que, em contraponto à teoria geral da comunicação que tem suas bases no esquema: emissor, receptor, código, referente e mensagem, a “Análise do discurso” não se vincula simplesmente à transmissão informativa, ela nos permite enxergar outras possíveis análises dos dados expostos. A imagem anterior, por exemplo, não nos informa apenas sobre uma parcela da população com baixa escolaridade⁸⁰, ela aponta para a ratificação das “representações coletivas” sobre os indivíduos de pele não branca. Não existe uma linearidade pragmática na disposição dos seus elementos comunicativos presentes nestes *outdoors*, o que enxergamos neles são as determinações memoriais às quais aludimos reiteradamente. Não há neles a mera transmissão de informação apenas. É necessário analisar:

⁸⁰ Segundo o IBGE, o Brasil possui catorze milhões de analfabetos. Desses, a maior parte se encontra na região Nordeste, em municípios com até 50 mil habitantes, na população com mais de 15 anos, entre negros e pardos, e na zona rural, ou seja, encontra-se na população historicamente marginalizada. O censo relativo ao ano de 2010 revelou uma redução de 29% em relação aos números apresentados em 2000, mas ainda insatisfatória, especialmente, quando considerados os critérios utilizados pelo IBGE. Hoje, é considerada alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples. <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 28/10/2015.

Como os objetos simbólicos produzem sentidos historicamente, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. Nos enunciados há gestos de interpretação que o constituem e quem o analisa, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 1999, p. 17).

Estes anúncios, por este entendimento, não são meras mensagens com interpretação estanque. Eles possuem efeitos de sentido produzidos em condições específicas e que, de algum modo, fazem-se presentes na memória e na maneira como são expostos. Eles deixam vestígios específicos para que o interlocutor os enxergue. Tais vestígios são pistas que, dentro de determinada conjuntura social, o interlocutor resgata para apreender os sentidos produzidos por aquele enunciado. Esses sentidos têm a ver com o que é lugar-comum⁸¹ naquela sociedade, como é lugar-comum a relação entre negro e escravismo e seus desdobramentos.

Por um lado, ao longo do discurso, formam-se famílias parafrásticas⁸² que indicam que o dizer sempre pode ser feito de outra maneira. Do outro lado, temos o esquecimento ideológico; ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia, que, por sua vez, produz um efeito de verdade sobre aquilo que não necessariamente o é. Por esse esquecimento, embarca-se na utopia de supor que a origem do enunciado está no sujeito antropológico, obliterando-se que todo enunciado, na verdade, provém da exterioridade. Em outras palavras, os discursos sempre são anteriores aos sujeitos e, por isso, os discursos particulares sempre são cópia dos discursos exteriores. Não há discurso que não se relacione com outro⁸³.

Por fim, os discursos são extremamente enviesados pelas relações de luta e poder. De acordo com esse entendimento, pode-se afirmar que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, o sujeito, posicionando-se a partir de um determinado lugar, seu enunciado nunca divergirá do discurso oficial daquela posição. Desse modo, o eixo social é atravessado por relações de força, sustentadas no poder dessas diferentes posições de sujeito:

⁸¹ Este ponto será retomado com maior aprofundamento na seção ‘Mídia: espelho padronizador da sociedade’ deste capítulo.

⁸² Famílias parafrásticas são os processos de efeito de sentido que se produzem no interdiscurso. Trata-se de um retorno ao já-dito na produção de um discurso. Pela legitimação deste dizer, possibilita sua previsibilidade e a manutenção no dizer de algo que é do espaço da memória. A paráfrase é responsável pela produtividade na língua, pois, ao proferir um discurso, o sujeito recupera um dizer que já está estabelecido e o reformula, abrindo espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a possibilidade do diferente desfaz a dissociação entre paráfrase e polissemia. E. Orlandi & E. Guimarães. Unidade e dispersão: uma questão de texto e do sujeito. In: E. Orlandi et al. *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUSC, p.17-369. Série cadernos PUC.

⁸³ ORLANDI, 2002, p. 39.

É somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consistem as relações sociais. O poder se manifesta, completa seu ciclo, mantém sua unidade graças a esse jogo de pequenos fragmentos, separados uns dos outros, de um mesmo conjunto, de um único objeto, cuja configuração geral é a forma manifesta do poder que se manifesta nas relações simbólicas. (FOUCAULT, 2005, p. 38).

Se os discursos referendam as relações existentes na sociedade, então a sociedade necessita de meios que reiterem simbolicamente este poder. Não há melhor maneira de referendar signos, símbolos, memória e discursos na contemporaneidade do que pelas mãos da mídia. Observamos exatamente esses signos, símbolos, memória e discurso na imagem abaixo:

Figura 17



(Fonte: Acervo do autor)

O discurso que situa os povos negros como inferiores, o signo cor da pele e as representações nas quais este mesmo povo não possui moradia são, em sua essência, memórias arraigadas neste âmbito social. No jogo das formulações verbais e não verbais presentes nestes *outdoors*, emergem os lugares de memória discursiva, nos quais coabitam os atos: linguístico, ideológico e imagético. Como elemento ratificador, a memória é o que liga, por exemplo, os pontos entre o passado escravagista da cor negra e as necessidades de assistencialismo governamental. Estes pontos asseguram o elo entre os fatos sem que haja uma relação evidente. O leitor destes anúncios incorpora ao seu discurso heranças do coletivo, como se seus arazoamentos idiossincráticos fossem, de fato, espontâneos. Isto é o mesmo que dizer que a “memória coletiva” direciona o indivíduo para julgamentos que o impedem de dicotomizar o que é de fato coletivo e o individual, afinal “não há memória necessariamente espontânea ou livre” (POLLAK, 1989, p. 14).

É o caso também do anúncio a seguir:

Figura 18⁸⁴

(Fonte: Acervo do autor)

Defendemos, enfim, que os *outdoors* de programas assistencialistas de Governo no Estado da Bahia que norteiam este trabalho foram submetidos, em sua concepção, ao regramento discursivo e memorial. Nestas formulações midiáticas, encontramos formulações verbais e imagéticas que correspondem a formações discursivas, autorizadas social e historicamente, da sociedade brasileira, mais especificamente na baiana. Contudo, antes de nos ater à análise de tais peças publicitárias, faz-se necessário trazeremos para a discussão a mídia e seus desdobramentos no âmbito social.

3.2 MÍDIA: ESPELHO PADRONIZADOR DA SOCIEDADE

Sofro pela cor e pelo padrão.

(Elen Oléria. *Carta A Mãe África* 2009. Álbum: *Carta a Mãe África Part. Família GOG - Fábrica da Vida* 2001).

A mídia estende-se para além da mera convergência entre seus produtos e seus destinatários. Vistos como um prisma para o mundo, os meios de comunicação interferem, decisivamente, no olhar sobre si e sobre o outro. Dentro dessa floresta de símbolos, emergem postulados memoriais numa seleção que atende a critérios, interesses, convenções, costumes, valores e memória. Valores estes que não ocorrem de forma ingênua no discurso midiático. Isso quer dizer que existem vértices arquetípicos que visam à padronização das diferenças, e as possibilidades interpretativas que emergem do discurso verbal-imagético determinam o que os grupos elegem como representação própria:

⁸⁴ Esta peça foi fotografada em Manoel Vitorino, um município do estado da Bahia. Sua população estimada, em 2009, era de 14.138 habitantes. Seu nome homenageia o ex-governador da Bahia e ex-vice-presidente brasileiro Manoel Vitorino. Seu território pertencia originalmente a Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité e, por sucessivos desmembramentos, veio finalmente a se emancipar de Boa Nova em 1962, da qual foi distrito, primeiro com o nome de Cachoeira de Manoel Roque (em 1936/37), e depois de Imbuíra, em 1938. Sua emancipação ocorreu com a Lei estadual nº 1771, de 30 de julho de 1962, compondo-a por dois distritos: a sede e Catingal.

A mídia fornece aos indivíduos imagens daquilo que é apropriado em termos de modelos sociais. Ela fornece recursos para a formação de identidades e apresenta novas formas de identidade, nas quais a aparência e a imagem substituem coisas como a ação na construção de identidades (KLEIN, 2005, p. 91).

Ao fornecer modelos à sociedade, a mídia visa a ancorar-se em princípios que já existem naquele nicho. Ela trabalha em consonância com um sistema de signos⁸⁵ ideológico-discursivos pertencentes àquele grupo. Com relação ao signo, Bakhtin (1995) afirma:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata outra. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos; são mutuamente correspondentes. Onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico a refratar as condições de produção sócio históricas no discurso (BAKHTIN, 1995, p. 32).

É, portanto, a partir do signo que se constroem sentidos, consubstanciam-se e perpetuam-se memórias. Isso ocorre por meio de interações sociais. Quanto maior for o grau de interações sociais, maior será o grau de aceitação daquele signo nos indivíduos. Dessa forma, o signo, especificamente a cor da pele como signo, é o elemento de reatualização material da memória, que desmascara a pseudoneutralidade do discurso nos *outdoors* que servem como base de análise neste trabalho. A cor da pele funciona como ativador de memória. Este signo – cor da pele – é um produto social memorialmente internalizado pelos indivíduos.

Segundo Bakhtin (1995), os signos devem ser analisados com objetividade no discurso, uma vez que são fenômenos sociais:

Cada signo não é apenas um reflexo, uma sombra, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo tem uma encarnação material seja como som, como massa física, como cor, como corpo. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio circundante) aparecem na experiência exterior (BAKHTIN, 1995, p. 33).

O signo, visto assim, é o núcleo sensível e veículo material privilegiado no discurso. É ele que orienta a ação e constitui a consciência dos sujeitos em suas interações sociais. Ele não é um produto de consciência individual, pois sua origem é o exterior, e sua localização se dá na memória do indivíduo, justamente pelo seu caráter semiótico: “A imagem e a palavra

⁸⁵ A esse respeito, ver nota trinta.

constituem abrigo do signo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência” (BAKHTIN, 1995, p. 36).

Estes signos, como a cor da pele, são os lugares-comuns necessários para que se consolidem no receptor a mensagem por meio da retórica midiática. Vale salientar que, em dissonância com a retórica midiática contemporânea, que postula seus discursos por meio também de clichês, na instituição retórica vigente no século XVI, os *topoi* eram uma emulação que, na variação elocutiva, competiam com o discurso imitado, produzindo variações de predicados dele. De acordo com Hansen (2012, p. 160):

[...] a noção retórica de ‘lugar-comum’ como ‘sede do argumento’ é mais extensa e precisa que a romântica de ‘lugar-comum’ como ‘clichê’. O clichê é idêntico a si mesmo em todas as repetições; retoricamente, a aplicação do ‘lugar-comum’ nunca é mera repetição do idêntico, mas [...] diferença de uma variação elocutiva do lugar que compete com os usos anteriores e contemporâneos dele.

Sem os lugares-comuns, os *topoi*, não há criação ou memória. Eles são as molduras dos significados compartilhados, o familiar, e recorrem sempre às compreensões e lembranças compartilhadas. É nos *topoi* da memória partilhada que a retórica encontra e explora o senso-comum, formando uma estrutura de cognição e reconhecimento, às vezes por clichês⁸⁶, amiúde pela memória e pelo estereótipo.

Os estereótipos, na contemporaneidade, consolidam-se e consubstanciam-se midiático-discursivamente, perpetuando-se em ancoradouros de “memória coletiva”. Estes estereótipos ditam e legitimam indelévels padrões sócio históricos na estrutura social na qual estão inseridos. Elucubrações mais agudas sobre como se estabelecem e se cristalizam os estereótipos sociais revelam que os processos de legitimação destes estão intrinsecamente ligados às raízes ideológicas, pautadas na pseudo supremacia étnica, social e econômica das “classes dominadoras nas sociedades históricas” (LE GOFF, 2006, p. 206). Segundo Quin (1994, p. 81):

[...] os estereótipos são conceitos de um grupo e têm como função justificar a sua conduta em relação ao outro que é avaliado. Conceitos e estereótipos são transportados pelas palavras e se apoderam de nossa vida.

Estes estereótipos acompanham os *outdoors* selecionados desde a sua concepção. Nesse processo, introjetamos estereótipos e preconceitos que a nossa cultura nos entrega prontos,

⁸⁶ Ver mais em: João Adolfo Hansen. Lugar-comum. In: Adma Muhana, Mayara Laudana e Luiz Armando Bagolin (Orgs.). *Retórica*. São Paulo: Annablume, 2012.

mesmo havendo resistências por parte de alguns indivíduos. Ecléa Bosi (1977) afirma que: “somos insensíveis e desatentos às coisas que povoam nosso mundo e, por isso, sofremos de uma perda, de um empobrecimento que nos faz enxergar através de mediações impostas” (BOSI, 1977, p.98). É verdade que as impressões iniciais sempre podem ser corrigidas, a partir de novos conhecimentos, novas experiências, mas a tendência que prevalece é a do repouso no estereótipo. Repouso que intercepta a informação melhor apurada, no caminho para a consciência.

Em consonância com o que vai dito anteriormente, Baccega (1998, p. 75) assinala que: “na verdade o indivíduo orienta-se por meio de estereótipos e de normas”. Estes estereótipos e normas, por seu turno, são reatualizados por meio da memória, como no caso dos anúncios que estudamos, afinal “os indivíduos, no processo de identificação com seu grupo, buscam garantir o êxito de suas ações e aceitação social” (BACCEGA, 1998, p. 75). Nessa mesma linha, Heller afirma que:

Assumimos estereótipos, preconceitos, analogias e esquemas já elaborados que nos são impingidos pelo meio que crescemos e pode passar muito tempo até percebermos com atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que tal atitude chega a produzir-se (HELLER, 1989, p. 43).

Assim sendo, os grupos elegem, legitimam e impõem seus estereótipos como arquétipos de beleza, comportamento, religião e etnia. Qualquer dissonância com estes vértices padronizadores implica, para estes grupos, a desfragmentação de sua solidez hegemônica memorial. Advém daí a necessidade de meios que, amiúde, reiterem a legitimidade desses padrões, e não há melhor veículo para este fim, nas sociedades modernas, do que a retórica midiática. Ela, para ser eficaz, ancora-se em algum grau de identificação entre o orador e a audiência.

Os interlocutores convencem-se, como os leitores dos *outdoors*, enquanto se reconhecem no discurso, à medida que compartilham daqueles valores em pauta. A retórica midiática requer, sobretudo, a aquiescência do outro. Cada sociedade possui seus próprios *topoi* e estes lugares-comuns manifestam-se, também, nas expressões e imagens midiáticas. Nesse pormenor, os anúncios publicitários funcionam como lugares de memória compartilhada que ancoram os signos retórico-discursivos de uma sociedade:

Os anúncios publicitários, como lugares de memória discursiva, funcionam como lugar/espço de interpretação. E no gesto de interpretação e, portanto, de construção/re-construção de memória discursiva, ocorre estabilização/desestabilização de sentido e sedimentação de valores da sociedade na qual se operam (FONSECA-SILVA, 2007, p. 25).

As construções sócio históricas representadas pelos anúncios publicitários funcionam como espaço de interpretação. Elas podem interferir na formação dos sujeitos e, conseqüentemente, corroborar para a (des)construção das identidades: coletiva e particular. Sob uma égide mais profícua, os anúncios publicitários revelam características discursivo-memoriais que navegam por gerações, à semelhança das características genotípicas e fenotípicas, como nas peças publicitárias que estudamos. Segundo Halbwachs, tais indivíduos não percebem que, na inteireza, o que fazem é perpetuar as ideologias de seus grupos (HALBWACHS, 2006, p. 72). Os anúncios publicitários funcionam como espaço simbólico de representação social.

Dessa forma, os conceitos, de maneira geral, são formados a partir de um sistema de signos semântico-simbólicos. Isto é, aprende-se pela memória. A aprendizagem destes signos semântico-simbólicos desenvolve-se no processo social da educação, no bojo de uma cultura, constituindo a base de seu pensamento conceitual. Os discursos, carregados de significações, cercam o indivíduo, à medida que o direcionam na interpretação do mundo. Um mundo de experiências limitadas.

Cada um de nós vive, trabalha numa pequena parte da superfície da terra movendo-se num círculo restrito que conhece. Conhecemos intimamente apenas umas poucas coisas. De qualquer acontecimento que exerça amplos efeitos, na melhor das hipóteses, só vemos uma fase e um aspecto (LIPPMANN, 1922, p. 149).

Com base nesse mesmo entendimento, Ecléa Bosi (1977) afirma que:

Conhecemos apenas algumas pessoas, algumas coisas, alguns pedaços de paisagens, de ruas, de alguns livros. Presenciamos alguns fatos, mas não presenciamos a maior parte dos fatos sobre os quais conversamos. Confiamos, porém, nas pessoas que viveram e presenciaram esses fatos. O pensamento e o discurso cotidiano se alimentam dessa confiança social. Quando alguém nos descreve ou interpreta uma situação, um fato, esse procedimento não fica restrito apenas a uma categorização de objetos materiais, mas inclui também valores. Essas pessoas podem ser de nosso convívio imediato, ou então autoridades da mídia (BOSI, 1977, p. 97).

Roland Barthes, por sua vez, em sua “retórica da imagem”, oferece uma descrição da imagem como maneira sutil, e não sutil, de transmitir significados, como vemos nos anúncios aqui analisados. As imagens sempre foram consideradas inconfiáveis. As palavras eram a segurança. Entretanto, no mundo de consumo de massa, elas, as imagens, são consideradas

disfarces, truques para o incauto, lugares de sedução para o consumidor (BARTHES, 1977, p. 49). Em uma linha de pensamento análoga, Mckeon (1987) afirma que:

Enquanto a retórica dos romanos extraía seus *topoi* das artes plásticas e da jurisprudência, e a retórica das humanidades extraía lugares-comuns das belas-artes e da literatura, a retórica midiática encontra seus lugares na tecnologia da publicidade comercial (MCKEON, 1987, p. 34).

Nesse contexto, a “memória coletiva”, o discurso e os signos encontram também seus lugares na tecnologia da publicidade comercial, como nos arranjos publicitários que estudamos.

A mídia também atende aos interesses do Estado. Desde que Johannes Gutenberg, em 1440, inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa é utilizada pelo poder estatal. A invenção da imprensa coincide com a do Estado Moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir daí, a imprensa sempre esteve ligada à luta política:

É legítimo associar o desenvolvimento do Estado Moderno ao recurso crescente do escrito (manuscrito e, depois, ao impresso) na administração dos homens e das coisas. É também necessário sublinhar vigorosamente que essa ligação se opera segundo modalidades específicas, não só as dos Estados contemporâneos, encontrando resistências por parte das antigas maneiras de pensar e de mostrar o poder (CHARTIER, 2002, p. 219).

Portanto, a mídia também funciona como transmissora e guardiã da “memória coletiva” e discursiva, no tocante às pessoas de pele negra, confirmada pelo Estado. Não se pode obliterar, contudo, que a memória, veiculada nesses *outdoors*, nada mais é do que uma memória perpetrada histórica e socialmente. Segundo Silverstone (2002), estudar a relação da mídia com a memória não é negar a autoridade do evento que é o foco da recordação, mas insistir na capacidade de construir um passado público e para o público (SILVERSTONE, 2002, p. 123). Se a memória precisa preencher as fissuras deixadas pela história, o papel, então, da mídia é não nos deixar esquecer os valores semântico-simbólicos em nossa sociedade.

Se quisermos analisar de que forma a mídia funciona como lugar de construção de memórias na sociedade contemporânea, temos que pensar como se dá a apropriação de um real fragmentado e disperso e a construção de um imaginário que se confunde com o próprio real nas materialidades simbólicas de significação que envolvem o verbal e o não verbal. É nesse sentido que tomamos anúncios publicitários como lugares de memória discursiva (FONSECA-SILVA, 2007, p. 25).

Esse entendimento é que trouxe a inquietação sobre a intencionalidade memorial-discursiva presente na propaganda oficial dos programas assistencialistas de governo no Estado da Bahia nos anos compreendidos entre 2013 e 2016.

Entretanto, apesar de não ser exatamente o cerne deste trabalho, cabe abriremos um parêntese para discutirmos um dos instrumentos mais eficazes utilizados pela mídia governamental nos anúncios selecionados, a saber: o *slogan*. Nas palavras de Baronas (2007):

Penso que os *slogans* sejam a mais antiga das tecnologias simbólicas de poder. Mesmo na sua gênese ‘como o grito de guerra de um clã’, o característico *mo(ral)izante* já estava presente [...] Nos *slogans* políticos o enunciador é quase sempre um sujeito institucional, e o destinatário mesmo quando especificado, pode ser qualquer um. Essa disposição dos papéis enunciativos produz um efeito de diálogo simétrico. Simetria que é garantida por ser o *slogan* produto de uma subjetividade pública (BARONAS, 2007, p. 170).

Observamos isso na peça a seguir:

Figura 19



(Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=primeirooutdoordobrasilsemmiseria>)

Os *slogans* políticos se configuram como falas imemoriais, atemporais, que obtêm a validação do seu dizer justamente por estarem deslocados do tempo. Eles, tal qual um medicamento, têm prazo de validade. Essa validade, geralmente, estende-se pelo período de um mandato governamental. Sua marcação temporal é importante, pois se constitui em mais um dos traços que auxiliam/reforçam a identificação da autoria, a quem esse enunciado é imputado (BARONAS, 2007, p. 171).

Figura 20



(Fonte: www.ba.gov.br/)

O *slogan* político é produzido com uma linguagem de fácil leitura, pois um dos seus objetivos é atender o todo da população. Ele não deve ser visto, sob pena de simplificarmos a análise, como uma mera ferramenta de manipulação inconsciente dos indivíduos aos quais é endereçado. Além de o *slogan* político valorizar as ações dos governos dos quais constitui uma espécie de carimbo, marca de autoria, ele é importante tecnologia simbólica de poder que, de alguma forma, produz uma ilusão subjetiva de ligação entre o Governo e aquilo de que a população mais necessita. Trata-se, na verdade, de um saber produzido pelos próprios indivíduos e que é confiscado pelo Estado (BARONAS, 2007, p. 172), como na frase: “Terra de todos nós”, da logomarca anterior, e da frase: “Terra-mãe do Brasil”, no *slogan* abaixo.

Figura 21



(Fonte: www.ba.gov.br/)

Produto de uma escrita disciplinar, engendrada por uma prática político-administrativa, o *slogan* político, mais do que uma prática, é uma marca que, de alguma forma, identifica um governo, diferenciando-o dos outros; constitui um código de conduta moral, uma síntese de um regulamento que procura definir tipos de subjetividade (BARONAS, 2007, p. 174). Chamamos a atenção para o fato de que os *slogans* do Estado da Bahia, para quadriênios diferentes, não denotam mudança de olhar sobre a população que necessita de assistencialismo. Baronas (2007) define *slogan* da seguinte maneira:

Os *slogans* são signos, cuja construção se baseia nas necessidades dos indivíduos (**saúde, educação, infra-estrutura, moradia, igualdade**⁸⁷, liberdade, solidariedade), utilizados pelo Estado como mecanismo de poder que visa transformar o comportamento dos indivíduos. Trata-se de uma subjetividade pública que transformada pelo Estado numa tecnologia de poder controla os indivíduos pelas suas próprias demandas. Na verdade acredito que os *slogans* políticos se constituem em mais um dos panoptismos nossos de cada dia: uma técnica que procura punir os indivíduos não por aquilo que eles fizeram, mas por aquilo que eles ainda poderão fazer. Penso

⁸⁷ Grifamos essas palavras por coadunarem perfeitamente com os programas dos *outdoors* que selecionamos.

o slogan como uma penalidade. Uma penalidade que propõe a corrigir, a educar, a adestrar os indivíduos (BARONAS, 2007, p. 173-174).

Os *slogans* políticos, por serem uma espécie de monumento, que se apresenta em diversos textos oficiais (editais, ofícios, *outdoors*⁸⁸, chamadas radiofônicas e televisivas) constroem a necessidade de os indivíduos se inserirem em determinados padrões de comportamento. Eles são uma tecnologia simbólica de poder que possibilita a irrigação dos efeitos de poder numa sociedade (BARONAS, 2007, p. 174-176).

Portanto, a mídia abarca uma multidimensionalidade de funções dentro de uma sociedade. Ela pode atender à memória, aos discursos e às representações sem perder seu foco principal, que é o ‘vender’. É nessa alínea que se diferenciam a mídia governamental e a mídia comercial. Ambas, sendo parte da mesma, desejam ‘vender’ algo. A primeira visa a vender “produtos ideológicos”; a segunda, “produtos tangíveis”.

No próximo capítulo, analisaremos, à luz das perspectivas teóricas já delineadas ao longo deste trabalho, o discurso e a memória preservados nos *outdoors* dos programas aludidos e seus desdobramentos nas políticas públicas da Bahia. Os vértices discursivo-memoriais existentes em tais recursos midiáticos serão investigados para se compreender de que forma a cor da pele se constitui como lugar de memória discursiva ainda na contemporaneidade. Antes, contudo, faz-se pertinente atentarmos para mais uma categoria, a representação, e a maneira como ela evidencia os signos discursivo-memoriais de uma sociedade.

3.3 REPRESENTAÇÃO: MECANISMO DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

As representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Por conta disso, as investigações sobre as representações sempre as colocam num campo de competições em termos de poder e dominação:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

As representações são as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas, afinal têm como objetivo a construção do mundo social:

⁸⁸ Grifo nosso.

[...] as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só são verdadeiras a partir do momento em que comandam atos – que têm por objetivo a construção do mundo social e, como tal, a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua (CHARTIER, 2002, p. 18).

A noção de “representação coletiva” permite conciliar as imagens mentais claras com os esquemas interiorizados. Esta noção obriga igualmente a remeter às próprias divisões do mundo social. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas. Todas as representações coletivas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem os símbolos sociais. A cor da pele é um símbolo social.

A função simbólica⁸⁹ das representações opera como uma mediadora que orienta diferentes signos linguísticos. Os signos, por sua vez, são todas as figuras intelectuais ou representações coletivas das quais os grupos se valem para sustentar sua organização conceitual do mundo social. No caso específico deste trabalho, acreditamos que a cor da pele é o signo que representa as posições sociais, apesar de entendermos que existem outros signos que exercem esta função, como por exemplo, o econômico. Mas isto poderá ser debatido em outro estudo.

Compreender o significado histórico dos signos, dentro dessa perspectiva, é exigir que se investiguem sua representação e sua decifração. Cada signo é suscetível a leituras e representações plurais, como os *outdoors* o são. Os signos e representações variam de acordo com os diferentes públicos. Em outras palavras, o conjunto de signos provenientes da ordem da representação e sua extensão máxima remetem para as unidades que constroem a verdade social.

A relação de representação, entendida como relacionamento de uma imagem, material ou simbólica, presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, modela toda a teoria do signo que comanda o pensamento simbólico-social. Por um lado, identificar as condições necessárias para estabelecer a relação inteligível entre signo e coisa significada é perceber a existência de convenções que regulam a relação do signo com a coisa. Por outro, é investigar a questão da variabilidade e pluralidade de compreensões das representações do mundo social propostas nas formulações verbais e não verbais.

⁸⁹ A tradição e o idealismo crítico designam por função simbólica todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo das representações (CHARTIER, 2002, p. 18).

Nesse contexto, a distinção primeira entre representação e representado, entre signo e significado, tem em vista fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação. Em outros termos, as coisas representadas não existem a não ser no signo que as exhibe. Representações necessitam se consubstanciar na materialidade do signo:

A representação, essa mestra dos erros e da falsidade, faz tomar o logro pela verdade. Ela ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é. Assim, deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado. Ela se faz necessária onde falta o possível recurso de uma violência imediata (CHARTIER, 2002, p. 18).

A problemática do mundo da representação, moldado por meio dos discursos que o apreendem e o estruturam, conduz, inevitavelmente, a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser assimilada e aceita pelos leitores de textos ou de imagens. É necessário entender que o leitor dos anúncios estudados tem sua percepção a partir dos discursos e representações que lhe são exteriores, mas que foram internalizados como se fossem seus discursos e seus valores particulares. A leitura depende sempre dos dispositivos e discursos formais que antecedem este leitor.

Os produtores desses textos, escritos ou imagéticos, se apoderam desses signos, como a cor da pele, para colocá-los a serviço da memória e do discurso oficiais. Nesse sentido, faz-se necessário o reconhecimento do simbólico e do material nas relações de uma sociedade. Por vezes, o simbólico e o material se fundem num só elo comunicativo. Os *outdoors* são um ótimo exemplo dessa fusão entre o simbólico e o material.

Há necessidade, pois, de se construírem séries homogêneas para esses signos: sejam insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, vestes, selos etc); os monumentos que, ao identificarem o rei, identificam também o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores) ou os programas que têm por objetivo representar simbolicamente o poder das classes e, por conseguinte, do Estado⁹⁰. O BSM é um exemplo de programa estatal que representa as relações simbólico-semânticas existentes entre os grupos em nossa sociedade. Esta relação simbólica evidencia-se quando do não uso de personagens de pele branca em programas assistencialistas de governo, em detrimento do uso apenas de pessoas negras nesses mesmos programas.

⁹⁰ Importa salientar que a noção de Estado apresentada aqui não é a de mera divisão de poder em unidades federativas de um país. Compreendemos o Estado como o conjunto de formulações simbólico-semânticas que tomam forma a partir de construções sociais que extrapolam os limites do individual.

Por fim, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que presentifica um objeto ausente (escravidão), por meio de sua substituição por uma imagem capaz de reconstruí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é (cor da pele). Algumas dessas representações são materiais, como os *outdoors*. Outras são pensadas num registro diferente: o das relações simbólicas, como a cor da pele e sua historicidade implícita. Isso torna compreensível a relação entre o signo visível, pigmentação da epiderme, e o referente por ele significado, inferioridade.

4 COR DA PELE: O REFRÃO MEMORIAL-DISCURSIVO NOS *OUTDOORS* DOS PROGRAMAS ASSISTENCIALISTAS DE GOVERNOS BAIANOS

[...] *Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida*
 [...] (Milton nascimento Maria, Maria. Álbum: Clube da Esquina 2, 1978).

Como demonstrado até aqui, compreendemos que os *outdoors* de programas assistencialistas de governos baianos não podem ser lidos apenas no momento e ano de sua concepção. Precisamos lê-los retomando cada época, até chegarmos ao momento da criação da memória sobre o negro em terras da cristandade. Neste capítulo, por fim, visamos a demonstrar os fios que tecem a rede de memória⁹¹, os discursos e as representações materializados na coloração cutânea dos personagens dos programas assistencialistas supramencionados.

Todavia, entendemos que a recepção dessas peças publicitárias não é linear. Há vários olhares possíveis frente a estes anúncios. Os estudos sobre a “Estética da Recepção” e a “Teoria do Efeito Estético”, propostas por Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, respectivamente, deitarão importantes luzes para o entendimento das possíveis leituras frente aos *outdoors* estudados. Começemos por Jauss e sua “Estética da Recepção”.

4.1 RECEPÇÃO E EFEITO: VÁRIOS OLHARES SOBRE UM MESMO OBJETO

Em linhas gerais, a ‘Estética da Recepção’ ou ‘Teoria da Recepção’ propõe uma reformulação da interpretação textual, pois considera a relação dinâmica entre autor, obra e leitor. A tese formulada por Jauss (1994) diz respeito ao diálogo estabelecido entre a obra e o leitor. Sobre esse aspecto, Zilberman se posiciona, afirmando que “a relação dialógica entre o leitor e o texto, seja verbal ou não verbal, [...] é o fator primordial” (1989, p.33).

O conceito de “horizonte de expectativas” é um dos postulados básicos da teoria de Jauss (1994). Ele engloba o limite do que é visível e está sujeito a alterações e mudanças, conforme as perspectivas do leitor. O “horizonte de expectativas” é responsável pela primeira reação do leitor frente à obra, pois se encontra na memória como um saber construído socialmente e de acordo com um código de normas estéticas. Sua tese ainda postula a tônica de que o objeto a ser lido pode satisfazer o “horizonte de expectativas” do leitor ou provocar o estranhamento e o rompimento desse horizonte, em maior ou menor grau, levando-o a uma

⁹¹ Este conceito é referido por Fonseca-Silva (2007). Ver nota de número um.

nova percepção da realidade. A distância entre as expectativas do leitor e sua realização é denominada por Jauss de “distância estética” (JAUSS, 1994, p. 31).

Jauss (1994) propõe examinar as relações atuais do objeto a ser lido e sua história. É exatamente com base nessa perspectiva que analisamos as imagens das propagandas dos programas assistencialistas de governo no Estado da Bahia. Buscamos, a partir das relações atuais entre a mídia e o negro, investigar a História inscrita por trás dessa relação. Averiguamos qual era o “horizonte de expectativas” dos possíveis leitores dos *outdoors* e a quais necessidades desse público a obra atendia. Ao recuperar a historicidade nessas peças publicitárias, percebemos a possibilidade de distintas interpretações entre a recepção do passado e a atualização no presente, com diferentes respostas oferecidas a novas perguntas.

Jauss (1994) prevê o estudo do objeto a ser lido sob o ponto de vista diacrônico e sincrônico, visto que a ‘Estética da Recepção’ é o lugar onde diacronia e sincronia se coadunam. O aspecto diacrônico diz respeito à recepção do *outdoor* frente à sua historicidade, de modo que ele deve ser analisado não apenas no momento da leitura, mas no diálogo com as leituras anteriores. Esse pressuposto demonstra que o valor desses anúncios estudados transcende a sua época. Sua aparição não é apenas uma categoria estética, mas histórica, porquanto conduz à análise. A contemplação diacrônica destas peças publicitárias somente alcança a dimensão verdadeiramente histórica quando não deixa de considerar sua relação com o contexto sócio histórico ao qual pertence:

A Estética da Recepção volta-se para as condições sócio-históricas das diversas interpretações textuais: o discurso se constituiria, através de seu processo receptivo, enquanto pluralidade de estruturas de sentido historicamente mediadas. O leitor, sob essa perspectiva, torna-se o sujeito que iguala suas experiências pessoais ao interesse científico (JAUSS, 1994, p. 54).

Por seu turno, a sincronia, no entender de Jauss (1994), é fator importante para a compreensão de aspectos específicos da historiografia por comparar obras de um mesmo período histórico. A proposta da ‘Estética da Recepção’ é o diálogo entre diacronia e sincronia no processo de compreensão total da obra, sendo que a historicidade revela-se justamente nos pontos de intersecção entre ambas. É exatamente isso que buscamos fazer ao analisar nosso objeto de estudo. Olhamos para ele sem perder de vista a historicidade e a memória implícitas nele. Porém, olhamo-lo e percebemos que a “experiência estética” frente a ele é múltipla.

A “experiência estética”, segundo Jauss (1979), torna-se emancipadora na medida em que abarca três atividades primordiais que, embora distintas, relacionam-se entre si: a *poesis*,

a *aisthesis* e a *katharsis*. A *poesis* compreende o prazer do leitor ao sentir-se coautor da obra: primeiro contato com os *outdoors*; a *aisthesis* relaciona-se ao prazer estético advindo de uma nova percepção da realidade: identificação de signos discursivos nos *outdoors*; por fim, a *katharsis* diz respeito à recepção, que ocasiona a transformação das convicções do leitor, mobilizando-o para novas maneiras de pensar e agir: mudança de ótica frente aos *outdoors*.

A “experiência estética”, portanto, compreende prazer e conhecimento. Por meio do diálogo entre texto e leitor, a obra atua sobre um público, oferecendo padrões de comportamento e, ao mesmo tempo, emancipando-o.

Iser (1996), por sua vez, na “Teoria do Efeito estético”, afirma que o objeto a ser lido é um dispositivo a partir do qual o leitor constrói suas representações. A noção de representação, para Chartier (2002), pode ser compreendida de duas formas:

A primeira é a representação como dando a ver uma coisa ausente, supondo uma convergência entre aquilo que representa e aquilo que é representado. Nesse sentido, o objeto ausente é substituído por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é. A segunda forma é a representação como “exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém” (CHARTIER, 2002, p. 20).

Diante disso, salientamos que vemos o passado escravagista como o objeto ausente, e a imagem de sua reconstrução consubstanciada na cor dos protagonistas dos *outdoors* analisados. Em outras palavras, para nós, o implícito fala mais alto do que o explícito nessas peças publicitárias. É nessa alínea que os lemos. Os espaços ou lacunas existentes necessitam da intervenção do leitor para completá-los. É esse o papel da memória: preencher as fissuras deixadas pelo discurso. É o implícito que permite ao *outdoor* “comunicar-se” com o leitor, induzindo-o a tomar parte na produção e compreensão da intenção da obra. Isto implica dizer que o anúncio desperta o leitor para o que lhe é familiar e para as normas sociais, históricas, culturais e memoriais que estabelecem essa normalidade.

A identificação entre o leitor e o anúncio ocorre a partir da interação entre ambos e surge como consequência do confronto dos “horizontes de expectativas” do leitor e dos autores do *outdoor*. O leitor utiliza estratégias de seleção por meio das quais confronta suas expectativas com as dos autores do objeto lido. Segundo Iser (1996), há diferentes visões sobre o mesmo objeto por meio dos vários pontos de vista apresentados. Isso ocorre porque cada perspectiva não apenas permite uma determinada visão do objeto tencionado, como também possibilita a visão das outras. Essa visão resulta do fato de que as perspectivas referidas não são separadas entre si (ISER, 1996, p. 179).

Existe uma leitura esperada para esses *outdoors*: a oficial. Contudo, durante a leitura, a perspectiva do leitor do anúncio pode divergir da perspectiva do autor. Isso acontece com essas peças publicitárias. Não há apenas leitores que se reconhecem nestes anúncios, mas também há leitores que os refutam. É exatamente este o nosso olhar sobre estas peças. As enxergamos com o olhar de refutação, pois, comprovadamente, os negros não ocupam apenas estes lugares consagrados pelas “representações coletivas”. É a pluralidade de leituras que, segundo Iser (1999), torna a comunicação efetiva, um diálogo a partir do qual o leitor exerce sua atividade produtiva, pois o objeto a ser lido força-o a uma tomada de posição (ISER 1999, p.10).

Sob o ponto de vista da “Estética da recepção” e da “Teoria do efeito estético”, há vários fatores que interferem na forma de olhar do indivíduo frente a um objeto, pois o interpretar liga-se, inextricavelmente, às posições que os sujeitos ocupam naquele âmbito. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico ou não, somos instados a interpretar. Os sentidos encontrados na leitura fazem parte da “formação discursiva” individual e são sempre autorizados pelo corpo mítico social, isto é, pela memória. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem estar sempre previamente estabelecidos. No fluxo temporal da interpretação, o passado e o futuro se encontram no momento presente. A memória é o elo entre o objeto a ser lido e seu leitor. Este objeto é filtrado na “rede de memória” do leitor. Essa “rede de memória” oferece a base para as seleções do olhar durante o processo da leitura, podendo os sentidos ir além do denotativo, pois os signos trazem à luz e desvendam muito mais do que a simples designação de algo dado.

Em nossa compreensão, há, no mínimo, cinco possibilidades de olhares nesses *outdoors*. O primeiro é o dos beneficiados de pele escura. O segundo é o dos beneficiados de pele não escura. O terceiro é o daqueles de pele “branca” que reconhecem nos protagonistas dos *outdoors* a perfeita consonância com a memória herdada coletivamente, relegando aos indivíduos de pele escura um lugar desprivilegiado nas esferas sociais. O quarto olhar é o daqueles de pele “branca”, mas que percebem o jogo simbólico presente em tais formulações imagéticas. O quinto olhar é o daqueles de pele escura, mas que não se reconhecem apenas nos lugares da estratificação social consagrados pela “memória coletiva”.

Os três primeiros olhares, possivelmente, são equalizados pelo baixo grau de escolaridade e conhecimento histórico-discursivo. É a falta de informação que equaciona o olhar de “brancos” e não brancos frente aos *outdoors*. Para eles, não há nada de negativo no uso da imagem somente de protagonistas de pele escura nos anúncios estudados. Com isso, o arbitrário torna-se o normal e natural:

[...] o saber prévio de um público, ou o seu horizonte de expectativas, é que determina a recepção. O objeto dialoga com as experiências que o leitor possui. O objeto suscita expectativas, desperta lembranças e conduz o leitor a determinada postura emocional e, com tudo isso, antecipa um horizonte geral da compreensão. Sendo assim, a recepção se torna um fato social e histórico, pois as reações individuais são parte de uma leitura ampla do grupo ao qual o homem, em sua historicidade, está inserido e que torna sua leitura semelhante a de outros homens que vivem a mesma época (JAUSS 1994, p. 28-78).

Os dois últimos olhares, por sua vez, são os que mais nos interessam por serem aqueles que, de fato, reconhecem o jogo das representações simbólico-semânticas construídas historicamente no discurso governamental. Este é nosso olhar neste trabalho, o olhar de quem consome tais propagandas sob o ponto de vista acadêmico.

A análise que aqui propomos da memória, do discurso e das representações memorialmente preservados visa a deslindar os fios que tecem essa “rede de memória” acerca das pessoas de tez escura e a imagem construída socialmente a seu respeito. Os principais conceitos que serviram de fundamentação teórica ao longo deste trabalho reaparecerão. Vale salientar que a proposta defendida aqui não pretende, de forma alguma, apontar falhas ou acertos nas políticas públicas com relação a essa parcela da população, todavia, interessamos em saber os motivos que levaram à escolha destes protagonistas, e não de outros, para essa campanha publicitária.

No *corpus* da estrutura textual do Plano BSM, aparece o seguinte princípio: “*atuação transparente, democrática e integrada com os governos federal, estadual e municipal*” (Decreto nº 7.492, de dois de junho de 2011). Nesse ínterim, observamos uma convergência prático-discursiva que encerra os três níveis de governo num mesmo constructo ideológico. Isto justifica, neste trabalho, o uso de imagens de programas das esferas Federal, Estadual e Municipal. Porém, faremos o recorte metodológico apenas para os programas específicos de governos na Bahia, mesmo entendendo que a memória e o discurso revocados também o são em âmbito nacional.

O jogo verbal e o não verbal, nesses *outdoors*, apenas se constituíram como “enunciados” quando da materialização imagética do Plano. É no enunciado que se encontram o material e o simbólico. Entendemos que, para os idealizadores do Plano e de sua campanha publicitária, não seria “politicamente correto” registrar textualmente quem a “memória coletiva” elege como aqueles de “extrema pobreza”. Entretanto, as imagens o dizem por meio da “formação discursiva” de tais idealizadores. Lembramos que:

É a formação discursiva a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer, e, também, o que pode ou não ser dito, funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. A formação discursiva é definida por seu interdiscurso e entre formações discursivas distintas podem ser estabelecidas tanto relações de conflito quanto de aliança. Esta noção de formação discursiva deriva do conceito foucaultiano que diz que sempre que se puder definir, entre certo número de enunciados, uma regularidade, estar-se-á diante de uma formação discursiva (FERREIRA, p. 26, 2005).

Desse modo, é a “formação discursiva” dos idealizadores que define o que deve ou não ser dito no corpo do texto ou na veiculação imagética, sem perder de vista os lugares sociais de quem diz e de quem recebe texto e imagem. Porém, fica patente, nesses *outdoors*, uma regularidade: a cor da pele como refrão.

Em relação aos não ditos, Humberto Eco (1986) argumenta que eles deslocam-se pela estrutura do texto. Ao fazê-lo, provocam o deslocamento do ponto de vista do leitor e estabelecem a interação entre ambos. Tais espaços obrigam o leitor a reorganizar suas representações, reconsiderar o que já foi colocado em segundo plano e processar novamente a organização dos elementos. Os não ditos rompem as expectativas do leitor, uma vez que o ponto de referência torna-se exatamente ele, o não-dito (ECO, 1986, p. 37). Iser (1999) salienta que, ao fazer com que o leitor enxergue o que estava oculto, os não ditos compõem o repertório do texto e são muito mais reveladores do que os ditos. Este é nosso material de análise nos *outdoors*, aquilo que as palavras não dizem, mas que a Memória, o Discurso e a Representação gritam.

É importante esclarecermos que os programas assistencialistas serão abordados em seções separadas. Analisaremos, nessa ordem, as imagens referentes ao saneamento básico, à inclusão produtiva, à educação, à saúde, ao acesso a água e a moradia. Ao final de cada seção, o leitor observará um parágrafo-refrão que construímos para enfatizar e ratificar que é a cor da pele o refrão que norteia os programas, propagandas e ações governamentais.

Pelo texto do decreto, os serviços públicos atenderiam à população em “extrema pobreza”. Contudo, asseveramos que, com base nas análises dos *outdoors* que se seguem, se a pobreza é multidimensional, como diz o texto do decreto, a representação dela não é multicolorida, pelo contrário, é monocromática, pois na consubstanciação dessa pobreza e seus desdobramentos, há apenas um tipo de protagonista nestas peças publicitárias, como já dito. O que se apresenta nos *outdoors* não é fruto do presente, mas sim de um processo histórico herdado memorialmente.

Por fim, a análise discursiva que fazemos das imagens ancora-se, antes de tudo, numa perspectiva historiográfica, permitindo-nos trabalhar em busca dos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais. Isso implica o reconhecimento de que há

uma historicidade inscrita em cada signo presente nestes anúncios que não nos permite pensar na existência de um sentido literal, já posto, e nem mesmo que o sentido possa ser qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção⁹² (ORLANDI, E. & GUIMARÃES, 1999, p. 25).

Todos os detalhes presentes nos *outdoors* nos interessam por nos remeter a conceitos memoriais e discursivos que transcendem o âmbito das coincidências:

Cada dado faz-se objeto na ordem da memória discursiva . A concepção empregada em cada análise traz a possibilidade de trabalhar com os processos de produção do discurso que nos remetem não à evidência dos dados empíricos, mas sim aos acontecimentos histórico-sociais em torno dos quais se funda um discurso. Todo enunciado precisa ser analisado em relação aos objetos circundantes (FERREIRA, p. 32, 2005).

É por essa razão que esmiuçaremos cada detalhe dos *outdoors*, pois tudo neles é signo e passível de análises: as cores, as formas geométricas, as vestes, a idade, os cabelos, os sorrisos, os gestos e o gênero. Isto posto, observemos, nas imagens a seguir, como aparecem os tão referidos protagonistas.

4.2 SANEAMENTO BÁSICO: UM SERVIÇO PARA APENAS UMA PARCELA DA POPULAÇÃO?

A carne mais marcada pelo Estado é a negra.

(Elen Oléria. Carta A Mãe África 2009. Álbum. Carta a Mãe África Part. Família GOG - Fábrica da Vida, 2001).

Figura 22



(Fonte: Acervo do autor)

A figura 22, a primeira escolhida para encetarmos a análise, mostra um garoto de pele escura, de olhos fechados sob a luz do sol, representando os beneficiados pelo programa de

⁹² Conferir definição de “condição de produção” no segundo capítulo.

saneamento básico em Vitória da Conquista⁹³. Com a mão esquerda, ele segura um copo de vidro com água que, por ser farta, respinga em sua blusa. Na mão direita, uma bola amarela com linhas vermelhas. Do lado superior direito do *outdoor*, observamos o *slogan* em letras azuis e vermelhas: “Trabalhando sem parar para sua vida melhorar”. Logo abaixo, em letras azuis, o *slogan* da Prefeitura local, ao lado da bandeira municipal, traz os dizeres: “Prefeitura de Vitória da Conquista Governo Participativo”. Ao fundo, árvores.

É de extrema relevância observar que, nesta peça publicitária, fazem-se presentes as cores da Bandeira de Vitória da Conquista⁹⁴ e do Brasão Municipal⁹⁵, a saber: o branco, o vermelho, o azul, o verde e o amarelo.

⁹³ Vitória da Conquista é um município brasileiro do Estado da Bahia. Sua população, conforme o IBGE, em 2014, era de 346.199 habitantes, o que faz dela a terceira maior cidade do estado, atrás de Salvador e Feira de Santana, e a quarta do interior do Nordeste. Possui um dos PIB's que mais crescem no interior desta região. Capital regional de uma área que abrange aproximadamente oitenta municípios na Bahia e dezesseis no norte de Minas Gerais, tem uma altitude média de 923 metros nas escadarias da Igreja Matriz, atingindo os 1.100 metros nas partes mais altas. Possui uma área de 3.204,257 km². Foi fundada como Arraial da Conquista em 1783, pelo sertanista português João Gonçalves da Costa. Através da Lei Provincial n.º 124, de 19 de maio de 1840, o Arraial da Conquista foi elevado a Vila e Freguesia, passando a se denominar Imperial Vila da Vitória, com território desmembrado do município de Caetité. Verificou-se sua instalação em 9 de novembro do mesmo ano. Em ato de 1º de Julho de 1891, a Imperial Vila da Vitória passou à categoria de cidade, recebendo, simplesmente, o nome de Conquista. Finalmente, em dezembro de 1943, através da Lei Estadual n.º 141, o nome do Município foi modificado para Vitória da Conquista. O território onde hoje está localizado o Município de Vitória da Conquista foi habitado pelos povos indígenas Mongoiós, subgrupo Camacãs, Ymborés (ou Aimorés) e, em menor escala, pelos Pataxós. Os aldeamentos se espalhavam por uma extensa faixa, conhecida como Sertão da Ressaca, que vai das margens do alto Rio Pardo até o médio Rio das Contas. <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2>. Acesso em 13/09/15.

⁹⁴ A Bandeira de Vitória da Conquista foi constituída pelo projeto de Lei Municipal n.º 182, de 27 de outubro de 1978. O modelo é de autoria do heraldista Fernão Dias Sá. As suas cores sintetizam os pavilhões nacional e estadual, com o acréscimo das municipais. O verde e o amarelo correspondem ao primeiro, com a sua significação, simbolizando, ainda, o verde do café, principal riqueza do município; o vermelho e o branco são as cores estaduais, e o amarelo, as municipais. As faixas vermelhas, azul e branca formam o C, inicial de Conquista. Estas três, mais a verde, formam o “E” de Educação, moderna preocupação do Poder Público Municipal. As faixas azul e verde formam o T, inicial de Trabalho, fator móvel do progresso, e lembra que é somente trabalhando que o homem constrói o mundo e consegue bem estar. (Fonte: *Lei n.º 528/90*). <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/simbolos-oficiais/>. Acesso em 13/09/2015.

⁹⁵ O Brasão Municipal foi instituído pelo projeto de Lei n.º 688, de 24 de maio de 1968, e é de autoria do heraldista Alberto Lima. Ele tem as seguintes características heráldicas e históricas: escudo português terciado em faixas, sendo a primeira faixa em campo de *blau* (azul), em campanha de *sineple* (verde), com quatro estrelas de ouro e uma faixa de entrada de prata. A segunda faixa está dividida em dois campos: à direita, um arco e flecha de ouro em posição de ataque em Campo de Gales (vermelho); à esquerda, uma cruz sobre um monte, tudo em ouro, em campo de *blau* (azul), sendo o monte de ouro carregado de uma esmeralda em sua cor natural (verde). No lastro, acompanhando a forma de escudo, um listel de prata ostentando os seguintes dizeres: 1752 – Vitória da Conquista – 1891. Integra o conjunto, na parte superior, uma coroa mural de cinco torres, carregada de uma elipse de *blau* (azul), ostentando uma flor-de-lis, em ouro, que representa a cidade. O escudo português lembra a origem lusitana de nossa pátria. As três faixas que dividem o escudo em três campos representam: a zona da mata, a zona da caatinga e a zona da mata de cipó, encontradas em território do município. Quatro estrelas fazem menção aos primeiros desbravadores da região, entre eles, João da Silva Guimarães (mestre de campo). A faixa ondulada de prata representa o Rio Pardo. A campina, de verde, atesta a fertilidade do solo. O arco e a flecha lembram, em épocas remotas, a presença dos índios Mongoiós e Imborés, donos da terra. O monte e o cruzeiro aludem à presença da religião católica apostólica romana. A Montanha de ouro evidencia a serra Marçal; a esmeralda, a região diamantífera. O orago de Nossa Senhora da Vitória está presente na flor-de-lis. As datas: 1752 e 1891 representam, respectivamente, a ocupação do espaço territorial pelo bandeirante João da Silva Guimarães e a elevação de Vitória da Conquista à categoria de cidade. Por fim, os esmaltes têm o seguinte significado: ouro – força; prata – candura; vermelho (géles) – intrepidez; azul (*blau*) – serenidade; verde

A criança de pele escura parece representar a tranquilidade que a população carente deve depositar nos cuidados do Governo, pois existem práticas governamentais que lhe garantem tal condição. No alto, à direita, uma seta vermelha em sentido vertical, ao lado do número percentual de oitenta e cinco, em letras verdes, faz tanto referência ao alcance da cobertura do saneamento básico naquela cidade quanto à verticalização dos serviços públicos. A palavra “básica” dentro da seta horizontal branca, pensamos, faz alusão tanto à continuidade do serviço quanto à posição dos dutos de saneamento. Este entendimento pauta-se no axioma da geometria que afirma que um segmento de reta, como as setas em questão, possui começo, mas não tem fim. Um silogismo nos cabe aqui. Se há oitenta e cinco por cento de cobertura de saneamento nesta cidade, então pressupomos que existam outros tantos beneficiados não negros com este serviço público. Desse modo, por que estes outros beneficiados não aparecem? Por que este protagonista e não outro? Pensamos que a resposta para essa questão está na definição de Paul Ricoeur (2008) sobre memória:

A memória é a decodificação do comum. Decodifica figurativamente os conceitos em forma de imagens, deixando nas lacunas margem para a interpretação. Ao situar o passado, é a possibilidade de propagar imagens dialéticas. Seu tempo é metafórico, pois nela o passado depende do presente para existir (RICOEUR, 2008, p. 54).

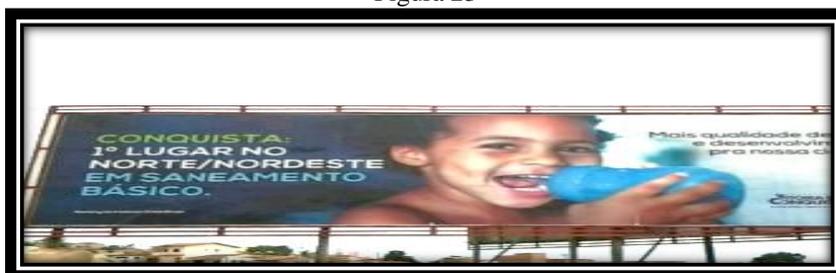
Para nós, a “decodificação do comum” (RICOEUR, 2008) se coaduna com a própria “experiência estética” (JAUSS, 1994) dos indivíduos. Elas os fazem acessar um banco de dados memorial, interligado com as mais diversas manifestações sociais, como na idealização, concepção e interpretação destes *outdoors*. Esses três vértices expõem as “condições de produção” às quais estão expostos os idealizadores do BSM e da campanha publicitária, pois:

As condições de produção são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do enunciado. As condições de produção discursiva fazem parte da exterioridade e podem ser agrupadas em condições em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico) (ORLANDI, E. & GUIMARÃES, 1999, p. 25).

Voltando à análise da imagem, o garoto está vestido com uma camisa na cor verde que faz parte do fardamento de uma escola da cidade. Notam-se dois detalhes importantíssimos

neste ponto. Em primeiro lugar, o nome da escola: “Nossa Senhora de Fátima” remonta e dialoga com o ideal de cristandade presente nas sociedades que descendem da coroa portuguesa. Este ideal revoca pressupostos memoriais do tempo do Brasil Império. Em segundo lugar, a cor verde do fardamento escolar aparece na mesma cor do número percentual referente ao alcance do serviço prestado. Neste campo das representações visuais, quanto maior o número relacionado ao saneamento básico, diametralmente oposto será o índice de poluição ambiental. Assim, neste jogo das relações semântico-simbólicas, no qual o verde simboliza a natureza, como na própria bandeira nacional, inferimos que há um jogo entre o verbal e o não verbal que garante ao interlocutor a ideia de que, se há saneamento, não há poluição ambiental, e o verde/natureza também é o foco da preocupação governamental. Desse modo, se até a natureza é foco desta preocupação, muito mais são as pessoas.

Figura 23



(Fonte: Acervo do autor)

A figura de número vinte e três, por sua vez, traz uma menina desnuda, também de tez escura, (como o garoto da figura vinte e dois), bebendo água numa espécie de garrafa em cor azul. Possivelmente, este ato faz alusão à qualidade da água que chega às mãos dos beneficiados graças à qualidade e confiabilidade do serviço prestado pelo governo. O fato de a garotinha estar desnuda remonta claramente ao estereótipo do necessitado. Do lado esquerdo do *outdoor*, encontramos a frase: “Conquista: 1º lugar no Norte/Nordeste em saneamento básico”. Vale ressaltar que as cores desta frase também fazem alusão às cores da bandeira e do brasão municipais já referidos: em verde, a palavra “Conquista”; em branco, as palavras: “1º lugar no Norte/Nordeste”; e, em azul, as palavras: “Em saneamento básico”. No lado direito superior, encontramos a frase: “Mais qualidade de vida e desenvolvimento para nossa cidade”. Esta frase traz uma perfeita consonância com o inciso III do artigo 3º do decreto mencionado, que apresenta como um dos objetivos do Plano BSM desenvolver “ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre”.

A palavra “desenvolvimento”, por sua vez, subentende, perigosamente, seu oposto que é o subdesenvolvimento. Por este entendimento, tal parcela da população se encontraria

em um grau de desenvolvimento abaixo daqueles que não aparecem nestas propagandas. O pronome possessivo “nossa”, que vem ao lado do substantivo “cidade”, denota que todos fazem parte de um núcleo comum. Porém, se todos, de fato, fizessem parte da mesma cidade, então todos compartilhariam dos mesmos espaços e dos mesmos benefícios. Não é o que ocorre. Parecem existir várias cidades dentro de uma. Os representantes da cidade subdesenvolvida são os de pele enegrecida, e os da outra cidade, os de pele “branca”. No canto inferior direito, vemos o mesmo *slogan* municipal que encontramos na figura vinte e dois com os dizeres: “Vitória da Conquista Governo Participativo”.

O sorriso da menina, nesta peça publicitária, parece simbolizar a felicidade daqueles que foram assistidos e que estão profundamente gratos pela mão do governo “estendida” a eles. O azul da garrafa d’água faz remontar o ideal de água potável. Se a água é potável, é porque o Governo “garante” excelentes serviços à população. Se estes serviços são excelentes, é porque, supostamente, o mesmo Governo está comprometido com ela. Os necessitados de serviços básicos na população, por estas peças retórico-midiáticas, são apenas aqueles de pele negra. Se este serviço público é para atender à população em geral, suspeito é pensar no porquê de os beneficiados de pele clara não aparecem. Neste pormenor, o sorriso da infante parece denotar a não percepção, por parte dos beneficiados de tais programas, do discurso e da memória ancorados na cor de sua pele.

Inferimos que a escolha de infantes por si só já seria suficiente para identificar a dispersão de enunciados presentes nesta propaganda. Entretanto, não só crianças protagonizam tais anúncios. É o que observaremos na imagem a seguir:

Figura 24



(Fonte: Acervo do autor)

A figura número vinte e quatro, por seu turno, mostra uma senhora também de tez escura, de cabelos grisalhos, vestida com roupas simples. Em suas mãos, encontra-se uma casa simples, porém numa rua com pavimentação asfáltica. Nota-se que a casa é simples devido às condições socioeconômicas da proprietária. Porém, o Governo, segundo esta interpretação, lhe garante pavimentação e esgotamento de qualidade. Na imagem, observamos, por um recorte, os dutos de saneamento básico que se localizam abaixo do

asfalto. Esta peça midiática traz à direita da protagonista a frase: “Oitenta e sete por cento da cidade com esgotamento sanitário”. Do lado esquerdo da personagem, além do *slogan* já mencionado da prefeitura local, o *outdoor* traz a inscrição: “Uma nova Conquista pra você”. Esta frase trabalha com um jogo verbal no qual a palavra conquista como substantivo comum representa a aquisição do serviço público, e como substantivo próprio, com letra maiúscula, representa a própria cidade em questão.

O adjetivo “nova”, por seu turno, também se insere nesta acepção. Este adjetivo, reportando-se à conquista como substantivo comum, representa mais uma aquisição, o que postula que o Governo já concedeu outras. Contudo, quando se refere a Conquista, cidade, estrutura-se num jogo entre a antiga cidade, sem esgotamento sanitário, e a nova, com este serviço público de elevado percentual de realização por parte do Governo. O fundo azul, por sua vez, recai sobre o ideal de limpeza das águas já aludido anteriormente.

Nestas peças publicitárias, emerge o discurso no qual os beneficiados pelo saneamento básico são apenas os indivíduos de tez escura. Como se os não negros não fizessem parte da população de beneficiados, ou como se eles não carecessem também deste serviço público, ou como se tal serviço já lhes fosse oferecido e garantido naturalmente. Inferimos, neste passo, que as políticas públicas se baseiam em postulados memoriais, isto é em “representações sociais” regulares que reconhecem apenas os indivíduos de pele não negra como privilegiados na conjuntura social e já possuidores dos serviços públicos e somente os negros como carentes do assistencialismo governamental. Se esta assertiva é verdadeira, asseveramos que a “memória coletiva” elege alguns indivíduos como banais e outros como raros, prendendo o máximo de sentido num mínimo de sinais. Com base nesse entendimento, afirmamos que a concepção dos *outdoors* desse trabalho só foi possível porque herdamos a memória da cor da pele como símbolo demarcador das posições sociais:

[...] nada pode ser reconhecido ou lembrado que não tenha sido percebido anteriormente, ou, em termos mais gerais, nada pode ser vivenciado de uma maneira familiar que já não tenha sido apresentado ou vivenciado de algum outro modo (BARTLETT, 1961, p.44).

O que vai dito pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 25



(Fonte: Acervo do autor)

Na peça publicitária acima, vemos uma senhora de pele clara segurando seu bebê envolto numa manta infantil na cor bege. A mesma cor do plano de fundo do *outdoor*. O tom bege parece coadunar com o ideal de paz e tranquilidade transmitido pelos personagens. À direita dos protagonistas, em letras garrafais, a frase: “Nossa cidade não para”. Ainda à direita, um pequeno balão azul com os números 175 nas cores amarela, vermelha e verde, respectivamente. Junto a esse balão, outro na cor branca com a frase: “Parabéns Conquista”. Há, também, o *slogan* da prefeitura local que contém a Bandeira e os seguintes dizeres: “Prefeitura de Vitória da Conquista Governo Participativo”, ainda à direita da protagonista. Salientamos que o pronome possessivo “nossa” encontra-se em destaque. O uso deste recurso remete ao ideal de que os cidadãos se sintam inseridos, assistidos ou acolhidos pela cidade e pelo Governo local, como uma criança nos braços da mãe.

O uso do advérbio “não”, junto com o verbo “para”, aponta para dois vértices sob nosso olhar. O primeiro vértice é o do crescimento econômico-financeiro. O segundo, e mais importante para nossa análise, é que, nesse contexto discursivo-memorial, a frase “não para” parece referir-se, também, ao crescimento da natalidade local de pessoas “brancas” que têm filhos “brancos”. Isso remete aos primeiros anos do pós-abolição, nos quais o Governo republicano procurou eliminar a herança biológica e cultural negra.

Nesse período, após a abolição do regime escravagista em terras brasílicas, os negros e seus descendentes tiveram que enfrentar o problema do ingresso no mercado do trabalho livre. Nessa mesma época, o Governo republicano (representante dos interesses dos grandes cafeicultores) promoveu uma campanha de “branqueamento da população”, visando à europeização do Brasil e à eliminação da herança biológica e cultural africana (MATTOS, 2011, p. 186). Vale ressaltar que este é o mesmo contexto histórico no qual ganharam força mundialmente as concepções eugênicas supramencionadas.

Para a elite brasileira da época, o negro, por conta do seu “caráter bárbaro” e “estado de selvageria”, era um empecilho à formação de uma nação pretendida o mais próximo possível da civilização. Portanto, o negro, nesse período, deveria ser excluído da sociedade brasileira, sendo proibida, até mesmo, a sua entrada no país:

O ideal da evolução étnica brasileira seria a pureza da ‘raça’ branca. Por isso, concomitantemente à eliminação do negro, a imigração europeia⁹⁶ foi incentivada com o intuito de promover o branqueamento da população. O governo republicano, além de incentivar, destinou recursos próprios para a imigração europeia, proporcionando, em grande medida, a exclusão dos negros do mercado de trabalho formal. [...] aos negros sobraram as tarefas menos qualificadas e mais penosas, em geral, sem qualquer tipo de contrato firmado, sendo, portanto, empregados e pagos por cada serviço prestado.[...] os negros eram subempregados em atividades domésticas, no transporte, na limpeza, no carregamento de cargas e na venda de jornais. A exclusão racial não aconteceu apenas no âmbito do trabalho. Os negros também foram excluídos geograficamente. Por conta da precária situação financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando nos cortiços, em pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados do centro e nas favelas que surgiam nos morros (MATTOS, 2011, p. 186).

A peça publicitária acima parece remontar, memorialmente, essa questão. Além disso, é importante não perdermos de vista que a criação e manutenção dessa memória fundamentam-se no princípio de interpretação teológico de que os “brancos” são aqueles, supostamente, descendentes de Jafé e “superiores” aos descendentes de Cam.

Contudo, essa imagem preservada sobre o negro apenas como subalterno ou ocupando lugares igualmente subalternos na esfera social, não mais condiz, exata e inquestionavelmente, com a realidade contemporânea. É inegável que existem pessoas de pele escura ocupando outros lugares na estratificação social além daqueles já consagrados pela “memória coletiva”.

Nesses *outdoors*, a palavra e a imagem fundem-se num constructo de signos. Imagem e palavra estão a serviço da memória. Elas, enquanto signos, são transportadoras de memória, por sua capacidade de refletir uma dada realidade. Estes *outdoors* servem para materializar sistemas discursivos ao resumirem os signos verbal e não verbal num mesmo lugar. Nas formulações verbais e não verbais presentes em tais anúncios, encontramos vestígios de como se estrutura nossa sociedade. Estes *outdoors* representam seus anseios, seus discursos, sua memória. O discurso, ali presente, é o efeito de sentidos entre interlocutores no qual coabitam o ato linguístico e o histórico-social.

⁹⁶ Por volta da década de 1920, quando os trabalhadores imigrantes, organizados em associações políticas, passaram a reivindicar de maneira mais rigorosa e eficiente seus direitos e melhores condições de trabalho, acabaram perdendo a preferência dos empregadores e do governo, que deram mais oportunidade de emprego aos negros. Foi, sobretudo, nessa época, que os negros conseguiram ingressar com mais intensidade nas indústrias e engrossar as fileiras do movimento operário. Os negros pertencentes à classe operária, em geral, organizavam-se em associações, muitas vezes informais, com o objetivo de manifestar a sua cultura por meio da música, promovendo bailes, festas e encontros com seus companheiros de cor. Muitas dessas associações deram origem aos grupos carnavalescos e, mais tarde, às escolas de samba. Ver mais detalhes sobre este período em Regiane Augusto de Mattos. *História e cultura afro-brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Quando essas peças publicitárias são veiculadas, elas representam “enunciados” que são legítimos na dada sociedade. Estes enunciados são aceitos devido a uma série de convenções sociais que encontram seus aportes tanto nos indivíduos como na própria estrutura política do Estado. Em nosso entendimento, estas peças publicitárias reportam ao período escravagista do povo negro em terras cristãs e seus desdobramentos, consubstanciados, ainda hoje, na coloração da pele.

Nesta seção, analisamos quatro imagens da propaganda governamental na Bahia. Nas três primeiras, atinentes aos programas assistencialistas, os protagonistas são pessoas de tez escura. Na última imagem, que não alude a programa assistencialista, os personagens são pessoas de pele clara. Não há aqui coincidências, mas sim a operação de uma centenária “rede de memória” criada e perpetuada a partir do mito camita.

4.3 INCLUSÃO PRODUTIVA: OCUPAÇÃO PARA OS DESOCUPADOS

*Quando falamos numa mínima reparação –
Ações afirmativas, **inclusão**⁹⁷, cotas?! – o opressor
ameaça recalçar as botas...
Nos mergulharam numa grande confusão.
Dizem que racismo não existe e sim uma social
exclusão. Mas sei fazer bem a diferenciação.
(Elen Oléria. Carta A Mãe África 2009. Álbum: Carta a Mãe
África Part. Família GOG - Fábrica da Vida 2001).*

Tomando por base o título desta seção, salientamos que um dos focos do BSM é garantir “oportunidades” de “ocupação” e “renda” da população “extremamente pobre”. Não há nenhum equívoco em o Governo buscar melhoria das condições de vida para a população. O problema são os desdobramentos. O *outdoor* abaixo aponta para esta tentativa de inserir principalmente os jovens negros no mercado de trabalho:

Figura 26



(Fonte: www.portaldainigualdade.gov.br)

⁹⁷ Grifo nosso.

A imagem acima traz uma jovem de pele negra e fenótipos também negros com cabelo no estilo “Black Power”. Ela veste uma blusa na cor rosa. No canto superior esquerdo, há a frase em letras pretas e em caixa alta: “DIGA NÃO AO RACISMO”. Entendemos que, se há o apelo para a sociedade dizer não ao racismo, é porque ele, de fato, existe. Não se nega o inexistente. Porém, onde encontramos racismo se ele não é institucional? Encontramo-lo arraigado, sobretudo, na “memória coletiva”, consubstanciando-se em momentos icônicos, como nesses *outdoors*. Há outra frase, ainda no lado esquerdo, agora em vermelho, com os dizeres: “Temos que ‘garantir’ o futuro da juventude negra”. O verbo “garantir”, usado nesta frase, aparece amiúde no decreto que rege o Plano BSM. Entretanto, se há uma preocupação governamental com o “futuro da juventude negra”, é porque, diametralmente oposto, o futuro da juventude branca já está naturalmente garantido.

No canto inferior esquerdo, há um recorte branco com o *slogan*: “novembro negro” e o logotipo do Estado da Bahia. Do lado direito, uma porta branca com inscrição em preto: “Recursos humanos”. A porta branca parece simbolizar que os “brancos” estão abrindo espaço no mercado de trabalho para os negros. O “favor” está à porta, cabendo ao jovem negro qualificar-se. Então, vejamos nas imagens a seguir qual qualificação o Governo aponta para os jovens negros:

Figura 27



(Fonte: <https://eduvaldoski.files.wordpress.com/2010/04/ba-outdoor-juventude.jpg?w=500>)

Esta peça publicitária traz, à esquerda, um jovem de pele escura usando camisa amarela e esboçando um sorriso. À direita da imagem do protagonista, em letras maiores, na cor branca, a frase: “A JUVENTUDE NUNCA TEVE TANTAS OPORTUNIDADES”. Em letras menores, abaixo da frase anterior, outra: “Cem mil jovens em formação profissional”. Abaixo destas frases, o logotipo do Governo baiano. Na primeira frase, as palavras “juventude” e “oportunidades” estão em destaque, aludindo à pseudo “benevolência” governamental. Ao fundo, veem-se ferramentas. Contudo, a frase “formação profissional” revela para qual caminho se conduzem os jovens de pele escura.

Ao analisarmos as figuras vinte e seis e vinte e sete, encontramos a palavra “juventude” como interseção entre ambas. No primeiro caso, a palavra “juventude” vem seguida do adjetivo “negra”. Porém, no segundo *outdoor*, a palavra “juventude” não está seguida do adjetivo “negra”. Parece-nos que, embora o adjetivo não apareça no segundo *outdoor*, a cor da pele do protagonista funciona como uma espécie de zeugma. Em outras palavras, o adjetivo não aparece escrito, mas a cor da pele faz o papel de refrão neste caso.

Todavia, se atrelarmos o discurso verbal ao imagético do Plano BSM, teremos uma leitura condizente com o discurso eugênico dos primeiros anos do pós-abolição. A palavra ‘ocupação’, por exemplo, que aparece no título desta seção, remete perigosamente ao seu contrário: ‘desocupação’. Isto revoca postulados do início do século XX, nos quais os negros recém-libertos e seus descendentes tiveram que enfrentar o problema do ingresso no mercado livre de trabalho. Eles tiveram que enfrentar a campanha governamental republicana de “branqueamento da população” e a eliminação da herança biológica e cultural negra, como já mencionado. Por este viés, os “desocupados e sem renda” na população são apenas aqueles de pele escura. Dessa forma, se há, ainda, a necessidade de incluir estes indivíduos no seio da produtividade, é porque estas pessoas não produzem como os de pele clara, configurando novamente o discurso eugênico ao qual já aludimos. Os trabalhos os quais os indivíduos de pele escura aparecem realizando nos *outdoors* são aqueles que conferem a estas pessoas ainda o lugar de subalternos na estrutura social. Novamente, enxergamos a cor da pele como “lugar de memória” e demarcador das posições sociais, pois, é ela que ativa as “representações coletivas” que limitam apenas os indivíduos de tez não branca aos lugares inferiores na conjuntura social desde o período escravagista. Constatemos isso na imagem abaixo:

Figura 28



(Fonte: www.leiaute.com.br)

A imagem acima traz um rapaz de pele e fenótipos negroides com um leve sorriso no rosto, usando boné e avental vermelhos, arrumando prateleiras do que parece ser um supermercado. À direita do anúncio, a frase em letras vermelhas: “530 mil novos empregos”. O avental remete à condição servil daqueles que trabalham em serviços subalternos.

Figura 29



(Fonte: www.leiaute.com.br)

Nesta imagem, aparecem uma moça e um rapaz de pele e fenótipos negros, vestindo jalecos brancos e blusas internas na cor laranja. Do lado direito da imagem, a frase em letras vermelhas: “110 mil jovens com educação profissional”. Uma questão nos é pertinente: Por que apenas jovens negros protagonizam a educação profissional? Para nós, uma possível resposta é que jovens negros e não negros seriam destinados a lugares e profissões diferentes na conjuntura social. A prova disso é a imagem abaixo:

Figura 30



(Fonte: Acervo do autor)

Esta peça publicitária traz uma jovem de pele e fenótipos “brancos”. Com cabelos presos, vestida com um blazer preto e um cachecol branco com detalhes vermelhos, de forma que se parece com uma aeromoça, ela sorri dentro de um arranjo imagético que remete às janelas de um avião. Do lado superior direito do *outdoor*, a frase: “4 novos aeroportos”. Abaixo desta inscrição, em letras menores, encontramos a frase: “Mais emprego para a Bahia ir mais longe”. Esta frase faz um perfeito contraponto com as figuras vinte e seis, vinte e sete, vinte e oito e vinte e nove. Nestas, jovens negros protagonizam empregos subalternos e educação profissional, ao passo que, na figura trinta, uma jovem “branca” protagoniza um

emprego que faz “a Bahia ir mais longe”. No canto inferior direito, encontramos a logomarca do Governo baiano e uma aeronave em simulação de voo. Atrás da moça, a imagem remete a um corredor de avião.

A memória revocada pela cútis dos protagonistas desses *outdoors* torna-se o elo vívido entre o passado escravista negro e a atualidade. Essa memória é uma força viva. É a memória que liga os pontos ao passado escravista e a inferioridade somente às pessoas de pele não branca. Ela reproduz modelos e recria imagens do passado de acordo com esses padrões pretéritos (BARTLETT, 1961, p.14-18). Ela é reatualizada pela pigmentação cutânea dos protagonistas nos *outdoors* e tem uma íntima relação dialética com o pensamento histórico, em vez de ser um contraponto negativo dele. O que, de fato, nos salta aos olhos quando analisamos os *outdoors* é o reflexo de fragmentos de um outro tempo, consubstanciados nas imagens dos personagens que aparecem nas propagandas do assistencialismo governamental ao qual aludimos. A memória, em si mesma, é uma maneira de construir e legitimar conceitos (SAMUEL, 1994, p. 57).

Nesta seção, analisamos cinco imagens da propaganda governamental na Bahia. Nas quatro primeiras, atinentes aos programas assistencialistas, os protagonistas são pessoas de tez escura. Na última imagem, a personagem é uma moça de pele clara. Inferimos, por meio destas imagens, que as profissões nas quais a condição servil é preponderante é o jovem negro quem protagoniza o anúncio. Em contrapartida, naquela profissão em que o que vale é a tônica da “boa aparência”, jovens negros já não mais protagonizam. Neste caso, o ideal “branco” é que fala mais alto. Não há aqui coincidências, mas sim a operação de uma centenária “rede de memória” criada e perpetuada a partir do mito camita.

4.4 EDUCAÇÃO PARA A EXTREMA POBREZA: TOPA?

[...] Perseguidos sem direitos nem escolas como poderíamos registrar nossas glórias? Nossa memória foi contada por vocês e é julgada como a própria lei. Por isso temos registrada em toda História uma mísera parte de nossas vitórias [...].
(Natiruts Palmares. Povo brasileiro, 1999).

Educação é a tônica dos serviços públicos de qualquer Governo, pelo menos em teoria. Mas, como dito anteriormente, políticas públicas e visões político-partidárias não são o foco desta dissertação. Interessa-nos analisar a ocorrência de apenas um fenótipo humano para representar as classes carentes da população. Começemos pela educação.

Com o objetivo de alfabetizar o maior número possível de baianos, o Governo Estadual lançou o TOPA (Todos pela Alfabetização). O TOPA é um programa do Governo do Estado da Bahia que visa à alfabetização de adultos com discrepância no binômio idade-série. Como o próprio nome sugere, ele é um programa que pretende unir esforços governamentais e sociais para sua efetivação. Vejamos como aparecem os protagonistas da propaganda desse programa nos *outdoors* a seguir. Antes, contudo, salientamos que as quatro primeiras frases que principiam os parágrafos de análise das imagens subsequentes são idênticas, a fim de dar ênfase ao refrão cor da pele:

Figura 31



(Fonte: <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>)

A imagem acima mostra uma senhora de pele e fenótipos negros. Ela veste uma camisa branca. Usa cabelos presos. Está esboçando um leve sorriso. Está usando brincos azuis e possui cabelos levemente grisalhos. Na parte superior, encontramos, em letras garrafais brancas, a frase: “O GOVERNO FAZ PRA QUEM MAIS PRECISA”. Abaixo desta frase, outra: “Dona Enedina. Cem anos. Aluna do TOPA. O maior programa de alfabetização do Brasil”. No canto inferior esquerdo, a logomarca do Estado da Bahia. O fundo verde, com algumas letras inscritas, aponta para a ideia de uma lousa de sala de aula. O ato verbal deste *outdoor* diz que “o governo faz mais para quem mais precisa”. Este ato discursivo linguístico encerra, num mesmo constructo simbólico, a convergência do verbal e do não verbal. Texto e imagem fazem parte da mesma “paráfrase discursiva”:

A paráfrase discursiva é responsável pela produtividade na língua, pois, ao proferir um discurso, o sujeito recupera um dizer que já está estabelecido e o reformula, abrindo espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a possibilidade do diferente desfaz a dissociação entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, E. & GUIMARÃES, 1999, p. 37).

Em outras palavras, “quem mais precisa” é aquele de pele escura. Quem beneficia, o de pele clara. Este “enunciado” revelou seu “interdiscurso” quando, em sua concepção, os produtores do Plano BSM e da campanha midiática convergiram num mesmo constructo ideológico. Numa perspectiva foucaultiana, tal enunciado é a unidade elementar do discurso

governamental e, sendo assim, não pode ser percebido ou identificado como portador manifesto de seus limites e caracteres:

É necessária certa conversão de olhar e de atitude para poder identificá-lo, reconhecê-lo, percebê-lo e considerá-lo em si mesmo. Como função de existência, o enunciado apresenta [...] quatro características, a saber: relaciona as unidades de signos [...]; tem uma posição de sujeito [...]; pertence a um domínio que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual, ou seja, pertence a um domínio de memória constituído pelo conjunto de formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve [...]; tem existência material repetível que é da ordem das instituições (FONSECA-SILVA, 2007, p. 20-21).

Este mesmo “interdiscurso” se faz presente nas imagens abaixo:

Figura 32



(Fonte: <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>)

A imagem acima mostra uma senhora de pele e fenótipos negros. Ela veste uma camisa branca. Usa cabelos presos. Está esboçando um leve sorriso. Está usando brincos brancos, óculos corretores e possui cabelos levemente grisalhos. Na parte inferior, encontramos, em letras garrafais pretas sobre um fundo amarelo, a frase: “Aqui tem TOPA - todos pela educação”.

Figura 33⁹⁸



(Fonte: <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>)

⁹⁸ Este é o *outdoor* de abertura do *site* do programa TOPA.

A imagem acima mostra uma senhora de pele e fenótipos negros. Ela veste uma camisa branca. Usa cabelos presos. Está esboçando um leve sorriso. Centralizada, encontramos, em letras garrafais, a frase: “Quando todo mundo TOPA, a mudança começa a acontecer”. Na parte inferior, da esquerda para a direita, estão o logotipo do TOPA, a logomarca do Estado da Bahia, o símbolo da FNDE (Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação), o do Ministério da Educação e, por último, a logomarca do Plano BSM. Embaixo desta, a frase: “País rico é país sem pobreza”. O fundo verde, com palavras escritas, aponta para a ideia de uma lousa de sala de aula. É importante notar também o jogo verbal com a palavra “TOPA”.

Então, basta uma associação simples e perceberemos que a materialização dos indivíduos de “extrema pobreza” do “país rico e sem pobreza” acontece quando do uso da imagem desses protagonistas. Estes indivíduos, memorial e discursivamente, são a consubstanciação da pobreza. Cabe aqui um simples silogismo: há pessoas extremamente pobres no Brasil. Os negros são pobres. Logo, negritude e “extrema pobreza” se fazem sinônimo na “memória coletiva”.

Figura 34



(Fonte: www.educacao.ba.gov.br)

A imagem acima mostra uma senhora de pele e fenótipos negros. Ela veste uma camisa branca. Usa cabelos presos. Está esboçando um leve sorriso. Esta imagem mostra personagens representando mãe e filho. O garoto, também de pele e fenótipo negros, carrega uma mochila escolar cinza em seu ombro esquerdo e veste uma camisa azul marinho. Trata-se da farda dos colégios estaduais baianos nos anos de estudo desta dissertação. A camisa azul possui gola em “V” e vieses em azul, vermelho e branco, cores da Bandeira do Estado da Bahia. Do lado direito do *outdoor*, a inscrição em azul: “Educação é um compromisso de todos”. Logo abaixo desta, em vermelho, a frase: “Volte às aulas com seu filho”.

Desse modo, além do velado discurso sobre padrões que setORIZAM classes sociais e carência de assistencialismo das pessoas negras, percebemos outro referencial arquetípico presente nessas peças publicitárias, a saber: o atrelamento, na “memória coletiva”, apenas

entre os brasileiros de pele não branca e baixa escolaridade⁹⁹. Por isso, como inferiores e incapazes de ascensão socioeconômica pelo cunho do intelecto, necessitam, exclusivamente, do vitalício assistencialismo governamental. Esse atrelamento, além de fundamentar-se num discurso eugênico, apresenta-se sob a máscara de silenciamentos históricos.

O primeiro silenciamento diz respeito ao fato de que muitos negros trazidos como escravos para o Brasil eram oriundos não apenas de tribos “selvagens” africanas, mas também de cidades-estados¹⁰⁰ e reinos¹⁰¹ que possuíam estrutura própria e consolidada organização cultural e política. Além disso, ocultou-se, por anos, o vínculo do Império Egípcio¹⁰² com o continente africano.

O segundo silenciamento é a atroz exclusão a que seus ascendentes foram relegados nos primeiros anos do período pós-abolição:

Não houve os encaminhamentos práticos, por parte do Estado, no sentido de educar e garantir a profissionalização dos ingênuos (**crianças**)¹⁰³. Não foi dada ênfase à necessidade da fundação de escolas, nem mesmo das primeiras letras; não houve uma ampla disseminação de instituições para abrigá-los, ampará-los, apoiá-los e prepará-los para a inserção na sociedade como cidadãos livres. De fato, a indigência marcou a existência dos negros livres ou libertos de forma mais ampla, antes e depois do 13 de maio de 1888. Conquistada a liberdade, o que se seguiu foi a mais extrema falta de recursos

⁹⁹ Segundo o IBGE, o Brasil possui catorze milhões de analfabetos. Desses, a maior parte se encontra na região Nordeste, em municípios com até 50 mil habitantes, na população com mais de 15 anos, entre negros e pardos, e na zona rural, ou seja, encontra-se na população historicamente marginalizada. O censo relativo ao ano de 2010 revelou uma redução de 29% em relação aos números apresentados em 2000, mas ainda insatisfatória, especialmente, quando considerados os critérios utilizados pelo IBGE. Hoje, é considerada alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples. <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 28/10/2015.

¹⁰⁰ As principais cidades-estados africanas foram: Quíloa, Mogadixo, Moçamba, Moçambique, Zanzibare Melinde, todas na África Oriental. São datadas do século VI e governadas pela figura do sultão ou xeque com o apoio de um conselho político com base nas leis islâmicas (MATTOS, 2011, p. 44).

¹⁰¹ Os principais reinos foram Gana, Mali, Songai, Tancur, Canem e Bornu, na África Ocidental, e Luba, Luanda, Congo, Loango, Andongo e Libolo, na África Centro-Ocidental (MATTOS, 2011, p. 15-57).

⁹⁴ O Egito foi a primeira das antigas sociedades a construir uma estrutura política unitária. Era um Estado burocrático centralizado que se manteve por cerca de três mil anos. Tal longevidade foi decorrente da solidez de sua estrutura estatal que, desde muito cedo, se apresentou como teocracia, e da montagem de um eficiente aparelho burocrático. As relações entre o Egito faraônico e outras regiões da África negra foram tema de grandes debates, combates e polêmicas na historiografia africana dos últimos séculos. No decorrer do século XIX e meados do século XX, o Egito foi, de certo modo, deslocado do continente africano e associado ao Oriente e ao mundo mediterrâneo de forma geográfica, antropológica e política. Uma operação conceitual ainda recorrente em livros didáticos de História remove o Egito de sua vinculação com o continente africano, associando-o à Mesopotâmia e à Palestina. Trata-se do conceito de Crescente Fértil, criado pelo orientalista estadunidense James Henry Breasted na década de 1920. Este conceito tem claras implicações ideológicas, provocando o esvaziamento da importância da história africana. Isso prova que a África não era a terra de bárbaros incultos como se consolidou histórica e memorialmente (CLARO, 2012, p. 45). Para um maior aprofundamento sobre o tema, ver: Regina Claro. *Olhar sobre a África: fontes visuais para a sala de aula*. 1ª ed. São Paulo: Hedra Educação, 2012.

¹⁰³ Acréscimo nosso.

e oportunidades para melhorar a vida destas pessoas. A tônica na vida dos negros foi a liberdade sem autonomia e cidadania (REIS, 2007, p. 9).¹⁰⁴

Porém, a inserção desta parcela da população em âmbitos anteriormente ocupados apenas por não negros não se deu pela benevolência do Governo em relação aos negros, mas, sobretudo, por força e pressão de movimentos organizados pelos próprios negros. A imprensa negra preocupava-se em divulgar a situação de exclusão vivida pelos negros e promover a solidariedade étnica com o objetivo de diminuir as desigualdades. Além disso, denunciava o preconceito racial que assolava o Brasil, proibindo os negros de frequentar inúmeros recintos desde alguns restaurantes, clubes, cinemas, praças públicas e até escolas (MATTOS, 2007, p. 188).

Como exemplos destes movimentos políticos, foram criados vários jornais desde o final do século XIX: *A Pátria* (1889), *O Menelick*¹⁰⁵ (1915), *O Kosmos* (1922), *Tribuna Negra* (1928), *O Progresso* (1928) e o *Clarim Da Alvorada* (1928), todos mantidos por seus assinantes. Além destes jornais, também surgiram, ao longo de todo o século XX, movimentos negros, como por exemplo: *O Centro Cívico Palmares*¹⁰⁶, em 1927, *A frente Negra Brasileira*¹⁰⁷, em 1931, *O Teatro Experimental Negro*¹⁰⁸ (TEN), *O Comitê Democrático Afro Brasileiro*¹⁰⁹, em 1945, *A Associação Cultural do Negro*¹¹⁰, em 1954, *O Centro de*

¹⁰⁴ Trata-se da apresentação do resumo da tese de doutoramento de Isabel Cristina Ferreira dos Reis. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese doutorado (Universidade Estadual de Campinas). São Paulo: Universidade de Campinas, 2007.

¹⁰⁵ Originário da Etiópia, ‘Menelick’, etimologicamente, significa "filho do homem sábio" ou "o que ele vai enviar". Esta escolha denota duas premissas. A primeira é a valorização, por aqueles negros, de sua origem africana. A segunda premissa é que, contrariando as premissas coletivas, havia, sim, intelectualidade por trás destes movimentos, e não apenas selvageria e barbárie, como se veiculava na imprensa branca. Significado do nome Menelick extraído do portal <http://www.qualnome.com.br/4260/MENELICK.html>. Acesso em 25/10/2015.

¹⁰⁶ O Centro Cívico Palmares tinha como objetivo montar uma biblioteca de livre acesso à comunidade negra. Com o passar dos anos, esse centro foi ampliado e passou a promover conferências e debates que diziam respeito diretamente aos negros (MATTOS, 2011, p. 189).

¹⁰⁷ Essa organização promoveu cursos de alfabetização para adultos, ofereceu serviços na área jurídica, para resolver problemas como as disputas de terras e trabalhistas. Fundou também uma escola, uma clínica médica e odontológica e uma cooperativa de crédito para a compra da casa própria (MATTOS, 2011, p. 190).

¹⁰⁸ Essa agremiação cultural tinha por objetivo combater a exclusão dos negros no teatro. Participaram do TEN nomes como: Grande Otelo, Ruth de Souza e Pixinguinha (MATTOS, 2011, p. 190).

¹⁰⁹ Este comitê foi uma extensão do TEN que se engajou também na luta política, reivindicando, sobretudo, o acesso aos direitos trabalhistas e à educação (MATTOS, 2011, p. 190).

¹¹⁰ Voltada para a organização de cursos, conferências e eventos culturais, essa associação atuou através de atividades sociais, educacionais, visando a promover a igualdade racial, reivindicando os direitos da população negra e da preservação da cultura afro brasileira (MATTOS, 2011, p. 190).

Cultura e Arte Negra¹¹¹, em 1978. Por fim, em 1978, surgiu o MMU (Movimento Unificado Negro).¹¹²

A partir desse momento surgiram várias organizações de caráter não apenas cultural, mas político, que atuam até hoje pelos direitos dos negros e pela igualdade. Como resultado dessa batalha pode-se citar a Lei n. 4.370, de 1998, que prevê cotas para artistas negros na publicidade, e a de n. 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas. Além de as universidades públicas, em 2001, terem aprovado cotas para afrodescendentes (MATTOS, 2011, p. 189-191).

Portanto, a “memória coletiva” sobre os negros, ao longo de séculos de História, sustenta-se na cor da pele dos protagonistas dos *outdoors*. Como retor midiático, a memória, por meio destes anúncios, relaciona pobreza e baixa escolaridade, ainda na atualidade, apenas às pessoas de pigmentação cutânea enegrecida. A memória, ao precisar tanto de lugares para que ocorra sua ancoragem, como de formulações imagéticas para que se configure e se legitime, tem, na tonalidade cutânea, um desses “lugares de memória”.

A memória pendura-se sempre em lugares [...] Os lugares podem ser material, simbólico, funcional ou ambos operando simultaneamente em graus diversos. [...] os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1981, p. 21-23).

A imagem a seguir possui esse mesmo constructo ideológico dos “lugares” que encontramos nas anteriores desta seção, mesmo se tratando de um serviço público diferente: a saúde. As cores nesta peça possuem vários signos:

Figura 35



(Fonte: www.saude.ba.gov.br)

¹¹¹ Responsável pela publicação, em 1978, dos Cadernos Negros, uma série de coleções de poesias escritas por autores negros (MATTOS, 2011, p. 191).

¹¹² O MMU tinha por objetivo conscientizar a população negra da existência de desigualdades raciais e da necessidade de lutar contra a discriminação (MATTOS, 2011, p. 191).

Esta peça publicitária traz dois personagens: uma senhora de fenótipo e pele negros e um rapaz de pele e fenótipo “brancos”, vestindo um jaleco branco com um estetoscópio sobre os ombros. A cor do jaleco é indissociável da “posição de sujeito” médico, como a cor da protagonista é indissociável, na “memória coletiva”, da posição “pobre”. A senhora usa uma blusa azul, brincos e possui cabelos presos. Ela sorri. Do lado direito superior do anúncio, encontramos a inscrição: “Dois anos do hospital em Juazeiro¹¹³”. Abaixo, a frase: “Mais saúde para quem mais precisa”. Esta frase tem o mesmo sentido da figura de número trinta e um: “Quem mais precisa” é aquele de pele escura, e o “benevolente” é o de pele clara. Por último, há a logomarca do Governo do Estado da Bahia. A senhora representa aquele “*que mais precisa*”, e o rapaz “branco” representa o médico, que, por sua vez, representa o Estado “branco” que assiste o negro. Este mesmo Estado, quando não quer se comunicar com a população com referência a programas assistencialistas, utiliza a imagem de um não negro. Isso se verifica também no anúncio a seguir:

Figura 36



(Fonte: Acervo do autor)

Este anúncio traz uma moça de pele branca e cabelos loiros. Apesar de possuir alguns traços negroides, como o formato do rosto, o nariz, a testa e lábios largos, o tamanho da boca e o formato do queixo, ela não está representando aquele grupo de favorecidos com programas assistencialistas. Isso tem uma razão histórica: a discriminação, em terras brasileiras, nos dias atuais, é materializada não mais pelos caracteres fenotípicos, como apontou Ivo (2012) para o século XVIII, mas sim pela cor da pele do indivíduo. Quanto mais clara for a pele, mais longe o indivíduo está do passado escravista e de seus desdobramentos.

¹¹³ Juazeiro é um município brasileiro do Estado da Bahia. Possui área de 6.500 quilômetros quadrados e população de 218.324 habitantes. Em conjunto com o vizinho município de Petrolina, em Pernambuco, forma o maior aglomerado urbano do semiárido. Localizada na região submédica da bacia do Rio São Francisco, a cidade se destaca pela agricultura irrigada que se firmou na região graças às águas do rio São Francisco. É conhecida como a *Terra das Carrancas*, figuras antropomorfas usadas pelas embarcações que subiam e desciam o São Francisco. Seu nome se origina dos pés de juá ou juazeiro, uma árvore típica da região. Está inserido na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina e Juazeiro. Dados coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 15/12/2015.

A inscrição, no canto inferior esquerdo: “Jequié¹¹⁴ Cidade do Progresso”, atesta essa afirmação. O progresso parece estar sempre acompanhado da cor “branca”, ao passo que o subdesenvolvimento atrela-se, nesse contexto, à pele negra, como visto nos *outdoors* apresentados.

Os cinco primeiros *outdoors* de programas assistencialistas desta seção trazem senhoras, visando a demonstrar a seriedade do programa do Governo estadual. Os cabelos grisalhos, a idade, a cor da camisa e o sorriso funcionam como metonímia ou signos que representam respeito e credibilidade. Esses três signos: idade, cabelos grisalhos e sorriso possuem função simbólica previamente estabelecida no universo das representações sociais. Os cabelos são referentes da idade, portanto respeito. A cor branca da camisa remonta o ideal de paz e tranquilidade. O sorriso faz-se sinônimo de alegria e bem estar. Estes três signos parecem representar o panoptismo governamental. Outro aspecto digno de nota é a maciça presença de figuras femininas nesses *outdoors*. Isso, por si só, já se faz objeto de profícuas análises sociais.

Nestas seis peças publicitárias, encontramos novamente a cor da pele como o refrão da condição inextricável entre as pessoas de tez escura e o não acesso a serviços públicos. Inquietamo-nos por saber se existem pessoas de pele “branca” como alunos do TOPA, que frequentam a escola pública regular ou que utilizam os serviços públicos de saúde. Se existem pessoas de pele “branca” nesses ambientes, então por que eles não aparecem como representantes também dos beneficiados desses serviços e programas públicos? A possível resposta para estas questões, possivelmente, está atrelada à “memória discursiva” dos idealizadores destas peças. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos:

¹¹⁴ Jequié é um município brasileiro do Estado da Bahia com 161.391 habitantes. Está a 365 km de Salvador, no sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata. Jequié é conhecida por seu clima quente. Cercada de montanhas, a cidade sofre com o calor durante quase todo o ano. Em dias de verão, a temperatura pode chegar a 48°C. Jequié é rica em minério de ferro, daí as altas temperaturas. O município foi originado da sesmaria do capitão-mor João Gonçalves da Costa, que sediava a fazenda Borda da Mata. Mais tarde, a fazenda foi vendida a José de Sá Bittencourt, refugiado na Bahia após o fracasso da Inconfidência Mineira. Em 1789, com sua morte, a fazenda foi dividida entre os herdeiros em vários lotes. Em pouco tempo, Jequié tornou-se distrito de Maracás e dele se desmembrou em 1897, tendo como primeiro intendente (prefeito) Urbano Gondim. A partir de 1910 é que se tornou cidade e já se transformou em um dos maiores e mais ricos municípios baianos. O nome "Jequié" é uma palavra indígena para designar "onça", em alusão à grande quantidade desses animais na região. Outros historiadores já afirmam que o topônimo tem origem no "jequi", um objeto afunilado, muito utilizado pelos índios Mongoiós para pescar no Rio de Contas. Um importante episódio da história estadual foi a decisão inusitada tomada pelo então Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Aurélio Rodrigues Viana que, assumindo o governo em 1911, decretou a mudança da capital do estado de Salvador para Jequié, ocasionando imediata reação do Governo Federal, que bombardeou Salvador e forçou a renúncia do infeliz político que adotara a medida. Jamais tendo se constituído de fato, o gesto, entretanto, marcou a História da Bahia como um dos mais tristes, sobretudo por ter o bombardeio provocado o incêndio da biblioteca pública onde estava guardada a maior parte dos documentos históricos de Salvador. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php>. Acesso em 08/11/15.

A linguagem (verbal ou não verbal) é o tecido da memória discursiva. Há uma memória inerente à linguagem, e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico (MARIANE, 1996, p. 27).

É, portanto, inerente e característico, na “memória coletiva”, que apenas os indivíduos de pele escura estão restritos a esses lugares sociais. Desse modo, sob nosso olhar, é a cor da pele o principal referente tangível para as distinções dos agentes na sociedade baiana atual. É a memória que alimenta e revitaliza, ainda na atualidade, os pressupostos de inferioridade do povo negro, criados pela Igreja. Sendo assim, basta o atrelamento entre signos, sejam eles verbais ou simbólico-imagéticos, como no caso dos *outdoors* estudados, para que se acesse a um banco de dados memorial. Este mesmo banco de dados é que ratifica e consolida memórias a respeito dos negros. No caso específico do objeto cor¹¹⁵ da pele, isto se aplica consubstancialmente. Afirmamos que é através dela, da cor da pele, que as sociedades ocidentais, especificamente a brasileira, ou melhor, a baiana, distingue suas posições no estrato social.

Estes *outdoors* apontam para a identificação dos grupos sociais que têm na cor da pele um elo inextricável com a escravidão e a inferioridade. Esse processo midiático tem o poder de definir conceitos memoriais no presente e representar o passado, isto é, ele ativa a reconstrução da memória sobre o negro na contemporaneidade. Essa potente combinação de imagem, discurso e memória possui a capacidade de confundir-se com a representação pública, definindo presente, passado e reivindicações futuras (SILVERSTONE, 2002, p. 86).

Esses anúncios funcionam como “lugares de memória” que testemunham sobre outra era. São sinais de preservação de uma memória que visa a subjugar um grupo a outro, numa sociedade que tende a favorecer indivíduos iguais e desmerecer os diferentes. Sob este viés, a “memória coletiva” sobre as pessoas de tez escura se faz vívida no interior dos indivíduos. Entretanto, ao necessitar de suporte exterior, ancora-se no *outdoor* como referencial tangível.

Nesta seção, analisamos seis imagens da propaganda governamental na Bahia. Nas cinco atinentes aos programas assistencialistas, os protagonistas são pessoas de tez escura. Na última, que não alude a programas assistencialistas, a protagonista é uma moça de tez clara. Não há aqui coincidências, mas sim a operação de uma centenária “rede de memória” criada e perpetuada a partir do mito camita.

¹¹⁵ Pierce afirma que a própria cor funciona como signos. Isto é, uma cor pode trazer em sua significação, ou utilização, todo um arcabouço memorial, ou referendar conceitos. Isso sustenta a nossa hipótese de que a cor da pele nos *outdoors* funciona como representação simbólico-semântica. Ver mais na nota de número vinte e cinco.

4.5 ÁGUA PARA TODOS QUE TÊM SEDE DE MEMÓRIA

*Traga-me um pouco d'água tenho sede e essa sede até pode me matar.
Minha garganta pede um pouco d'água e os meus olhos pedem o teu olhar
[...]
(Dominginhos. Tenho Sede. In Gilberto Gil - Tenho Sede. Refazenda,
1975).*

Do *site* do Ministério da Integração Nacional, extraímos o seguinte excerto acerca do ‘Programa Água para Todos’:

O Programa Água Para Todos visa a beneficiar, sobretudo, os sertanejos do semiárido que se encontram na linha de ‘extrema pobreza’. O programa foi instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, mantendo-se em consonância, no que for cabível, com as diretrizes e objetivos do BSM, que o precedeu. No Plano plurianual 2012-2015, [...] são objetivos e metas do Água para Todos: Segurança Alimentar e Nutricional. Embora seja de abrangência nacional, o Programa Água para Todos iniciou-se no Semiárido da Região Nordeste, e tem priorizado essas áreas, onde se concentra o maior número de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Essa população tem sido atendida com várias tecnologias. Entre elas: cisternas de consumo, de placas ou de polietileno, à razão de uma por família; sistemas coletivos de abastecimento e barreiros (pequenas barragens) e os kits de irrigação.¹¹⁶

Vejamos os protagonistas dos *outdoors* desse Programa:

Figura 37



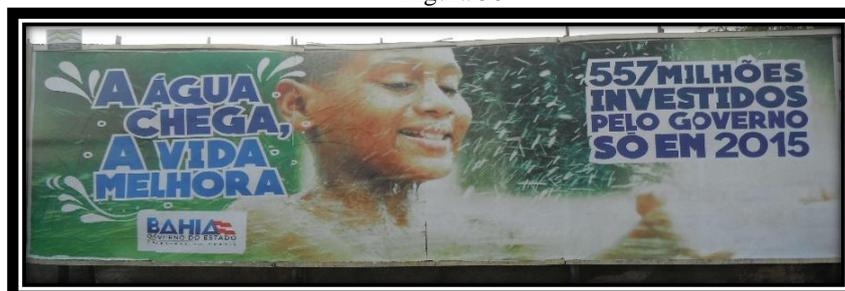
(Fonte: Acervo do autor)

Nesta imagem, em primeiro plano, há uma senhora de fenótipos e pele negros, usando uma camiseta branca e um lenço vermelho e esboçando um leve sorriso. Do lado esquerdo desta peça publicitária, podemos ver uma casa simples na cor branca e uma cisterna azul em frente à casa. Ao fundo da casa, árvores. Em letras garrafais brancas, está escrito: “ÁGUA

¹¹⁶ Parágrafo extraído *ipsis litteris* do site do Ministério da Integração Nacional. <http://www.mi.gov.br/agua-para-todos>. Acesso em 01/11/2015.

PARA TODOS”. Embaixo desta, a frase: “176 mil cisternas entregues”. Do lado direito do *outdoor*, aparece a logomarca do Governo do Estado da Bahia.

Figura 38



(Fonte: Acervo autor)

A figura acima é protagonizada por um garoto de tez escura. Ele sorri enquanto se banha na água que “chegou”. Do lado esquerdo do *outdoor*, a frase: “A água chega, a vida melhora”. Abaixo desta frase, o *slogan* do Governo baiano: “Bahia Terra Mãe do Brasil”. Do lado direito, a comunicação: “557 milhões investidos pelo Governo só em 2015”. Observa-se que, neste caso, o jorrar da água faz referência à abundância desse recurso natural “entregue” ao “beneficiado”, um total contraponto com o uso da água nos anúncios a seguir:

Figura 39



(Fonte: www.embasa.ba.gov.br)

Esta peça traz uma moça de pele e fenótipos “brancos” segurando, em sua mão direita, um telefone celular. À direita, a frase: “Ó VOCÊ ERRADA”. Abaixo, a comunicação: “Economize água neste verão”. Do lado esquerdo, um chuveiro derramando água enquanto a protagonista fala ao celular. No canto inferior, da esquerda para a direita, há a logomarca da Embasa (Empresa Baiana de Água e Saneamento do Estado da Bahia) e a logomarca do Governo do Estado. Ao fundo, a praia.

Figura 40



(Fonte: www.embasa.ba.gov.br.)

Este anúncio traz duas personagens de pele branca, uma adulta e uma criança. A personagem adulta, sentada com a criança entre as pernas, segura uma mangueira jorrando água em uma piscina plástica nas cores rosa, amarelo e verde. A piscina está transbordando sobre um gramado. Ambas parecem brincar distraídas, olhando para o outro lado, despercebidas do desperdício da água. No canto superior direito, a frase: “Ó VOCÊ ERRADA”. Abaixo, a frase: “Economize água nesse verão”. No canto inferior direito, há as logomarcas da Embasa (Empresa Baiana de Água e Saneamento) e do Governo do Estado.

Há pontos interessantíssimos quando analisamos as quatro peças publicitárias desta seção. O primeiro ponto é o ambiente no qual os personagens aparecem. Para os protagonistas de tez escura, o cenário é o sertão. Já para os protagonistas “brancos”, temos a praia e um ambiente que remete a um jardim. Nas duas primeiras peças, vemos pessoas de pele escura como necessitadas de água. Nas duas últimas, pessoas de pele clara como aqueles que têm e desperdiçam esse recurso natural. As vestes, ou sua ausência, também são outro ponto de distinção entre as personagens. A criança de tez escura da figura trinta e oito está desnuda, como a garotinha da figura de número vinte e três, aludindo novamente ao estereótipo do necessitado. Esta associação entre os signos “desnudo” e “necessitado” está vinculada à “memória coletiva”, flutuante entre o hodierno e o passado que reivindica a manutenção de suas bases:

A memória se situa entre passado e presente, é a forma de experiência que tornaria possível a ação individual responsável, aquela que tem por finalidade a defesa do bem comum. A memória é sempre condição de inserção dos indivíduos no seu lugar no espaço/tempo (ARENDRT, 1968, p. 65).

O segundo ponto é: por quais razões o Governo não fez o jogo contrário? Em outras palavras, por que as pessoas de pele clara não aparecem nas primeiras peças publicitárias para representar aqueles que não possuem tal recurso natural, e as pessoas de pele escura para representar aqueles que possuem? A resposta se encontra outra vez inserida nas formulações simbólico-semânticas e históricas herdadas coletivamente. A pigmentação cutânea, então, é o

demarcador das posições que os indivíduos ocupariam no estrato social. Esse processo midiático tem o poder de definir conceitos memoriais no presente e representar o passado. Essa potente combinação de imagem e discurso possui a capacidade de representar a “memória coletiva”. Nesses *outdoors*, enxergamos aplicações e usos preservados e perpetuados pela memória nas ‘representações coletivas’. História e Memória, nesses anúncios, estão sintetizadas num mesmo lugar: a cor da pele.

As imagens e os textos veiculados por estes *outdoors* são uma “fonte que oferece profusão de detalhes históricos” (APPENZELLER, 1996, p. 26). Tais imagens e textos contribuem, também, para o melhor entendimento das formas pelas quais a sociedade em questão representa sua história, sua historicidade e como utiliza a memória cultivada individual e coletivamente (PAIVA, 2002, p. 97). Essas imagens são, e de maneira não necessariamente explícita, plenas de representações:

Se tomarmos, nos seus vários contextos de produção e de consumo, as imagens que circulam nas sociedades, no que diz respeito às representações sociais e às representações visuais, entendidas como organizadoras de todo um imaginário, veremos que elas são, ao mesmo tempo, reflexo e resultado dos modos de pensar das sociedades (FONSECA-SILVA 2007, p. 25).

Nesta seção, analisamos quatro imagens da propaganda governamental na Bahia. Nas duas primeiras, atinentes aos programas assistencialistas, os protagonistas são pessoas de tez escura. Nas duas últimas, as personagens são pessoas de pele clara. Não há aqui coincidências, mas sim a operação de uma centenária “rede de memória” criada e perpetuada a partir do mito camita.

4.6 “MINHA CASA MINHA VIDA”: MINHA DÍVIDA MEMORIAL

*A nossa casa, Amor, a nossa casa!
Onde está ela, Amor, que não a vejo?
Na minha doida fantasia em brasa
Constrói-a, o meu desejo!
O bem que neste mundo mais invejo?
O brando ninho aonde o nosso beijo
Será mais puro e doce que uma asa?
Sonho...que eu moro – tão bom! – dentro de ti
E tu, ó meu Amor, dentro de mim...
(Floribela Espanca Poema: A Nossa Casa).*

Figura 41



(Fonte: Acervo do autor)

Esta peça publicitária é protagonizada por Neuza Borges, atriz global. Ela está usando uma camisa verde e esboça um leve sorriso. No lado superior direito, lemos a frase: “Cem mil casas entregues”. Abaixo, a inscrição: “O maior programa de habitação da História da Bahia”. No canto inferior direito, aparecem duas logomarcas. A primeira, da esquerda para a direita, é a do Governo do Estado da Bahia, com o *slogan*: “Bahia Terra de todos nós”, e a segunda é a do Plano BSM. Nesta última, vemos a inscrição: “País rico é país sem pobreza”, que é condizente com a outra: “quem mais precisa”, apontada anteriormente. É importante salientar que esta campanha, em seus primeiros fôlegos, foi protagonizada por essa atriz em várias mídias. Logo em seu início, o Governo do Estado da Bahia já apontava qual parcela representaria aqueles que dependem do seu assistencialismo. Observemos, a seguir, a tonalidade da pele dos protagonistas nos outros *outdoors* desse mesmo Programa:

Figura 42



(Fonte: Acervo do autor)

Neste anúncio, há uma senhora de fenótipo e pele negras. Ela está irrigando uma planta na porta de sua casa “doada” pelo Governo. Ao fundo, casas de um conjunto habitacional. Do lado esquerdo superior, a frase: “Mais pelos baianos”, em letras azuis. Abaixo, em letras vermelhas, a frase: “100 mil moradias entregues”. O próprio verbo “entregar” já aponta para um ato discursivo. No canto inferior esquerdo, a logomarca do Governo baiano com o *slogan* “Terra de todos nós”, e a logomarca do Plano BSM, que traz novamente a inscrição: “País rico é país sem pobreza”.

Figura 43



(Fonte: Acervo do autor)

Neste arranjo imagético, por sua vez, temos uma família de pessoas de tez escura: um homem usando camisa xadrez, uma mulher de blusa rosa e uma garotinha com camisa azul. Atrás deles, à esquerda, há uma rua, do que parece ser um conjunto habitacional, com todas as casas na cor azul. Observa-se pavimentação em pedra e postes apontando para existência de luz elétrica. No lado esquerdo superior, à semelhança das outras imagens desta seção, a frase: “O maior programa de habitação da História da Bahia”. No lado direito do *outdoor*, há três logomarcas: a do Programa “Minha Casa Minha Vida”, a do Programa “Casa da Gente: Dias melhores para a Bahia”, e, por último, a do Governo do Estado da Bahia com a inscrição: “Terra de todos nós”.

Figura 44



(Fonte: Acervo do autor)

A imagem acima traz uma senhora de pele e fenótipo negroides. Ela usa uma camisa branca e saia vermelha, cores da Bandeira do Estado da Bahia. A adulta segura uma garotinha em seu colo, também de pele e fenótipos negros. A garotinha está usando um vestido azul, laços e sapatos brancos, cores da logomarca do Governo estadual. Ela segura um ursinho de pelúcia. Do lado esquerdo da peça, observamos prédios de um conjunto habitacional nas cores vermelho e branco. Ainda à esquerda, a frase: “O maior programa de habitação da História da Bahia. 107 mil casas entregues”. Do lado direito, as logomarcas do Programa “Minha Casa Minha Vida”, do “Casa da Gente” e do Estado da Bahia, com o *slogan*: “Terra de todos nós”.

Chamamos a atenção para o fato de que, nos dois primeiros *outdoors* desta seção, a inscrição apontava “100 mil casas entregues”. O terceiro anúncio apresenta a inscrição “107 mil casas entregues”. Duas questões nos inquietam aí: nenhum indivíduo não negro foi

contemplado por este Programa em meio a tantos milhares de beneficiados? Se há beneficiados não negros, então por que nenhum *outdoor* é protagonizado por eles? A resposta parece estar na peça publicitária abaixo:

Figura 45



(Fonte: Acervo do autor)

Este arranjo publicitário nos oferece um excelente contraponto com os anteriores sobre o programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”. Em primeiro lugar, a família que aparece neste anúncio é de tez clara. O homem veste uma camisa de manga longa azul claro. A mulher usa uma camisa branca. O garoto, sobre os ombros da mãe, usa camisa de manga longa xadrez. A garota, sobre os ombros do pai, usa uma camisa de manga longa branca e uma calça preta. À esquerda, vê-se uma sala com mobiliário sofisticado. À direita do anúncio, no canto superior, a frase: “Um novo padrão para o Minha Casa Minha Vida”. Abaixo dessa inscrição, a frase: “2 e 3 quartos e subsídio de até R\$17.000,00”. No canto inferior direito, observamos as logomarcas do “Minha Casa Minha Vida” e da Caixa Econômica Federal, banco que financia este Programa.

O primeiro ponto ao qual atrelamos nossa análise é a frase: “Um novo padrão para o Minha Casa Minha vida”. Esta frase revela o discurso presente neste anúncio. Por um lado, se há a necessidade de se escrever a frase “um novo padrão”, é com vistas a afastar os novos clientes do assistencialismo governamental empregado nos primeiros *outdoors* desta seção. Por outro lado, se há a necessidade de afastar os novos clientes do mundo carente, então emprega-se a imagem de uma família de tez clara, ideal para uma sociedade veladamente eugênica. Outro aspecto digno de nota são as vestes das personagens. Ao passo que nos primeiros anúncios desta seção, as vestes são extremamente simplórias, neste, as vestes são sofisticadas.

Neste anúncio, até as cores empregadas distanciam-se das cores usadas nos primeiros. Não há relação com a Bandeira do Estado, de municípios ou logomarcas de programas assistencialistas. Isso nos parece, no mínimo, suspeito sob o ponto de vista histórico-discursivo. Há, ainda, o subsídio ofertado. Este subsídio pressupõe clientes que,

supostamente, teriam aparato financeiro compatível com este investimento. Estes clientes, segundo tal premissa, não são os indivíduos de pele escura.

Figura 46



(Fonte: Acervo do autor)

Por fim, neste último anúncio, um casal de cútis branca sorri dentro de um arranjo imagético que revoca a ideia da janela de um avião. Este *outdoor* traz, em seu canto superior direito, a frase: “9 aeroportos em reforma”. Abaixo dessa inscrição, em letras menores, a frase: “Mais mobilidade para a Bahia ir mais longe”. No canto inferior esquerdo, aparece a logomarca do Governo baiano com o *slogan*: “Bahia Terra-mãe do Brasil”. Sob o ponto de vista do discurso empregado no ato verbal e não verbal, inferimos que são estes os representantes daquela parcela da população que pode usufruir de viagens em aeronaves. A frase: “Mais mobilidade para a Bahia ir mais longe” remete, possivelmente, a uma Bahia da qual não fazem parte os indivíduos de tez escura. Para estes últimos, resta a figuração de programas assistencialistas.

A memória emerge, sobretudo, em momentos icônicos, como nesses *outdoors*, acentuando o “caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 9). Este princípio é que a torna extremamente móvel e impregnada de discursos quando transportada para contextos diferentes daqueles em que foi originalmente concebida. Enxergamos, nesses *outdoors*, discursos e usos preservados, sobre a inferioridade do negro, perpetuados pela memória e pelas “representações coletivas”. História e Memória, nesses anúncios, estão sintetizadas num mesmo lugar: a cor da pele. Neste viés:

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias, a ele relativas, permaneçam obscuras para nós. [...] nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas (HALBWACHS, 2006, p.29).

No caso específico destes *outdoors*, recorreremos à memória para completar o que sabemos sobre o evento “escravidão”. A memória apresenta-se neles como objeto e sujeito de si mesma.

Embora seja a memória uma reconstrução do passado segundo elementos incorporados ao presente, há pontos que são invariáveis, como a visão coletiva sobre o negro, por exemplo. Estes pontos asseguram o elo entre os fatos sem que haja uma relação evidente. Isto explica o porquê de um indivíduo, ao deparar-se com os *outdoors* supracitados, mesmo que inconscientemente, inferir sobre as raízes históricas que relegam apenas às pessoas de pele escura a condição de inferiores na estratificação social.

Nesta seção, analisamos seis imagens da propaganda governamental na Bahia. Nas quatro primeiras, atinentes aos programas assistencialistas, os protagonistas são pessoas de tez escura. Nas duas últimas, que não aludem a programas assistencialistas, as personagens são pessoas de pele clara. Não há aqui coincidências, mas sim a operação de uma centenária “rede de memória” criada e perpetuada a partir do mito camita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais.
(Elis Regina. Álbum: Falso Brillhante. 1976).*

Após as análises pormenorizadas das imagens deste trabalho, inferimos que os anúncios publicitários possuem lugar de extrema relevância no processo de construção social e sobre os modos de pensar de uma sociedade. Eles mostram “imagens visuais”¹¹⁷ e, ao mesmo tempo, resultam de “imagens sociais”¹¹⁸, ou seja, estabelecem ligações entre as representações visuais e as construções sociais. Além disso, os anúncios publicitários sedimentam e legitimam práticas sociais concretas, pois dão a ver um mundo social do qual elas próprias emergem.

Os referidos *outdoors*, ao exibirem a imagem apenas de pessoas de tez escura para representar as classes desassistidas e desprivilegiadas economicamente, funcionam como fios que tecem a “rede de memória” sobre os negros. Estes fios, construídos a partir do mito de Cam, têm suas ramificações ainda na atualidade. A este propósito, a cor da pele, como “lugar de memória” e ativador das “representações coletivas”, cumpre o papel de mediador entre indivíduos e gerações que não se ligam por referências tangíveis, mas que conseguem comunicar-se, fazerem-se coesos e perpetuar legados eficazmente.

Em nossa compreensão, o uso da imagem somente de pessoas negras nesses anúncios aponta para a ratificação, na “memória coletiva”, de que apenas estes indivíduos permanecem em condição subalterna e, por conseguinte, são os únicos carentes do assistencialismo governamental. Estes programas, ao exporem a imagem somente dessas pessoas, funcionam como “fio de continuidade” da memória que associa pessoas de pele escura aos grupos inferiores e carentes de assistencialismo do Governo, como se não houvesse pessoas não negras nesta mesma situação social, ou como se apenas este fosse o lugar dos negros.

Este processo de associação traz em si um problema analítico: no Brasil, a tonalidade não branca da pele associa-se não apenas aos descendentes de negros, mas também de indígenas.

Desse modo, lemos estes *outdoors* como a “psicanálise do inverso”,¹¹⁹ isto é, acreditamos que a retórica midiática presente neles, em vez de desconstruir (pré)conceitos, com essa pseudo tentativa de reparação, acaba por ativar e ratificar pressupostos memoriais a

¹¹⁷ FONSECA-SILVA, 2007, p. 25

¹¹⁸ FONSECA-SILVA, 2007, p. 25

¹¹⁹ SILVERSTONE, 2002, p. 135

respeito dessa parcela da população. Entendemos que podem existir outras formas de ler estes anúncios. A interpretação desses *outdoors* depende do implícito de cada leitor. O que este leitor enxerga depende do que ele conhece sobre este implícito e quanto este o afeta. Entretanto, inferimos que, ao revocar os sinais mnemônicos, verbais e não verbais, presentes no *outdoor*, a memória assume um liame que outorga às “classes dominadoras”¹²⁰ e criadoras da “memória coletiva” o direito de perpetuarem-se no poder. A condição atual da maior parte da população negra não foi escolha dela, mas sim imposta historicamente.

Dessa maneira, o olhar que relega apenas os indivíduos de pele negra à condição subalterna na sociedade contemporânea é, sobretudo, estereotipado e carente de análises mais profícuas. Apenas o olhar da mídia, apesar desta servir como veículo de conservação de memória, não traduz a dimensão totalizante desta parcela da população – a negra –, que contribuiu, e contribui decisivamente, para a construção do legado sociocultural desta pátria que chamamos de nossa. Acreditamos que não é expondo apenas essas pessoas que a reparação social acontece. A reparação social aconteceria se brancos e negros aparecessem em pé de igualdade nesses e em outros *outdoors* da propaganda oficial de governos baianos. A ocorrência de apenas este fenótipo nas propagandas de programas assistencialistas, mais exclui estas pessoas do que repara erros históricos.

Enfim, a “memória coletiva” sobre os negros, ao longo de séculos de história, sustenta-se na cor da pele dos protagonistas dos *outdoors* estudados para relacionar inferioridade, ainda nos dias atuais, apenas às pessoas de pigmentação cutânea enegrecida. A cor da pele é a âncora que firma o barco da distinção no mar da memória.

Ao longo de todas as seções deste trabalho, visamos a comprovar que memória, discurso e representação são construções sociais. Se estes são construções, então a cor da pele pode ser reconstruída para se tornar o refrão de uma sociedade na qual o “caleidoscópio” de cores dos seus agentes sirva, tão-somente, como referencial do orgulho e da riqueza fenotípica de seu povo.

Não encontramos aqui ingênuas e despretensiosas coincidências. Encontramos a operação de uma centenária rede: de memória, discurso e representação, consubstanciada na cor da pele dos indivíduos. Esta rede opera nos mais diversos níveis da sociedade baiana, inclusive nas ações de segurança pública. Entretanto, a relação do negro com a segurança pública se fará objeto de nosso próximo estudo.

¹²⁰ Termo usado por Jacques Le Goff no livro *História e Memória*. Conferir em: Le Goff. *História e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

REFERÊNCIAS

Fontes imagéticas

Figura 1. <https://www.google.com.br/search.paísricoépaissempobreza>. Acesso em 27/04/15.

Figura 2. <https://www.google.com.br/search?q=primeirooutdoordobrasilsemmiseria>. Acesso em 23/09/15.

Figura 3. Acervo do autor. Outdoor fotografado em Jequié-BA em 02/01/16.

Figura 4. Acervo do autor. Outdoor fotografado em Jequié-BA em 02/01/16.

Figura 5. <https://eduvaldoski.files.wordpress.com/2010/04/ba-outdoor-juventude.jpg?w=500>. Acesso em 21/04/15.

Figura 6. Acervo do autor. Outdoor fotografado em Vitória da conquista em 14/06/13.

Figura 7. www.saude.ba.gov.br. Acesso em 23/06/14.

Figura 8. <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/minhacasaminhvida>. Acesso em 21/08/2105.

Figura 9. <https://www.google.com.br/search?q=dilmaapresentadopacemsãopaulo>. Acesso em 22/08/15.

Figura 10. <https://www.google.com.br/search?q=jaqueswagneremvitóriadaconquista>. Acesso em 17/07/15.

Figura 11. <http://pt.wahooart.com/@@/9GZLYP-Gustave-Clarence-Rodolphe-Boulangier-O-mercado-de-escravos>. Acesso em 12/09/15.

Figura 12. <https://www.google.com.br/search?q=cartografia+medieval>. Acesso em 15/08/15.

Figura 13. Acervo do autor. *Outdoor* fotografado em Jequié em 31/07/14.

Figura 14. Acervo do autor. *Outdoor* fotografado em Jequié-BA em 19/08/14.

Figura 15. Acervo do autor. *Outdoor* fotografado em Vitória da Conquista-BA em 31/07/14.

Figura 16. <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>. Acesso em 12/12/15.

Figura 17. Acervo do autor. Fotografada em Itabuna-BA em 14/01/15.

Figura 18. Acervo do autor. Fotografada em Manoel Vitorino-BA em 18/01/14

Figura 19. <https://www.google.com.br/search?q=primeirooutdoordobrasilsemmiseria>. Acesso em 23/09/15.

Figura 20. www.ba.gov.br/.

Figura 21. www.ba.gov.br/.

Figura 22. Acervo do autor. Fotografada em Vitória da Conquista-BA em 10/10/14.

Figura 23. Acervo do autor. Fotografada em Vitória da Conquista-BA em 09/09/14.

Figura 24. Acervo do autor. Fotografada em Vitória da Conquista-BA em 15/08/15.

Figura 25. Acervo do autor. Fotografada em Vitória da Conquista-BA em 05/11/15.

Figura 26. www.portaldaigualdade.gov.br.

Figura 27. <https://eduvaldoski.files.wordpress.com/2010/04/ba-outdoor-juventude.jpg?w=500>. Acesso em 21/04/15.

Figura 28. www.leiaute.com.br. Acesso em 16/08/15.

Figura 29. www.leiaute.com.br. Acesso em 16/08/15.

Figura 30. Acervo do autor. Fotografado em Vitória da Conquista-BA em 23/05/15.

Figura 31. <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>. Acesso em 12/12/15.

Figura 32. <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>. Acesso em 12/12/15.

Figura 33. <http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>. Acesso em 12/12/15.

Figura 34. www.educacao.ba.gov.br. Acesso em 30/04/15.

Figura 35. www.saude.ba.gov.br. Acesso em 23/06/14.

Figura 36. Acervo do autor. Fotografada em Jequié-BA em 31/07/14.

Figura 37. Acervo do autor. Fotografada em Vitória da Conquista-BA em 31/07/14.

Figura 38. Acervo autor. Fotografada em Jequié-BA em 12/12/15.

Figura 39. www.embasa.ba.gov.br. Acesso em 15/08/14.

Figura 40. www.embasa.ba.gov.br. Acesso em 15/08/14.

Figura 41. Acervo do autor. Fotografada em Jequié-BA em 13/04/13.

Figura 42. Acervo do autor. Fotografada em Jequié-BA em 18/06/13.

Figura 43. Acervo do autor. Fotografada em Vitória da Conquista em 13/04/14.

Figura 44. Acervo do autor. Fotografada em Jequié em 20/04/14.

Figura 45. Acervo do autor. Fotografado em Vitória da Conquista em 20/08/15.

Figura 46. Acer Acervo do autor. Fotografada em Jequié em 28/08/15.

Discografia e Poema

Apocalipse 16. Pregador Luo. - Deus Esperava Mais. Álbum: D' Alma, 2005. Fonte: www.vagalume.com.br. Acesso em 31/01/2016.

Dominguinhos. Tenho Sede. In Gilberto Gil - Tenho Sede. Refazenda, 1975. Warner Lamento Sertanejo (Forró Do Dominginhos). [Http://www.vagalume.com.br/dominguinhos/tenho-sede.html](http://www.vagalume.com.br/dominguinhos/tenho-sede.html). Acesso em 31/01/2016.

Elen Oléria. Carta A Mãe África 2009. Álbum: Carta a Mãe África Part. Família GOG - Fábrica da Vida (2001). Fonte: www.comunidadeownload.com. Acesso 31/01/2016.

Elis Regina - Como Nossos Pais - www.vagalume.com.br/elis-regina/como-nossos-pais.html. Álbum: Falso Brilhante. 1976.

Florbela Espanca. Poema: A Nossa Casa. Fonte: www.citador.pt/poemas/a-nossa-casa-florbela-de-alma-conceicao-espanca. Acesso em 02/01/2016.

Gonzaguinha. Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória. Álbum Gonzaguinha & Gonzagão, 1992. Fonte: www.letras.com.br/gonzaguinha.

Milton Nascimento - Maria, Maria. Álbum: Clube da Esquina 2. 1978, EMI. Fonte: www.vagalume.com.br. 31/01/2016.

Natiruts. Palmares. Álbum: Povo brasileiro, 1999. www.vagalume.com.br › Reggae.

Renato Russo. Álbum: Legião Urbana. Faroeste Caboclo. EMI, 1978/1987. Fonte www.vagalume.com.br. Acesso em 31/01/2016.

Livros

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

APPENZELLER, Marina. *Introdução à análise da imagem*. Tradução. Campinas: Papirus, Martini, 1996.

ARENDDT, Hannah. *Between Past and Future: Eight Exercises*. In: *Political Thought*. Penguin: Books, 1968.

ARISTÓTELES. Da memória e da revocação. In: ARISTÓTELES. *Parva Naturalia*. Tradutor Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012. (Série Aristóteles. Clássico Édipo).

ASSUNÇÃO, Paulo de . *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos (em português)*. Edusp, 2004. 506 p. p. 94.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: “*Cadernos de estudos Linguísticos*” (19). Campinas, Unicamp, jul./dez.1990, p.25-42.

BACCEGA, M. Aparecida. *Palavras e discursos: história e literatura*. São Paulo; Ática, 1995.

_____. *Comunicação e linguagem; discurso e pesquisa*. São Paulo: Moderna, 1998.

BARONAS, Roberto L. Slogan político, poder e identidade: Efeito Bonsai. In: *Mídia e Rede de Memória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

BARTLETT, Frederic. *Remembering: a study in experimental Social Psychology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1961.

BENJAMIN, Walter. On some motifs in Baudelaire. In: H. Arendt (ed.). *Illuminations: essays and reflections*. Nova York, Harcourt, Brace & World, 1968.

BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris: PressesUniversitaires de France.1985.

BOUZON, Emanuel. *O código de Hamurábi*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOSI, Ecléa. *Opinião e estereótipo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec.1977.

BARTHES, R. *Mythologies*. London. Jonathan Cape. Ed. Br. 1999. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, Pierre Félix. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BURKE Peter. *The French Historical Revolution: the Annales School*. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1929. Key Contemporary Thinkers

CASEY, Edward. *Remembering: A Phenomenological Study*. Indiana, 1987. 2nd edition, 2000.

CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. 7. ed. Hagnos, 2004. Volume 1 A-C.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difusão Editorial, S.A, 2002.

CLARO, Regina. *Olhar sobre a África: fontes visuais para a sala de aula*. São Paulo: Hedra Educação, 20012.

CONSTANCE, Arthur C. *Noah's three sons: History in three 1975) dimensions*. Part 3 cap.2 p.10. DOORWAY PAPER, n 55.)

CORREIA, M. Freire. *A representação do novo mundo na Europa do século XVI a partir dos topoi da memória partilhada*. Dissertação de mestrado. UESB. Vitória da Conquista, 2015.

DA SILVA, Américo Luís Martins. *O dano moral e a sua reparação civil*. São Paulo: RT, 1999, p. 65.

DAVIDSON, Basil. *West Africa Before The Colonial Era*. Editora Routledge, 1998.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DURKHEIM, Emile & MAUSS, Marcel. Nota sobre as noções de civilização. In: Mauss, Marcel. *Ensaio sobre a sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Tradução de Sonia

FERNANDES, Fernandes. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: editora Hucitec, 1989.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. *Mídia e Rede de Memória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Edição original: 1971.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS. Instituto das Letras, 2005

GASPARETTO, Antônio Júnior. A igreja católica contra os males do liberalismo: A Encíclica Miravos. In. *Revista ibérica*, v.12, 2009

GANDAVO, Pero Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*. introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo: Obelisco, 1964. 1964, p.87.

GRUZINSKI, Serge. O Renascimento Ameríndio. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo; Companhia das letras, 1999.

GURAN, Milton. *Da Bricolagem da Memória à Construção da Própria Imagem entre os Agudás do Benim*. 2002.

HESÍODO. *Teogonia*. Tradución realizado por Aurélio Pérez Jiménez. Madrid: gredos, 1990. Edição original; 700 a.C. (VII a.C.)

HESPANHA, António Manuel. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI ao XVIII*. Cap. 4: Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político colonial português. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HELLER, Agnes. Sobre preconceitos. In: *O cotidiano e a história*. 3ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e terra, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

KRAMER, Samuel. *From the Tablets of Summer*. Falcon's Wing Press, 1996.

LIPPMANN, Walter. Estereótipos. In: Steinberg, Charles (Org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo; Cultrix, 1972.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. Cristina Tamer. Martins Fontes. São Paulo.

MACARTHUR, John. *Bíblia de Esudo Macartur*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

MARQUES, António Henriques de Oliveira. A Pragmática de 1340. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Segunda Série. 1956.

MATTOS Hebe & RIOS, Ana. *Memórias do cativo - Trabalho e identidade e cidadania no Pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARIANE, B. *O comunismo imaginário, práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas, UNICAMP, (Tese de doutorado), 1996.

MCKEON, Richard. *Rhetoric: essays in invention and discovery*. Woodbridge, CT, Ox Bow press.1987.

NEISSER, U. *Concepts and conceptual development: ecological and intellectual factors in categorization*. Cambridge University Press,1987.

NIETZSCHE, F.. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade polêmica da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Edição original: 1873.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n 10, p.7-28. Dez., 1993.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: o movimento dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993. (Coleção repertórios).

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes. 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes. 1999.

_____. GUIMARÃES. Unidade e dispersão: uma questão de texto e do sujeito. In; ORLANDI, E. et al *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUSC, p. 17-36.

PRICE, Richard. *O Nascimento da cultura Afro-americana*. Editora Pallas, 2003.

PEIRCE, C. Sanders. *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: The Belkap Press of Harvard University Press, 1978.

PLATÃO. Sofista. In: PLATÃO. *Diálogos*. 2. ed. Tradução e notas Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

PAIVA, Eduardo. *História e Imagens*. Rio de Janeiro: Moderna, 2002.

_____. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XIV e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Tese de Professor Titular em História do Brasil apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

PECHEUX,Michel. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*.Campinas: Pontes, 1990.

POLLAK, Michel. *Encandrement et silence: le travail de la memoire*. Penelope,1985.

QUIN, Robyn. Enfoques sobre el estudio de los medios de comunicación: La enseñanza de los temas de representación de estereótipos”.In: *la educación para los medios de comunicación*. México,UPN,1994.

- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem das desigualdades entre os homens*. Tradução de Ciro Mioranza. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- SCWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.
- SOARES, Mariza Carvalho de. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos Santos. *Memória coletiva e teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories*. 1995.
- SAMUEL, Raphael. *Theaters of memory: Past and present in contemporary culture*. Vol. 1. London: Verso, 1994.
- SILVERSTONE, Roger. *Porque estudar a mídia?*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- TRIVINHOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.
- TULVING, Endel. *Episodic and semantic memory*. In E. Tulving and W. Donaldson (Eds.) *Organization of Memory*. New York: Academic Press. 1972.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Corrupio, 2002.
- VIEIRA, Antônio, S. J. 1608-1697. *Sermões Antônio Vieira*. Revisão e adaptação de Frederico Ozanam Pessoa de Barros; supervisão de padre Antônio Charbel, S. D. B. e de A. Della Nina; introdução e supervisão técnica de Luiz Felipe Baêta Neves- Erechim: EDELBRA, 1998.
- YATES, Frances A. *A Arte da Memória*. Editora: UNICAMP, 1996.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e da história da literatura*. Editora Ática: São Paulo, 1989.